



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL**

ALINE DE ARAÚJO MARTINS

**A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROMOÇÃO AO TRABALHO: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
EMPREGO - PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA NA PERCEPÇÃO DOS
EGRESSOS DA CASA BRASIL DO BAIRRO GRANJA PORTUGAL**

FORTALEZA – CEARÁ

2016

ALINE DE ARAÚJO MARTINS

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROMOÇÃO AO TRABALHO: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
EMPREGO - PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DA CASA BRASIL DO BAIRRO GRANJA PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Mestrado.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Duarte Cavaignac

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Martins, Aline de Araújo.

A política de assistência social e a promoção ao trabalho: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Brasil sem miséria na perspectiva dos egressos da Casa Brasil do bairro Granja Portugal [recurso eletrônico] / Aline de Araújo Martins. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 134 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Mestrado.

Orientação: Prof.ª Dra. Mônica Duarte Cavaignac .

1. Trabalho. 2. Política de Assistência Social. 3. PRONATEC BSM. I. Título.

ALINE DE ARAÚJO MARTINS

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROMOÇÃO AO TRABALHO: UMA
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E
EMPREGO - PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA NA PERSPECTIVA DOS
EGRESSOS DA CASA BRASIL DO BAIRRO GRANJA PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Mestrado.

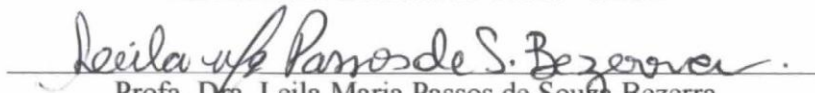
Aprovada em: 31 / 03 / 2016.

BANCA EXAMINADORA

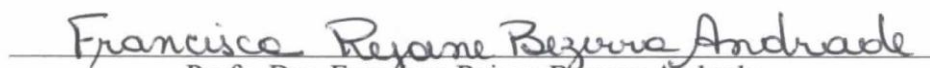


Profª. Dra. Mônica Duarte Cavaignac
(Orientadora)

Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Dra. Leila Maria Passos de Souza Bezerra
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Profª. Dra. Francisca Rejane Bezerra Andrade
Universidade Federal do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas suas misericórdias que se renovam a cada dia em minha vida.

À minha família, especialmente à minha mãe, ao meu pai, e às minhas irmãs, Mary, Karinny e Angeline, por sempre estarem presente e me apoiando.

Aos amigos e amigas, de longas datas e aos que conquistei mais recentemente, pela força e motivação.

Às profissionais da Célula de Qualificação Profissional da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que colaboraram com esta pesquisa e pela ótima receptividade. À assistente social e amiga Janaina, por colaborar ao longo da minha formação. À D. Margarida, coordenadora da Casa Brasil, pela grande contribuição para a realização deste estudo.

À professora Mônica Duarte, minha orientadora, pela disponibilidade, paciência, encorajamento e por compartilhar seu tempo e seus conhecimentos e por ter sido tão presente em todo o processo da pesquisa.

Ao Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; aos professores, pelas grandes contribuições e em especial ao companheiro e às companheiras da turma de 2014 (Grupo esperto), pela torcida e união.

Em especial gostaria de agradecer a cada homem, a cada mulher e a cada jovem, egressos do PRONATEC BSM, que participou desta pesquisa, compartilhando sua história de vida, suas frustrações e seus sonhos. Cada um fez a diferença não apenas nesta pesquisa, mas, também, na vida desta pesquisadora. Muito obrigada!

“As soluções não podem ser apenas formais; elas devem ser essenciais”

(MÉSZÁROS)

RESUMO

Na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que se vive o fenômeno do desemprego estrutural, o emprego precário, a perda dos direitos trabalhistas e a restrição das políticas públicas, tem-se uma ênfase no discurso da erradicação da extrema pobreza e a criação de programas voltados para este fim. O atual governo brasileiro, sob a gestão de Dilma Rousseff, criou o Plano Brasil Sem Miséria com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil. Esse plano, que está ligado à política de assistência social, articulou-se ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), passando a se constituir no PRONATEC BSM. Assim, o PRONATEC na modalidade Brasil Sem Miséria se volta para as pessoas pobres ou extremamente pobres que estejam inseridas no Cadastro Único, independente de serem beneficiárias do Programa Bolsa Família. Portanto, esta pesquisa analisa o PRONATEC BSM como uma estratégia de inserção e/ou reinserção da população pobre e extremamente pobre no mercado de trabalho via qualificação profissional. Nesta perspectiva, objetiva compreender as repercussões, os limites e possibilidades do Programa na percepção dos egressos. Traz como categorias de análise o trabalho, a questão social, a assistência social e a qualificação profissional. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa bibliográfica, documental e empírica, sendo de natureza qualitativa. As técnicas de coleta de dados foram, sobretudo, a entrevista semiestruturada e a aplicação de questionário. O estudo foi realizado no município de cidade de Fortaleza, tendo como principais fontes de informações a Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA) e o Centro Integrado de Referência de Qualificação Profissional, também chamado de Casa Brasil, localizado no bairro Granja Portugal. Conclui-se que o PRONATEC BSM, apesar de sua importância para os egressos, apresenta diversas limitações e contradições. Logo, um programa como este não suprirá as necessidades educacionais da população que nunca desfrutou de uma educação básica de qualidade, nem, tampouco, dará conta de responder ao desemprego estrutural, uma vez que este é fruto da sociabilidade do capital.

Palavras-chaves: Trabalho. Política de Assistência Social. PRONATEC BSM.

ABSTRACT

Nowadays, at the same time where it lives the phenomenon of structural unemployment, the precarious employment, the loss of labor rights and the restriction of the public policies, it has been a focus in the speech of the eradication of extreme poverty and the creation of programmes for this purpose. The Brazilian government current, under management of Dilma Rousseff, created Brazil Without Misery Plan with the objective to eradicate the extreme poverty in Brazil. This Plan, that is connected to the social assistance policy, joined Programme National Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), becoming PRONATEC BSM. Thus, the PRONATEC, in the form Brazil Without Misery, aimed to poor people or extremely poor people who are inserted in Single Register, regardless if they are beneficiaries of Bolsa Familia Programme. Therefore, this research analyzes the PRONATEC BSM as an integration and/or reintegration strategy of the poor people and extremely poor people in the labour market through professional qualification. In this perspective, it aimed to understand the repercussions, the limits and possibility of Programme in perception of egress. It expose the work, the social issue, the social assistance and the professional qualification as analysis categories. The methodology used is based in bibliographic, document and empirical research, it being predominantly of qualitative nature. The data collection techniques were, mainly, semistructured interview and questionnaires. The study was done in the city of Fortaleza, being the main source of information the Department of Labor, Social Development and Combating Hunger (SETRA) and the Integrated Center of Reference of Professional Qualification, also called Casa Brasil, localized in Granja Portugal neighborhood. The conclusion is that PRONATEC BSM, although of his importance for the egress, it shows many limitations and contradictions. Soon, a programme like this will not supply the educational needs of population who have not enjoyed of a basic quality education, nor even will be able to correspond to structural unemployment, once this is result of sociability of capital.

keywords: Work. Social Assistance Policy. PRONATEC BSM.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BC	Brasil Carinhoso
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BSM	BRASIL SEM MISÉRIA
CAD Único	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEFETs	Centros Federais de Educação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
EAA	Escolas de Aprendizes e Artífices
EAFs	Escolas Agrotécnicas Federais
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETFs	Escolas Técnicas Federais
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFETs	Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MAPA	Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação

MEC	Ministério de Educação e Cultura
MEI	Microempreendedor Individual
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OIT	Organização Mundial do Trabalho
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PLANFOR	Programa Nacional de Qualificação do Trabalhador
PLANSEC	Plano Setorial de Qualificação Profissional
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNQ	Programa Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual
PROIMP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
PT	Partido dos Trabalhadores
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Social
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Educação
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SER	Secretaria Executiva Regional
SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte

SETRA	Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome
SINE	Sistema Nacional de Emprego]
SISTEC	Sistema Nacional de Educação Tecnológica
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UBS	Unidade Básica de Saúde
UECE	Universidade Estadual do Ceara
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O “TRABALHO LIVRE” E A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: ORIGENS DA QUESTÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS	29
2.1	O TRABALHO SOB O SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL	29
2.2	A CRIAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO SUPÉRFLUA PARA O CAPITAL E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL	35
2.3	AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO RESPOSTAS DO ESTADO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....	38
3	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CENTRALIDADE NO COMBATE À EXTREMA POBREZA E A PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO DOS USUÁRIOS AO MERCADO DE TRABALHO	49
3.1	A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DAS PROTOFORMAS À CONDIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA	49
3.2	A QUESTÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE	64
3.3.1	Avanços na política de assistência no governo Lula	64
4	O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA EM FORTALEZA-CE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA CASA BRASIL DO BAIRRO GRANJA PORTUGAL	76
4.1	O CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PRÓXIMOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA	76
4.2	A OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC BSM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: OLHAR DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	80
4.3	AS PERCEPÇÕES E AS PERSPECTIVAS DOS EGRESSOS DO PRONATEC BSM SOBRE O PROGRAMA	90
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICES	130
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	131

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – SETRA	132
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO DOS EGRESSOS DO PRONATEC BSM.....	133
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSOS DO PRONATEC BMS.....	134

1 INTRODUÇÃO

A assistência social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, tramita para o campo das políticas públicas de seguridade social, passando o Estado a assumir a primazia na sua condução. Regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), alterada pela Lei nº 12.435/2011, e pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a assistência social se destina a quem dela necessita. Hoje, uma parte cada vez maior da população brasileira tem se tornado alvo dessa política.

Na década de 1990, o Brasil vivenciou mudanças impactantes no âmbito político, econômico e social, desencadeadas, entre outros fatores, pela chamada contrarreforma do Estado (BEHRING, 2008). Nesse período, o país passa a enfrentar os efeitos do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, estratégias de restauração do capital diante da crise estrutural que se inicia nos anos 1970.

Com a reestruturação produtiva, marcada pelo avanço tecnológico e pela incorporação de tecnologias como a automação e a microeletrônica ao processo de produção, tem-se o aumento do desemprego estrutural e, conseqüentemente, da quantidade de pessoas destituídas de trabalho, isto é, dos meios de sobrevivência, passando a depender das políticas sociais. Por outro lado, o neoliberalismo interfere diretamente na intervenção do Estado no atendimento às necessidades sociais, repercutindo, desse modo, na focalização e privatização das políticas públicas. Assim, a demanda por assistência social, para além dos indivíduos inaptos para o trabalho (idosos, pessoas com deficiência, crianças destituídas da proteção familiar etc.), passa a abranger trabalhadores e suas famílias, que, embora aptos para o exercício de uma atividade laborativa, vivenciam o desemprego, o subemprego e o trabalho precarizado, ou seja, sem proteção social, constituindo o que a PNAS (2004) classifica como pessoas em condição de vulnerabilidade social, em decorrência da ausência ou precarização de renda.

A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 203, dispõe sobre os objetivos da política de assistência social, dentre os quais está contida a promoção à integração ao mercado de trabalho. Entretanto, faz-se necessário compreender como tem se dado tal promoção, bem como analisar até que ponto cabe à política de assistência social essa tarefa. Deve-se refletir, também, sobre o fato de esta

política estar ganhando centralidade no sistema de seguridade social brasileiro em tempos de desemprego estrutural e cortes nos gastos sociais do Estado, especialmente no âmbito da previdência social, que vem sofrendo reformas nos últimos anos a exemplo das Emendas Constitucionais de nº 40/2003 e de nº 41/2003, que alteram as condições previdenciárias do serviço público, e das Medidas Provisórias 664/2014 e 665/2015, que alteram as condições para o seguro desemprego, para o abono salarial, dentre outras providências.

Com os governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-atual), tem-se uma preocupação maior com o campo social, que se expressa, principalmente, nos programas de transferência de renda. A erradicação da extrema pobreza¹, associada a um forte discurso de qualificação profissional para o trabalho, foi uma das maiores metas do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), com o seguinte lema de campanha: “Brasil: país rico é país sem pobreza”. Para responder ao fenômeno da extrema pobreza, o referido governo criou o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), aliado à política de assistência social, que agrega distribuição de renda, acesso a serviços sociais e inclusão produtiva. Neste último eixo, o plano se vincula ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), constituindo o denominado PRONATEC BSM, que tem sido o programa “carro-chefe” do governo no que diz respeito à qualificação para o trabalho.

O PRONATEC foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, tendo como objetivo promover a qualificação profissional e o emprego, com vista a capacitar 1 (um) milhão de brasileiros até o ano de 2014, ano em que ocorreu a Copa do Mundo no Brasil. Esse programa, por sua vez, adquiriu ainda maior relevância no atual mandato de Dilma Rousseff, iniciado em janeiro de 2015, com o novo lema: “Brasil, Pátria Educadora”.

Trata-se de um programa descentralizado, com alguns eixos, tais como PRONATEC Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador; PRONATEC Jovem, PRONATEC Campo, PRONATEC Seguro-Desemprego, dentre outros. Este estudo, no entanto, preocupa-se com o PRONATEC Brasil Sem Miséria,

¹ A extrema pobreza é definida pelo governo a partir do fator econômico. Ou seja, a pessoa considerada pobre é aquela cuja renda *per capita* mensal seja de até R\$154,00 e extremamente pobre aquela cuja renda *per capita* mensal seja de até R\$ 77, 00, conforme o Decreto de nº 8.232 de 30/04/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Decreto/D8232.htm. 22/03/2016

voltado para um público específico, que são pessoas inscritas no Cadastro Único, independentemente de serem beneficiárias do programa de transferência de renda, com idade a partir de 16 anos. Em relação à escolaridade exigida, de acordo com a cartilha do Programa, existem cursos voltados para pessoas que possuem desde o letramento inicial ao ensino médio (BRASIL, MDS, 2014).

Para a operacionalização do PRONATEC BSM, o Plano Brasil Sem Miséria, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), coordena a oferta de vagas de cursos de qualificação profissional no campo do PRONATEC. Os cursos têm o objetivo de qualificar pessoas para sua inserção no mercado de trabalho e são realizados em parceria com instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como instituições do Sistema S, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

Em 2012, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS alterou o termo “acesso ao mercado de trabalho”, inscrito na resolução do CNAS nº 33/2011, por “acesso ao mundo do trabalho”, compreendendo a maior amplitude deste último. Nesse sentido, traz a noção de vulnerabilidades sociais e o papel da assistência social de identificar, acolher, mobilizar e garantir direitos à população que vivencia tais vulnerabilidades. Essa concepção está contida no Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS, cuja função é criar ações que articulem, mobilizem e encaminhem pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para garantia de sua cidadania e da inclusão no mundo do trabalho, por meio de qualificação profissional, inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra, articuladas a outras políticas públicas (BRASIL, MDS, 2013).

A resolução nº 33/2011 do CNAS compreende que a promoção ao mundo do trabalho se dá mediante a articulação entre as ações de diversas políticas. Portanto, não se trata de tarefa privativa da política de assistência social. Desse modo, o ACESSUAS tem estreita ligação com o Plano Brasil Sem Miséria e com o PRONATEC BSM.

Em outras palavras, embora a Constituição Federal de 1988, a LOAS (1993) e a PNAS (2004) disponham sobre a promoção da integração ao mercado de trabalho, isso não implica dizer que este seja papel exclusivo da assistência social.

Como se pode observar, o público do PRONATEC BSM, constituindo-se de pessoas em situação de extrema pobreza, tem outras necessidades básicas, tais como: saúde, educação, condições dignas de moradia, alimentação, dentre outras. Assim, faz-se necessário compreender a Política de Assistência Social como “política de Proteção Social articulada a outras políticas do campo social, voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (PNAS, 2004, p. 31). Esta é uma das grandes questões que merecem reflexão.

Pereira (2012) analisa que hoje, no Brasil, ocorre uma mudança no que se refere ao confronto valorativo entre trabalho e assistência social, que se expressa no fato de que não é mais o trabalho que dignifica o usuário da assistência social, mas é esta política que termina constituindo-se numa alternativa mais digna ao trabalhador, quando este não vê outra possibilidade a não ser sua submissão a qualquer trabalho. Nesse sentido, o que há é uma equivocada valorização em torno da assistência social, tendo esta transitado da condição de “gata borralheira” para a de “cinderela”, em detrimento das outras políticas públicas, uma vez que tem sido utilizada como uma estratégia para aliviar imediatamente a pobreza. Mota (2010) acrescenta que é um erro designar à assistência social papéis que não lhe são cabíveis, colocando-a como a política que combaterá a pobreza e a desigualdade social.

Percebe-se, portanto, que há uma relação tensa entre trabalho e assistência social na contemporaneidade. Lopes (2012, p. 165) questiona: “Política de assistência social ou de trabalho?”. O fato é que a questão do trabalho tem ganhado relevância na política de assistência social, e isto é perceptível em Fortaleza, principalmente com a criação da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA). Esta secretaria foi criada a partir da gestão do atual prefeito Roberto Claudio, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), extinguindo a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), criada no governo de Luiziane Lins, do Partido dos Trabalhadores (PT), (2004 a 2012) para consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Fortaleza-CE

A partir de todo esse contexto, faz-se necessário refletir sobre as bases ideológicas que sustentam o discurso da qualificação profissional, em especial de pessoas em situação de pobreza/extrema pobreza, que historicamente são prejudicadas no que se refere ao acesso à educação pública de qualidade.

Desse modo, surgem os seguintes questionamentos: O PRONATEC BSM tem contribuído para a inserção da população pobre e extremamente pobre no mercado de trabalho? De que forma? Qual a novidade que o PRONATEC traz em termos de qualificação profissional? Em que tipo de trabalho o PRONATEC visa inserir seus educandos? Para além da oferta de cursos de qualificação profissional, quais as ações do Programa para a inserção dos egressos no mercado de trabalho? Quais as perspectivas dos egressos do PRONATEC BSM sobre o Programa? Quais as repercussões do Programa na vida dos egressos?

O interesse por esta pesquisa surgiu no período de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso da pesquisadora para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. A delimitação do objeto investigativo se deu a partir de duas experiências por ela vivenciadas. A primeira foi ao cursar a disciplina denominada “Serviço Social e processos de trabalho”, a qual permitiu uma maior reflexão e compreensão sobre a categoria trabalho e seus significados ontológico e sócio-histórico. A segunda é fruto de sua aproximação com a política pública de assistência social, por meio do primeiro estágio supervisionado, realizado no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na Comunidade Couto Fernandes. Por meio desta última experiência a pesquisadora se aproximou dos usuários da política de assistência social, podendo perceber que grande parte desses sujeitos se encontrava em situação de desemprego ou condições precárias de trabalho. Esta observação despertou nela o interesse em compreender a relação entre trabalho e assistência social, tendo em vista a já citada disposição da Constituição Federal de 1988, da LOAS e da PNAS sobre o objetivo da referida política de promover a integração no mercado de trabalho.

O propósito do estudo realizado pela pesquisadora durante seu trabalho de conclusão de curso em Serviço Social era entrevistar alguns dos egressos do PRONATEC BSM, para, assim, entender as repercussões do Programa em suas vidas. Entretanto, a pesquisa limitou-se ao âmbito da gestão do Programa. Desse modo, compreendendo que a pesquisa é infundável, tendo em vista que a realidade está em constante transformação e que os fenômenos sociais são dinâmicos, a inquietação pela continuidade desse estudo levou a pesquisadora a ingressar no Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social, com o desafio de acessar alguns egressos do Programa.

A relevância desta pesquisa está na análise tanto das configurações da política de assistência social, quanto do trabalho no cenário contemporâneo, com ênfase no maior programa do Governo Federal voltado para a inserção da população pobre e extremamente pobre no mercado de trabalho via qualificação profissional, refletindo sobre as bases teóricas/ideológicas que fundamentam as políticas de promoção ao trabalho na atual conjuntura política brasileira.

Tem-se como objetivo geral: analisar o PRONATEC BSM a partir da percepção dos egressos residentes no município de Fortaleza. Para se chegar a tal objetivo foram traçados os seguintes objetivos específicos: entender como se dá a operacionalização do PRONATEC BSM no município de Fortaleza; analisar como o Programa se articula para a inserção dos egressos no mercado de trabalho; e identificar os limites, as dificuldades e os desafios do Programa.

A realidade se constitui em uma unidade de diversos. Assim, ao se buscar compreender a relação entre trabalho e assistência social na contemporaneidade, tendo como recorte o PRONATEC BSM, desvendaram-se outras determinações que se interligam ao objeto desta pesquisa, o que revela que, apesar da necessidade de se buscar as diversas determinações do objeto estudado, antes, estas precisam aparecer, pois o objeto não pode ser explicado por si mesmo, isoladamente. Desse modo, surgiram como principais categorias de análise o trabalho, a questão social, a assistência social e a qualificação profissional.

O trabalho é compreendido aqui tanto em seu sentido ontológico como em seu sentido sócio-histórico. Antes de tudo, é a atividade pela qual os homens, a partir de sua capacidade física e teleológica, transformam a natureza para satisfazer suas necessidades. Constitui-se, portanto, como categoria fundante do ser social, uma vez que possibilita ao homem a ultrapassagem da esfera biológica. Desse modo, o trabalho tem centralidade na constituição e desenvolvimento do ser social (MARX, 2004; LUKÁCS, 2013). Entretanto, sob o capital, o trabalho passa a ser atividade alienada, fatigadora e angustiante. O trabalho, sob a lógica do capital passa a produzir e reproduzir não apenas valores-de-uso para a satisfação dos homens, mas, valores-de-troca, em forma de mercadorias. A partir dessa lógica, o próprio trabalhador torna-se mercadoria, ao se ver obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver. Com a sociabilidade capitalista, ao mesmo tempo que se tem o desenvolvimento das forças produtivas, tem-se o acirramento das desigualdades sociais e a emergência da questão social.

A expressão questão social foi utilizada no século XIX para dar conta do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001). Suas manifestações são fruto do processo de expansão do capital, a partir da sua lei geral de acumulação, expressa na contradição entre a produção coletiva da riqueza e a apropriação privada dos resultados do trabalho, da qual decorrem as desigualdades sociais e o crescimento do pauperismo. De acordo com Iamamoto (2014), a questão social diz respeito ao processo de formação do proletariado e seu ingresso no cenário político, a exigir do Estado seu reconhecimento como classe social. Portanto, a questão social é o conjunto de expressões das desigualdades sociais provenientes do modo de produção capitalista, constituída não só de determinações econômicas e sociais, mas também políticas, ao possibilitar a consciência de classe. Foi a partir dos conflitos entre capital e trabalho e das lutas sociais da classe trabalhadora pelo reconhecimento de sua cidadania, que surgiram as políticas sociais. Até se tornar política pública, no entanto, a assistência social teve uma longa travessia no campo do assistencialismo, nem sempre sendo reconhecida como direito..

As primeiras legislações no âmbito da assistência social têm um caráter punitivo, objetivando obrigar os pobres ao trabalho para, assim, compensar a assistência que recebiam (BEHRING e BOSCHETTI, 2011). No contexto de desenvolvimento industrial, entre os séculos XVIII e XIX, devido ao agravamento das desigualdades sociais e das reivindicações dos trabalhadores, são formuladas legislações sociais para minimizar os efeitos da questão social. É, portanto, após as duas grandes guerras mundiais e a crise do capitalismo nos anos 1929 que irá se constituir um Estado de Bem-Estar Social nos países de capitalismo central, ampliando as políticas sociais.

No Brasil, as origens da assistência social estão ligadas ao assistencialismo, à benevolência, à caridade, dentre outras formas que dificultaram e dificultam, até os dias atuais, sua compreensão como política pública. No País, a assistência social apenas se torna uma política pública a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Hoje no Brasil, essa política é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993), conduzida pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005). Constitui, juntamente com as políticas de saúde e previdência social, o sistema de seguridade social brasileiro. Apesar de a Constituição vigente trazer grandes avanços na instituição do sistema de seguridade social brasileiro, nos

anos 1990 há um ataque aos direitos conquistados, devido à ofensiva neoliberal que favorece o predomínio do mercado sobre o setor público estatal. Aliado a esse fator, os efeitos da crise do capital a partir dos anos 1970 passam a atingir diversos trabalhadores com o fenômeno do desemprego estrutural, com a flexibilização e precarização das condições de trabalho, dentre outros. Assim, os trabalhadores veem-se cada vez mais vulneráveis e desprotegidos.

Diante desse contexto, as ações para o enfrentamento da questão social hoje na atualidade tem se dado de forma focalizada e seletiva. Para responder a uma das suas grandes expressões, que é o desemprego, uma das estratégias do capital na contemporaneidade tem sido investir nas potencialidades dos sujeitos, através da qualificação profissional, embebida da lógica do empreendedorismo.

O discurso da qualificação profissional surge a partir da necessidade do capital de atender suas demandas de produção. Por volta dos anos 1950 e 1960, predomina a teoria do capital humano, apresentando a ideia de que quanto mais o indivíduo for qualificado, mais bem sucedido será, contribuindo para o aumento da produtividade na empresa e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico (KOBBER, 2004). No contexto brasileiro, a qualificação para o trabalho também surge na perspectiva de preparar uma mão de obra especializada para atender às necessidades do mercado formal de trabalho. Na atualidade, em meio ao crescimento do desemprego, as ideias da teoria do capital humano passam a ser fortalecidas. Assim, difunde-se o discurso de que a falta de emprego está relacionada não à dinâmica do capital, mas ao despreparo do trabalhador frente às novas demandas do mercado. Portanto, transfere-se para os indivíduos a responsabilidade por sua condição pessoal, especialmente por meio da preleção do empreendedorismo, que joga para as pessoas a ideia de que elas devem buscar desenvolver a habilidade de empreender. É esse discurso que direciona os atuais programas de qualificação profissional.

Portanto, observa-se que as categorias analíticas apresentadas estão inter-relacionadas, mostrando que a realidade é uma totalidade complexa permeada por outros complexos.

O percurso metodológico não é menos importante do que os demais aspectos da pesquisa. Aliás, definir o percurso metodológico de uma pesquisa é imprescindível, uma vez que toda investigação tem uma finalidade e, para que esta seja alcançada, há todo um caminho a ser percorrido. Este caminho é o método. Tão

importante quanto o método é a técnica, pois ela é quem vai indicar o como fazer, a forma mais hábil, mais segura e mais ideal (GALLIANO, 1995).

O método da teoria social de Marx não se limita à análise de formas dadas de um determinado objeto; tampouco diz respeito à mera descrição detalhada pelo pesquisador na tentativa de construir modelos para explicá-lo, buscando, assim, dar conta de seu movimento visível. Segundo Netto (2009, p. 07),

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento (...) o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (...) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

O método dialético de Marx permite a compreensão do movimento contraditório que se gesta no interior da sociedade capitalista, permeada por interesses antagônicos entre capital e trabalho. Diferente da dialética idealista de Hegel, que compreende a hegemonia do ideal sobre o material, o método de abordagem dialética de Marx tem sua base no materialismo. Assim, o materialismo dialético é um método de interpretação da realidade que dá ênfase à dimensão histórica dos processos sociais e compreende que todos os objetos e fenômenos possuem aspectos contraditórios, favorecendo, assim, que a interpretação da realidade se dê de forma totalizante e dinâmica. A partir da dialética compreende-se que os fatos sociais não podem ser desconectados das determinações políticas, econômicas, ideológicas, culturais, dentre outras. (GIL, 2008). Foi o que se verificou na abordagem das categorias analíticas que apareceram no percurso da pesquisa. Para que a pesquisadora chegasse ao PRONATEC BSM, foi necessário, antes, compreender os diversos fenômenos e fatores que estão relacionados ao Programa, uma vez que este não surgiu do nada, mas de uma processualidade histórica.

A teoria de Marx consiste na busca da apreensão da essência do fenômeno, mas, para que se apreenda essa essência, o pesquisador deve reproduzir o real em sua consciência. Desse modo, a teoria, para Marx, consiste na reprodução no plano ideal do movimento real do objeto. Assim, o objeto possui uma existência real e concreta, que independe das aspirações, dos desejos, dos sentimentos, das percepções do pesquisador. Este tem o papel de, a partir de

sucessivas aproximações, apropriar-se do seu objeto de pesquisa, saturá-lo e encontrar as múltiplas determinações que a ele estão relacionadas (NETTO, 2009).

A totalidade se apresenta ao pesquisador, em um primeiro momento, como um todo caótico, uma vez que os elementos estão saturados de várias determinações, que não se manifestam no nível da aparência. A partir do momento em que o pesquisador abstrai dessa totalidade um elemento, isolando-o e examinando-o, é possível saturá-lo de tais determinações. Assim, após esse processo, o pesquisador, ao realizar o caminho inverso, ou seja, ao retornar à totalidade, esta já não se apresenta de forma caótica, mas como uma unidade de diversos. Nesse sentido, para Marx, este método consiste em elevar-se do abstrato ao concreto, uma vez que o concreto só é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações. Este é o caminho que permite ao “cérebro pensante” se apropriar do mundo (IDEM, IBIDEM).

A partir do momento em que a pesquisadora entrou em contato com a realidade pôde, de fato, vivenciar o que o método materialista dialético da teoria social propõe. Antes de a pesquisa emprírica se concretizar foi realizado um projeto. Quer dizer, a pesquisadora, a partir das leituras realizadas, de suas experiências e visão de mundo, idealizou uma metodologia para a execução da pesquisa de campo. Porém, ao entrar em contato com a realidade e ao se aproximar sucessivas vezes do seu objeto, foi que a metodologia foi sendo definida. Portanto, foi a própria realidade, que já existia antes e independente do ideário da pesquisadora, que definiu o caminho a ser percorrido. É essa dinâmica, essa imprevisibilidade da realidade, aquilo que não está visivelmente exposto, que dá validade a pesquisa, uma vez que, como já afirmou Marx (2008) a ciência existe para desvendar a essência dos fenômenos.

Entretanto, apesar da “necessidade metódica”, a pesquisa social lida com relações conflituosas e contraditórias (OSTERNE et.al., 2013), uma vez que seu objeto se insere na sociedade. O homem é um ser que faz história, mas, ao mesmo tempo, o seu fazer está determinado pela estrutura social na qual ele se acha inscrito. Assim, parte de suas ideias representam seu reconhecimento referente ao mundo. Portanto, as ciências humanas e sociais têm suas particularidades, uma vez que seu objeto é condicionado socialmente (DEMO, 1987).

De acordo com Minayo (2010), toda pesquisa social é puramente qualitativa. Isso não significa, entretanto, que a pesquisa social não possa dialogar

com a pesquisa quantitativa. As pesquisas qualitativa e quantitativa não são opostas, mas, ao contrário, podem se complementar. Entretanto, este estudo apesar de se utiliza predominantemente da pesquisa qualitativa, uma vez que tanto busca compreender as falas dos sujeitos pesquisados, suas expectativas, suas perspectivas e percepções.

Para a realização deste estudo foram utilizadas as pesquisas documental, bibliográfica e empírica. A pesquisa documental se realizou por meio de consultas a legislações que tratam da política de assistência social e suas especificidades, bem como das referentes ao PRONATEC, especialmente na modalidade do Plano Brasil Sem Miséria. Além das legislações, foram utilizados documentos fornecidos pela SETRA e pelos CRAS no que se refere aos egressos do Programa, tais como: planilhas contendo os cursos ofertados, os nomes, os endereços e os telefones dos egressos, além de outros que pudessem ser úteis à investigação.

A pesquisa bibliográfica, que se dá por meio de estudos já elaborados, permitiu que a pesquisadora tivesse uma visão mais ampla do fenômeno, não se restringindo apenas aos resultados obtidos diretamente. Desse modo, ela foi imprescindível para esse estudo, uma vez que trouxe elementos sócio-históricos sobre o trabalho, a questão social, a política de assistência social e a qualificação profissional, tendo ocorrido por meio de revisões de literatura para embasamento da temática proposta, pautando-se na perspectiva da teoria social crítica.

A pesquisa empírica teve início a partir do mês de fevereiro de 2015. Ao ingressar nesta etapa do estudo, a pesquisadora se deparou com muitos desafios. O principal deles foi encontrar o caminho que a levasse ao seu horizonte. Tal caminho só foi trilhado por meio de sucessivas aproximações ao objeto. A priori, a pesquisadora pensou em selecionar aleatoriamente alguns Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamentos estes responsáveis pela mobilização da comunidade e pela realização das pré-inscrições dos usuários nos cursos do PRONATEC BSM, uma vez que considerava ser mais acessível obter informações dos egressos que residissem na comunidade na qual o equipamento social se localizava. Nessa perspectiva, a técnica pensada foi o grupo focal com participantes dos cursos de qualificação profissional, uma vez que esta técnica possibilita que, em um mesmo momento e em um mesmo espaço, reúna-se certa quantidade de pessoas com algo em comum (PIMENTA, 2014). Um dos primeiros CRAS visitados foi o localizado no bairro Canindezinho. Porém, a pesquisadora se deparou com a

falta de informações neste equipamento referente aos egressos, tendo em vista que todas as fichas das pré-inscrições eram encaminhadas para a SETRA. Assim, a pesquisadora procurou esta Secretaria na tentativa de encontrar dados que lhe levassem aos egressos.

A partir da realidade exposta, a pesquisadora passou um período de aproximadamente três semanas dirigindo-se à SETRA. Ao chegar a esta Secretaria, a pesquisadora deparou-se com outra dificuldade: o fato de não haver um controle dos egressos que chegaram a realizar e concluir os cursos. O que havia eram planilhas separadas por ano e por CRAS, com os nomes e o número do CPF (cadastro de pessoa física) de todos os usuários, que foram lançados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC). Assim, a pesquisadora passou a acessar o Sistema, por meio do *login* e senhas dos profissionais da SETRA, buscando informações dos egressos, um a um, tais como endereço, telefone, cursos que realizaram e se os mesmos haviam concluído o curso escolhido. Após essa coleta, a pesquisadora, ainda com o intuito de realizar o grupo focal, retornou ao CRAS Canindezinho para realizar ligações para os egressos que se inscreveram no Programa através deste equipamento. Foi possível contatar dez egressos que foram convidados a participarem do grupo focal. No dia marcado, compareceram dois egressos, não favorecendo a técnica escolhida. Assim, os dois egressos foram entrevistados individualmente e a proposta do grupo focal foi substituída pela técnica da entrevista. A partir dessas dificuldades vivenciadas pela pesquisadora, esta percebeu que as técnicas e, inclusive, o universo de pesquisa precisavam ser redefinidos.

As pesquisas sociais comportam um universo de elementos tão grande que passa a ser difícil analisá-los em sua totalidade. Em virtude disso, fez-se necessário estabelecer uma amostra, que representasse uma parte dos elementos que compõem o universo.

Sabendo que seria difícil chegar aos egressos do PRONATEC BSM a partir dos CRAS, ainda no período de pesquisa na SETRA, a pesquisadora teve conhecimento de equipamentos que se voltavam exclusivamente para a qualificação profissional dos usuários da política de assistência social, que são os Centros de Referência da Qualificação Profissional, chamados de Casa Brasil. Tais equipamentos localizam-se nos bairros Quintino Cunha, Vila União e Granja Portugal. A pesquisadora, então, decidiu estudar a Casa Brasil do bairro Granja

Portugal, tendo em vista que este bairro se localiza na Regional V, considerada a região de maior vulnerabilidade social do município de Fortaleza².

Durante os meses de junho e julho de 2015, a pesquisadora passou a se dirigir a Casa Brasil. A partir do contato com este equipamento tornou-se possível acessar informações de alguns egressos do PRONATEC BSM que realizaram os cursos nos anos de 2013 e 2014, tais como nome, telefone e e-mails de alguns. Neste equipamento já havia dados referentes aos egressos que chegaram a concluir os cursos pelo Programa.

A Casa Brasil do bairro Granja Portugal realizou alguns cursos do PRONATEC em sua própria estrutura, entretanto, muitos egressos que realizaram as pré-inscrições neste equipamento foram direcionados para as instituições do Sistema S.

A partir do acesso a informações referentes aos egressos que chegaram ao PRONATEC BMS por meio da Casa Brasil, foram realizadas ligações para os mesmos a fim de convidá-los a participarem da pesquisa. A pesquisadora encontrou dificuldade também em relação à definição da amostra. Primeiro pelo fato de que o Programa se destina a um público bastante diversificado, pois se volta para pessoas inscritas no Cadastro único com idade a partir de 16 anos. Segundo, devido à dispersão dos egressos, pois muitos deles não residiam mais no bairro Granja Portugal e outros, que foram contatados, não se dispuseram a participar da pesquisa. Assim, a amostra se deu por acessibilidade ou por conveniência. Nesse tipo de amostra são selecionados pelo pesquisador os meios aos quais tiver acesso, ao entender que estes possibilitem, de algum modo, representar o universo a ser pesquisado. Tal amostragem geralmente é utilizada em estudos exploratórios ou qualitativos, para os quais não é requerido um nível de precisão elevado. A amostra por acessibilidade é um tipo de amostra básica, não necessitando de rigidez estatística. Nesse sentido, ela se tornou ideal para esta pesquisa, tendo em vista a dificuldade em defini-la de modo preciso (GIL, 2008). Portanto, foi a realidade do objeto desta pesquisa que levou a pesquisadora à sua amostra.

As técnicas usadas na pesquisa empírica foram a entrevista e aplicação de questionário. Segundo Gil (2008), a entrevista possibilita que haja uma aproximação entre o pesquisador e o pesquisado, facilitando as perguntas para a

² Segundo pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2011.

obtenção de dados. Essa técnica permite que o investigador esteja frente ao investigado, fazendo-lhe perguntas com o intuito de obter informações pertinentes à investigação, constituindo-se numa forma de interação social.

De acordo com o mesmo autor (*idem*), a entrevista apresenta vantagens que levam a pesquisadora a escolhê-la como técnica de investigação, quais sejam: não exige que o entrevistado tenha certo grau de instrução; favorece uma maior flexibilidade, uma vez que permite que o entrevistador esclareça dúvidas sobre as perguntas, adaptando-as à compreensão do pesquisado; possibilita uma melhor captação das respostas, já que permite que o investigador observe os movimentos corporais do entrevistado, bem como seu tom de voz, dentre outras. Afinal, como assinala Gressler (2004), a interação entre pesquisador e pesquisado não se dá apenas por meio das palavras, mas também pelas expressões fisionômicas, através de olhares, gestos, dentre outras manifestações comportamentais. São aspectos que se vivenciam, de fato, na prática. Durante as entrevistas muitos egressos se emocionaram ao relatarem sua trajetória de vida, especialmente as mulheres, que, em sua maioria, não tiveram oportunidade de dar continuidade aos estudos enquanto jovens e ingressar no mercado de trabalho, em virtude de terem que cuidar dos filhos e de suas casas.

Uma vez que a entrevista possibilita que o entrevistado exponha suas expectativas, seus sentimentos, suas crenças, seus desejos etc., essa técnica se mostrou bastante adequada para este estudo, já que buscou compreender expectativas e compreensões dos entrevistados referentes ao PRONATEC Brasil Sem Miséria. A entrevista se deu de forma semiestruturada, de modo que possibilitou que o entrevistado tivesse mais liberdade em suas respostas. A pesquisadora, por sua vez, buscou se atentar para que o foco não fosse desviado, direcionando sempre a entrevista. Este foi um dos desafios que a pesquisadora considerou em relação à técnica da entrevista, ou seja, o da capacidade tanto de direcionar as falas ao objetivo do estudo, quanto ao de considerar outras questões apresentadas pelos pesquisados, que embora não dialogassem diretamente com os objetivos da pesquisa, foram importantes por possibilitarem um conhecimento referente às histórias de vida de cada um. Outro aspecto importante observado refere-se à sensibilidade que o pesquisador deve possuir para adequar as perguntas à realidade de cada sujeito e ao seu grau de instrução. No caso dos egressos entrevistados, a grande maioria vinha de uma escolarização precária, sendo que

alguns sequer chegaram a acessar o ensino médio. Desse modo, algumas vezes a pesquisadora precisou esclarecer melhor os entrevistados em relação àquilo que pretendia abordar.

Foram entrevistados onze egressos do PRONATEC BSM. Além destes, também foram entrevistadas três profissionais da SETRA que trabalham na célula de qualificação profissional, tendo em vista compreender como se dá a execução e o acompanhamento do PRONATEC BSM em Fortaleza-CE, assim como entender quais os limites, as dificuldades e os principais desafios desse Programa. Portanto, ao todo, foram entrevistadas quatorze pessoas.

O questionário foi utilizado com o intuito de transformar os objetivos da pesquisa em questões específicas (GIL, 2009). No caso desta pesquisa, o questionário foi fundamental, uma vez que possibilitou que se traçasse o perfil socioeconômico dos entrevistados, tanto dos egressos do PRONATEC quanto dos profissionais da SETRA. Os questionários foram aplicados na ocasião das entrevistas, sendo um deles aplicado por via eletrônica.

Feitas estas considerações sobre a escolha do método, do tipo e das técnicas de pesquisa, será apresentado a seguir o modo como foi estruturada esta monografia, a qual está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado o *“trabalho livre” e a lei geral da acumulação capitalista: origens da questão social e das políticas sociais discute* a categoria trabalho como meio de sobrevivência humana, a partir da perspectiva marxista, analisando suas configurações na sociabilidade capitalista. Busca analisar a lei geral da acumulação capitalista, expressa no fato de a produção da riqueza social implicar na produção contínua da pobreza, uma vez que a riqueza socialmente produzida é apropriada de forma privada. A partir dessa lei tem-se como consequência tanto o desemprego como o pauperismo, a partir da formação de uma população supérflua para o capital. O capítulo analisa, ainda, a questão social e o surgimento das políticas sociais a partir da intervenção do Estado na esfera social.

O segundo capítulo intitulado *A política de assistência social: a centralidade no combate à extrema pobreza e a perspectiva de integração dos usuários ao mercado de trabalho*, aborda a constituição da assistência social como política pública. Analisa o surgimento e a expansão das políticas sociais no período denominado “anos gloriosos” do capital, por meio do pacto keynesiano/fordista. Tal período é marcado tanto pela ampliação da participação do Estado nas esferas

política, econômica e social, quanto pela expansão da produção e do consumo. O capítulo faz um recorte da realidade brasileira, que não vivenciou um Estado de Bem-Estar Social, mostrando a constituição das políticas sociais no País, em especial a trajetória da assistência social, que só se torna uma política pública a partir da Constituição Federal de 1988. Reflete, ainda, sobre a crise estrutural do capital a partir dos anos 1970, e seus rebatimentos para a classe trabalhadora e para as políticas sociais. Analisa a assistência social como forma de enfrentamento da questão social no atual contexto brasileiro, especialmente no que se refere ao fenômeno da extrema pobreza, à precarização do trabalho e ao desemprego. Também busca analisar o fato de que hoje que tem sido lançada para a política de assistência social o desafio de inserir/reinserir a população usuária no mercado de trabalho via qualificação profissional. Por isso, dialoga com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC BSM.

Por fim, o terceiro capítulo como título *O PRONATEC Brasil Sem Miséria em Fortaleza-CE: uma análise do Programa na percepção dos egressos* apresenta os resultados da pesquisa empírica, trazendo falas e percepções dos entrevistados referentes ao PRONATEC BSM. Traz ainda o perfil socioeconômico dos egressos entrevistados e sua trajetória de vida. PRONATEC. Faz, embora de forma breve, um resgate dos programas de qualificação profissional no Brasil próximos ao PRONATEC BSM. Por fim, tece críticas em relação às limitações deste Programa, especialmente no que se refere à inserção dos usuários da política de assistência social no mercado de trabalho como estratégia de superação da condição de pobreza e extrema pobreza.

Nas considerações finais, a pesquisadora busca sintetizar o que foi exposto ao longo do estudo, apontando suas próprias percepções em torno do objeto pesquisado a partir da literatura consultada e de seu contato com o campo.

Ressalta-se aos leitores que esta pesquisa não se esgota nas próximas páginas, uma vez que a realidade constitui-se num universo complexo e infinito e que, portanto, está em constante movimento. Assim, fica o desafio para estudiosos que tenham interesse em continuar e aprofundar a temática, como é o caso desta pesquisadora.

2 O “TRABALHO LIVRE” E A LEI GERAL DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: ORIGENS DA QUESTÃO SOCIAL E DAS POLÍTICAS SOCIAIS

2.1 O TRABALHO SOB O SISTEMA SOCIOMETABÓLICO DO CAPITAL

O trabalho, independente de qualquer forma de sociedade, é uma condição básica para a sobrevivência humana na terra. Trata-se da atividade pela qual o homem, desde seus primórdios, age sobre a natureza a fim de satisfazer suas necessidades, desenvolvendo, assim, suas capacidades, ampliando seus conhecimentos e adquirindo novas habilidades. Desse modo, na medida em que o homem modifica o meio em que vive, a partir de sua capacidade física e teleológica, modifica a si mesmo.

Nessa perspectiva, Marx (2004, p. 211) define o trabalho como:

Um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Na concepção marxiana, o trabalho funda o ser social e assume a centralidade na sociabilidade humana, diferenciando o homem dos animais, uma vez que somente o primeiro tem a capacidade de antecipar em sua mente o resultado de suas ações, antes mesmo de realizá-las. Tal capacidade, denominada por Lukács (1968) de teleologia, é explicitada na seguinte comparação de Marx:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira (...) (MARX, 2004, p. 211-212).

O trabalho é, portanto, a categoria que permite o salto ontológico³ do ser puramente biológico ao ser social. Em outras palavras, o salto não se dá a partir da mera fabricação de produtos, mas através do papel desempenhado pela consciência, capaz de ultrapassar o mero epifenômeno da reprodução biológica (LUKÁCS, 1968).

Lessa (2007) observa que é somente no século XIX, a partir das contribuições de Marx, que a história passa a ser compreendida como resultado exclusivo da ação dos homens em sociedade, a qual está fundada no trabalho. Segundo o autor,

É preciso notar que, para Marx, o fato de o trabalho ser a categoria fundante do mundo dos homens não significa que o trabalho seja a ele anterior, nem significa que não possa ser modificado pela história que ele próprio funda. Muito pelo contrário, para o pensador alemão o trabalho apenas pode ser categoria fundante do mundo dos homens porque é parte movida e motora deste mundo – apenas pode ser fundante do mundo dos homens porque é categoria social. O trabalho é a categoria fundante não porque venha “antes” da sociedade (a rigor ela não pode existir fora do ser social, porque não é uma categoria da natureza), mas porque, na relação com a totalidade social, é o local por excelência da produção das necessidades e possibilidades que marcarão o desenvolvimento histórico do gênero humano (LESSA, 2007, p. 27).

Ocorre que, sob o capitalismo, sistema sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011), o trabalho se torna alienado, na medida em que o produto desta atividade não pertence mais ao sujeito da produção, mas ao capitalista, para quem o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário.

Portanto, o trabalho como atividade do homem voltada para a satisfação de suas necessidades, atividade criadora e criativa, torna-se, no modo de produção capitalista, um trabalho forçado, sofrido, fatigado e angustiante, de modo que apenas fora do trabalho é que o trabalhador se sentirá livre (MARX, 2008b).

Marx, em seus manuscritos econômico-filosóficos (2008b), analisa quatro aspectos da alienação do trabalho. Em primeiro lugar, a alienação do produto do

³ Para Lukács (2013, p. 46) “todo salto implica uma mudança qualitativa e estrutural do ser [...]. A essência do salto é constituída por essa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento e não pelo nascimento [...] da nova forma de ser”. Engels (1952) também refletiu sobre o fenômeno do salto ontológico a partir de sua compreensão de que o trabalho foi a mediação que permitiu a transformação do macaco em homem. Para este autor o trabalho é, também, a condição fundamental de toda existência humana.

trabalho. Esse aspecto diz respeito à relação de estranhamento entre o trabalhador e o resultado do seu trabalho, uma vez que este possui uma existência exterior ao homem, sendo independente dele e estranha a ele. Isso demonstra, nada mais, nada menos, que o objeto produzido pelo trabalhador, ou seja, o produto do seu trabalho, se lhe apresenta como um ser estranho, independente de si. Entretanto, o produto resultante do trabalho não passa de trabalho objetivado.

Em segundo lugar, Marx analisa a alienação do processo de produção, denominada de auto-alienação. Ora, se o produto do trabalho da atividade do homem lhe é estranho, o próprio processo de produção é alienação, pois o produto não é outra coisa além do resumo da atividade, daquilo que se produz. Segundo o autor (2008b, p. 83) a vida é senão atividade; assim sendo, o processo de produção na sociedade capitalista aliena o homem de sua própria atividade humana, como atividade que acaba por não lhe pertencer, atividade como infortúnio, força como inoperância, “a energia espiritual e física própria do trabalhador, a sua vida pessoal (...) como uma atividade voltada contra ele mesmo, independente dele (...)”. É a própria alienação de si.

Em terceiro lugar, a alienação da vida genérica. O homem é um ser genérico, universal e livre, que vive dos frutos da natureza. Esta, desse modo, constitui-se parte integrante do homem por ser seu meio de vida assim como instrumento de sua atividade vital; “a natureza é seu corpo, com o qual ele [o homem] tem de ficar num processo contínuo para não morrer” (MARX, 2008b, p. 84). O trabalho alienado, por sua vez, aliena a natureza do homem e aliena o homem de si mesmo. Transforma sua vida genérica em vida individual. “O trabalho, atividade vital, a vida produtiva mesma aparece ao homem apenas como um meio para a satisfação de uma carência, a necessidade de manutenção da existência física” (IDEM, IBIDEM). A vida resume-se a um meio de vida.

Por fim, Marx (2008b, p. 86) analisa a alienação do homem em relação aos outros homens, trazendo o seguinte questionamento: “Se o produto do trabalho me é estranho, [se ele] defronta-se comigo como poder estranho, a quem ele pertence então? Se minha própria atividade não me pertence, é uma atividade estranha, forçada, a quem ela pertence então?”. Assim, o autor conclui que esse outro ser a quem pertence o trabalho e o produto do trabalho só pode ser o próprio homem. Assim, a alienação do homem consigo mesmo e com a natureza também se expressa em sua relação com seus semelhantes.

Nesse sentido, na sociabilidade capitalista, todas as funções reprodutivas sociais, inclusive o trabalho, são subordinadas ao capital, que, de acordo com Mészáros (2011), não se constitui em uma entidade natural, nem tampouco, uma estrutura que se possa racionalmente controlar, mas, constitui-se em um sistema sociometabólico incontrolável.

O sistema sociometabólico do capital é o primeiro na história a se constituir “como totalizador, irrecusável e irresistível” (MÉSZÁROS, 2011, p. 97), apresentando-se sobre um caráter expansionista, globalizante e destrutivo. Não havendo limites para sua expansão, esse sistema é, portanto, incontrolável, uma vez que se constitui na estrutura totalizadora mais poderosa que se formou no decorrer da história, a ponto de sujeitar tudo, inclusive os seres humanos, ao seu controle. Desse modo, esse sistema possui uma dinamicidade que supera a dinâmica dos anteriores sistemas de controle metabólico juntos. Para isso, o preço que se paga é a total perda da incapacidade de tomada de decisão, e não apenas do trabalhador, mas, inclusive, dos capitalistas mais ricos, que ou se submetem aos imperativos do sistema, ou perdem seus negócios. Assim, pode-se perceber que o sistema sociometabólico do capital não faz distinção de quem ou do que vai manipular, sujeitar e controlar. Aquele ou aquilo que não se sujeita a esse sistema perece, daí, portanto, seu caráter totalizador, irrecusável e irresistível, como qualificou Mészáros.

Para o mesmo autor (2011) não se pode imaginar outro sistema de controle mais absorvente e totalitário que o sistema sociometabólico do capital. Segundo ele,

O capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p. 188).

Para se legitimar o sistema sociometabólico do capital apoia-se no tripé: trabalho alienado, capital e Estado, sendo, contudo, impossível superar o capital sem destruir essas três dimensões, que se encontram interligadas uma a outra. “Sendo assim, nem o capital, nem o trabalho, nem sequer o Estado podem ser

simplesmente abolidos, mesmo pela mais radical intervenção jurídica” (MÉSZÁROS, 2011, p. 600). Destarte,

Devido à inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital plenamente articulado – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e o Estado. Pois, paradoxalmente, o pilar material fundamental de suporte do capital não é o Estado, mas o trabalho em sua contínua dependência estrutural do capital (IDEM, IBIDEM, p. 601).

O Estado, por conseguinte, é uma estrutura jurídica extremamente importante para sustentar, legitimar e proteger o sistema sociometabólico do capital, alinhando sua estrutura reguladora com a dinâmica desse sistema. Entretanto, o principal pilar do sistema é o trabalho.

Marx (2004), ao analisar o trabalho sob o domínio do capital, entende que este não é algo material, mas uma relação social de produção relacionada a uma dada formação social histórica corporificada em uma coisa material. É o conjunto dos meios de produção convertido em capital, a partir da apropriação por determinada parte da sociedade dos produtos e das condições do exercício da força de trabalho. É uma relação social que tem como base o trabalho assalariado. Assim, tanto o capital necessita do trabalho assalariado quanto este só existe em relação com aquele. Assim, “um se expressa no outro, um recria ou outro, um nega o outro” (IAMAMOTO, 2014, p. 37).

Marx (2008b), afirma ser o capital trabalho armazenado, fruto da apropriação privada do trabalho alheio, possuindo o poder de governar o trabalho e seus resultados. O capitalista tem o poder de se apropriar do trabalho alheio por ser ele proprietário do capital e não por suas propriedades humanas ou pessoais. O capital possui duas características que lhe são particulares: a mercadoria e a mais-valia.

Na sociedade capitalista, o objetivo do trabalho não é mais a produção de valores de uso que satisfaçam às necessidades humanas, mas de valores de troca para o capitalista e, sobretudo, de mais-valia. A produção de valor-de-uso é movida pelo interesse no valor-de-troca, voltado para a venda, ou seja, para a mercadoria. Esta se constitui a base da sociedade, capitalista. Segundo Marx (2004, p. 57), a mercadoria é um objeto externo, algo que satisfaz necessidades humanas seja “qual

for a sua natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. O autor, na citação abaixo, analisa detalhadamente as condições em que se dá o processo de produção da mercadoria:

Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores-de-uso. Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor-de-troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-las, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou um bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso, quer produzir mercadorias; além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia) (MARX, 2004, p. 220).

No capitalismo, ao emergir o trabalho livre⁴, o próprio trabalhador se torna uma mercadoria, uma vez que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver. Quanto mais o trabalhador produz riqueza para o capitalista, mais miserável se torna; quanto maior quantidade de bens produz, torna-se uma mercadoria tanto quanto barata (MARX, 2008b).

O objetivo da produção de mercadoria é gerar um valor excedente, gerar mais-valia. Esta se constitui na principal finalidade, sendo o meio determinante da produção, com o objetivo de diminuição do custo no processo produtivo. Portanto, a produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, mas é, sobretudo, a produção de mais-valia, uma vez que o operário não produz para si mesmo, mas para o capital. Marx (2004) analisou dois tipos de mais-valia, a absoluta e a relativa:

Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia-relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (MARX, 2004, p. 366).

Portanto, a mais-valia não é, senão, valor excedente gerado pela força de trabalho. Assim, não é suficiente para o capitalista que o trabalhador apenas

⁴ O trabalho livre emerge a partir da sociabilidade capitalista. O trabalhador livre é aquele que necessita vender sua força de trabalho para sobreviver, dependendo da demanda por força de trabalho pelos empresários capitalistas. Segundo Marx (apud IAMAMOTO, 2001, p. 16) “Com respeito às condições econômicas é mera capacidade de trabalho e por isso, dotado de necessidades vitais. É um necessitado em todos os sentidos, visto não dispor das condições objetivas para a realização de sua capacidade de trabalho. Quando o capitalista não necessita do sobretrabalho do indivíduo ele não pode realizar o trabalho necessário, produzir seus meios de subsistência. Quando não pode obtê-los por meio do intercâmbio mercantil obterá por meio de esmolas que sobrem para ele da renda de todas as classes”.

produza, mas que produza mais-valia. Para Marx (2004) só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor, que contribui para a valorização do capital. A mais-valia-absoluta se dá a partir do prolongamento da jornada de trabalho, além da necessária para a produção dos artigos, e a mais-valia-relativa, por sua vez, pela abreviação do tempo de trabalho socialmente necessário.

2.2 A CRIAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO SUPÉRFLUA PARA O CAPITAL E A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL

Como forma de garantia de sua reprodução o capital procura, por um lado, adiantar dinheiro através da incorporação da força viva de trabalho ao processo de produção, com intensa extração de mais-valia absoluta. Com a mais-valia-relativa, por outro lado, o capital rejeita parte significativa dessa mesma força de trabalho. Assim, a partir dos lucros com a produtividade, proveniente da exploração da força de trabalho sob a forma de mais-valia, o capitalista incorpora no processo de produção os avanços técnicos e científicos, contribuindo para que os trabalhadores produzam uma maior quantidade de produtos em um menor tempo. Em consequência disso,

Reduz-se o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias [...] ampliando simultaneamente o tempo de trabalho excedente ou mais-valia. [...] Reduz-se relativamente o capital variável – empregado na força de trabalho- e aumenta-se o capital constante, empregado nos meios materiais de produção. A incorporação das conquistas da ciência no processo de produção na sua globalidade – ela mesma uma força produtiva por excelência – contribui para acelerar a produtividade do trabalho e a rotação do capital, permitindo uma ampliação das taxas de lucratividade [...]. (IAMAMOTO, 2001, p. 14).

Portanto, com o avanço da ciência na produção ao invés de se proporcionar tempo livre para os trabalhadores, o que se tem é a intensificação de sua exploração. Ou seja, com a redução do tempo de trabalho socialmente necessário o capital busca intensificar a extração de mais-valia daqueles que mantém nos postos de trabalho, lançando muitos outros ao ócio forçado (SANTOS, 2012).

A partir dessa lógica, forma-se uma quantidade de trabalhadores supérfluos para o capital, mas que o subsidia em suas necessidades, como, por exemplo, favorecendo a concorrência entre os trabalhadores, interferindo, inclusive,

na regulação dos salários. Tais características são expressões da própria lei geral da acumulação capitalista, isto é: “(...) apesar de criar e recriar a necessidade de integrar a maior quantidade de trabalhadores ativos para ocupar os postos de trabalho, gerando mais sobretrabalho, o capital, contraditoriamente, realiza um movimento oposto” (MARANHÃO, 2010, p. 44). De acordo com Iamamoto (2001, p. 15),

Cresce (...) uma superpopulação relativa para esse padrão de desenvolvimento (...) os supérfluos para o capital, acirrando a concorrência entre os trabalhadores - a oferta e a procura, com evidente interferência na regulação de salários (...). Dentre essa superpopulação relativa – que à época da revolução industrial inglesa era qualificada de “exército industrial de reserva” – encontram-se os segmentos intermitentes, sujeitos às oscilações cíclicas e eventuais de absorção e repulsa do trabalho nos centros industriais; a superpopulação latente na agricultura, fruto da redução de demanda de força de trabalho decorrente do seu processo de industrialização, não acompanhada de igual capacidade de absorção dos trabalhadores nos polos urbano-industriais. Inclui-se também aquela parcela estagnada de trabalhadores ativos com ocupações irregulares e eventuais: os precarizados, temporários, com “máximo de tempo de serviço e mínimo de salário”, sobrevivendo abaixo do nível médio da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001, p. 15).

Deste modo, ao mesmo tempo em que se tem um desenvolvimento no modo de produção, tem-se um retrocesso para a condição do trabalhador. A lei da acumulação capitalista incide de forma voraz sobre aqueles que detêm unicamente sua força de trabalho para sobreviver, criando uma reserva de trabalhadores disponíveis ao capital, mas que pode ou ser absorvida em momentos expansivos, ou expulsa em períodos de crise, na medida em que se tenha acumulação.

Fica claro, portanto, que tal lei cria uma condição de extrema exploração e precarização para os trabalhadores, provocando o desemprego estrutural, uma vez que o trabalho desempenhado pelas máquinas substitui grande quantidade de trabalhadores que não conseguirão mais acessar postos de trabalho. Essa situação acirra as desigualdades sociais, gerando um acúmulo da miséria atinente à acumulação capitalista. Desse processo, produzem-se e reproduzem-se as bases da questão social na sociedade capitalista (IAMAMOTO, 2001).

A expressão questão social foi utilizada no século XIX para dar conta do fenômeno do pauperismo (NETTO, 2001). Apesar de esta expressão não ser utilizado por Marx, a tradição marxista dá base para a sua compreensão, uma vez que suas manifestações são fruto do processo de acumulação do capital, a partir da

sua lei geral de acumulação, expressa no domínio do capital sobre o trabalho, do qual decorrem as desigualdades sociais e o crescimento do pauperismo. Este é, por sua vez,

Expressão das contradições inerentes ao capitalismo que, ao constituir o trabalho vivo como única fonte de valor e, ao mesmo tempo, reduzi-lo progressivamente em decorrência da elevação da composição orgânica do capital – o que implica o predomínio do trabalho morto sobre o vivo –, promove a expansão do exército industrial de reserva ou superpopulação relativa em larga escala. (BHERIN G e BOSCHETTI, 2011, p. 52-53).

A pauperização massiva da classe trabalhadora foi uma das expressões do capitalismo industrial. Apesar de a desigualdade entre ricos e pobres não ser um fenômeno novo, essa pauperização em massa dos trabalhadores não tinha precedência histórica. A pobreza das sociedades anteriores à sociedade burguesa era determinada pelos limites das forças produtivas. Netto (2001) assinala que nunca na história registrada havia se observado uma pobreza crescente em proporção ao aumento da capacidade de produção de riquezas.

Normalmente, o fenômeno da pobreza estava relacionado à escassez, em virtude do desconhecimento de técnicas sofisticadas voltadas à produção. Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas, torna-se possível a ampliação da produção de bens e serviços. O problema da escassez, da fome, poderia ter sido solucionado, mas, o que se vê é um aumento de pessoas não só despossuídas dos resultados dos avanços da produção, mas privadas, inclusive, das condições materiais que já possuíam anteriormente⁵. Assim, “a pobreza acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos (...) da sua redução” (NETTO, 2001, p. 43).

Santos (2012) analisa que o que difere a pobreza existente em modos de produção anteriores ao modo de produção do capital é o fato de que, neste último, ela é um fenômeno socialmente produzido, uma vez que há capacidade de controlar os fatores naturais que geram escassez, por meio do avanço das forças produtivas. É a partir desse cenário que se têm as condições objetivas e subjetivas para a

⁵ Anteriormente ao advento da indústria, durante o modo de produção feudal, as pessoas viviam, em geral, no campo, estando vinculadas ao seu senhor. “Nesse modo de produção o servo era proprietário dos meios de produção. No modo de produção capitalista produz-se uma ruptura entre a posse dos meios de produção e o trabalhador. Os meios de produção passam a ser de propriedade do capitalista, pela expropriação, pela reprodução simples e ampliada, pela acumulação” (FALEIROS, 2009, p. 12).

reivindicação política dos trabalhadores. Os pauperizados não se conformando com essa situação realizam protestos que ameaçam as instituições sociais existentes. Desse modo, ao ser problematizado socialmente pela classe trabalhadora, o pauperismo é designado como questão social.

Para Iamamoto (2014) o surgimento da questão social está relacionado ao processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político, exigindo do Estado e do empresariado o seu reconhecimento como classe social. Nesse sentido, a questão social

Diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho com meio de satisfação de suas necessidades vitais (IAMAMOTO, 2014, p. 16-17).

É nesse contexto que se tem o surgimento das políticas sociais, a partir da intervenção do Estado nas sequelas da questão social. Surgidas já na modernidade, em fins do século XIX, as políticas sociais não foram pensadas como uma forma de ampliação da democracia ou com o objetivo de mudar a condição precária do proletariado, mas sua origem foi estratégia do próprio capital para se manter hegemônico, visando conter a inquietação dos trabalhadores, que se tornaram conscientes de sua condição de explorados e passaram a reivindicar melhorias de vida (MOREIRA, 2006). Ao mesmo tempo, porém, representam conquista da classe trabalhadora, fruto histórico das lutas dos trabalhadores. Representam, portanto, a própria dinâmica contraditória da sociedade capitalista, produto da disputa de interesses divergentes entre capital e trabalho (MOTA, 2009).

2.3 AS POLÍTICAS SOCIAIS COMO RESPOSTAS DO ESTADO ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

É, portanto, da confluência de conflitos entre capital e trabalho que surgem as protoformas das políticas sociais. Para Behring e Boschetti (2011) indicar um momento preciso do surgimento de tais políticas torna-se difícil, uma vez que constituem um processo social. Entretanto, pode-se indicar que elas se gestaram no

contexto dos movimentos de expansão do capitalismo a partir da Revolução Industrial, das lutas entre burguesia e proletariado e da intervenção do Estado. De acordo com as mesmas autoras (2011, p.47), “as sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem”.

As legislações inglesas que antecederam a Revolução Industrial tinham o objetivo de obrigar o trabalho a todos que dependiam da sua força de trabalho para sobreviver, forçar o pobre a aceitar qualquer trabalho que lhe fosse oferecido, sem que este pudesse negociar sua remuneração, além de objetivar impedir a mendicância daqueles válidos para o trabalho, mas excluídos do mercado. As principais leis foram: Estatuto dos Trabalhadores (1349), Estatuto dos Artesãos (1563), Lei de Domicílio (1662), *Speenhamland Act* (1795) e Nova Lei dos Pobres (1834). Conforme as autoras,

Essas legislações estabeleciam distinção entre pobres “merecedores” (aqueles comprovadamente incapazes de trabalhar e alguns adultos capazes considerados pela moral da época como pobres merecedores, em geral nobres empobrecido) e pobres “não merecedores” (todos que possuíam capacidade, ainda que mínima, para desenvolver qualquer tipo de atividade laborativa). Aos primeiros (...) era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretensão dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentavam na perspectiva do direito (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 49).

As primeiras legislações na área social tinham o objetivo de obrigar os pobres ao trabalho para, assim, compensar a assistência que recebiam. A *speenhamland* se diferencia das leis anteriores por possuir um aspecto menos repressor. Era uma lei que determinava um valor para complementar os salários. Esta lei “garantia assistência social a empregados e desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento (...) era um direito assegurado em lei” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 49). Além desses aspectos, a *speenhamland* permitia que o trabalhador negociasse o valor da sua força de trabalho, embora de forma mínima. Entretanto, em 1834, tem-se a revogação dessa lei pela nova lei dos pobres que reinstalou a obrigação ao trabalho forçado para os pobres capazes. Behring e Boschetti analisam que, se as legislações sociais pré-capitalistas apresentavam um caráter punitivo, restritivo, atuando a partir do entrecorte da assistência social e do trabalho coagido, o abandono de tais políticas, a partir do

apogeu da Revolução Industrial joga os pobres à “liberdade desprotegida”, no contexto de submissão do trabalho ao capital, tendo o pauperismo como fenômeno mais expressivo da questão social. A partir das lutas dos trabalhadores é que se têm novas legislações sociais e trabalhistas por meio da intervenção estatal.

Assim, percebe-se que a organização e mobilização da classe trabalhadora são fundamentais para a mudança do papel do Estado e para a ampliação dos direitos sociais, tendo como principais reivindicações a luta pela emancipação humana, socialização da riqueza e instituição de uma sociabilidade não condizente com a capitalista.

Faleiros (2008) realiza uma análise em torno do papel das políticas sociais no capitalismo. Segundo o autor,

Há os que consideram as políticas sociais como o resultado de um maquiavelismo do capital, e, de sua acumulação, sem uma análise dos limites impostos ao capital pela própria realidade e pelas lutas sociais. (...) As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também, medidas más em si mesmas, como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação e de pura escamoteação da realidade de exploração da classe operária. Trata-se, nos dois casos, de uma concepção instrumentalista e mecanicista que não tem em conta a realidade da exploração capitalista e da correlação de forças sociais (FALEIROS, 2009, p. 59-60).

Ao analisar a função ideológica da política social no capitalismo, Faleiros compreende que, ao mesmo tempo em que ela estigmatiza e controla a população, oculta da mesma a relação que há entre os problemas sentidos com o contexto social global. Segundo ele, “Aos olhos da população, parece que as medidas sociais deixaram de ser repressivas, passando-se a uma etapa de humanização” (2009, p. 63). Esse discurso da humanização se constitui em uma ideologia falsa para compensar a realidade desumanizada da sociabilidade do capital.

Em sua análise, o referido autor (2009) chama atenção para o fato de que a política social possui um caráter contraditório não só por contribuir para a valorização do capital, mas por interferir diretamente na valorização e na validação da força de trabalho, como mercadoria especial. Ele também analisa que tanto há políticas que valorizam a força de trabalho quanto há políticas que a desvalorizam. Estas últimas, aliadas à sustentação de mão-de-obra excedente, pressionam direta

ou indiretamente para o rebaixamento de salários e benefícios prestados. Desse modo exemplifica:

A política social da infância [...] vinculada ainda à manutenção da família como prioridade, mantém e forma a reserva de futura mão-de-obra, mas deve ser entendida na dinâmica das lutas pelos direitos da criança e de sua cidadania, e não de forma mecânica e determinista. A criação de creches está também vinculada à participação da mulher como força de trabalho, lançando novos trabalhadores no mercado ou na reserva, segundo sua expansão ou recessão econômicas e as lutas dos movimentos sociais pelos direitos da mulher enquanto cidadã e trabalhadora, inclusive pela igualdade de gênero (FALEIROS, 2009, p. 77).

Outro aspecto analisado por Faleiros acerca da política social no capitalismo é a reprodução dinâmica das desigualdades sociais. Para o autor, as políticas sociais (como habitação, seguros sociais, assistência social, formação profissional, etc.) não apenas reproduzem a força de trabalho, mas determinam o lugar de ocupação da classe trabalhadora no sistema de produção. Assim, a rede de atendimento das necessidades da classe operária se dá com recursos bastante restritos, sendo de qualidade deteriorada, enquanto a rede da burguesia possui grande tecnologia, com melhores profissionais e grande quantidade de recursos. Assim,

Mesmo que as redes de atendimento institucional cresçam, os problemas continuam mantendo-se, reproduzindo-se, pois a política concentradora e excludente de atendimentos faz com que os trabalhadores paguem e financiem os serviços melhores para as classes dominantes, numa situação de “perversidade” social, de um ciclo vicioso de exploração e de sua manutenção (FALEIROS, 2009, p. 77).

Em outras palavras, a política social no capitalismo contribui para a manutenção da ordem social, pois “[...] não só a reprodução da força de trabalho, mas a reprodução de sua aceitação da ordem social dominante são fundamentais para o funcionamento da acumulação a longo prazo [...]”. Para isso, é preciso a luta, o consenso, a disputa hegemônica. Nesse sentido, a política social é essencialmente política, ou seja:

A conservação do poder político, da hegemonia, da capacidade de direção, de manutenção de um “pacto social aceito” (ainda que não negociado com as classes dominadas, portanto, manipulado) por parte das classes dominantes, é função do Estado, mas não instrumento do capitalista em particular. O Estado e suas políticas situam-se num marco histórico estrutural, e não é dentro de uma lógica formal abstrata que se pode compreender suas funções, mas na correlação de forças e lutas sociais e políticas que articulam os movimentos da sociedade com setores do

legislativo e do executivo, formando blocos de pressão e negociação onde os interesses dominados podem se manifestar a obter algumas conquistas (FALEIROS, 2009, p. 79).

Iamamoto (2014) considera que a legislação social, mais do que um pacto entre classes, constitui-se numa ferramenta de exploração econômica e dominação política, aprofundando, assim, a lógica capitalista. A tentativa de integração dos trabalhadores através da legislação social reforça a estratégia do capital de mantê-los em situação de carência. A acumulação se dá, portanto, com o crescimento da miséria dos trabalhadores e de sua subordinação ao capital. Nas palavras da autora (2014, p. 251),

A legislação social se constitui de dispositivos legais que coíbem os maiores excessos e formas “primitivas” de extração de trabalho excedente, mas, em última instância, representa a reafirmação da dominação do capital e nunca seu contrário. Incorpora objetivamente reivindicações históricas do proletariado, para torná-las um acelerador da acumulação através da regulamentação e disciplinamento do mercado de trabalho, o que traz o avanço da subordinação do trabalho ao capital. A noção fetichizada dos direitos (...) tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação.

Iamamoto (2014) também reflete sobre o interesse do Estado em manter a classe trabalhadora sob seu controle. Para isso, incentiva o funcionamento de instituições que representem essa classe, como é o caso dos sindicatos. Ou seja, o Estado, ao mesmo tempo em que não deseja permitir a organização e a mobilização da classe trabalhadora de forma autônoma, também considera importante que haja instituições, sob seu controle, para absorver e enquadrar o movimento dos trabalhadores. Assim, ao permitir o funcionamento dos sindicatos, ao mesmo tempo em que atende algumas necessidades dos trabalhadores, controla-os e os manipula.

A partir da percepção dos autores acima citados, percebe-se que a política social, no modo de produção capitalista, possui um caráter contraditório, uma vez que tanto expressa respostas que atendem às reivindicações históricas da classe trabalhadora, quanto estratégias políticas para garantia da reprodução dos interesses do capital.

As políticas sociais, como respostas do Estado para o enfrentamento da questão social, têm seu apogeu no período Pós-Segunda Guerra Mundial, com uma maior intervenção estatal no âmbito social. Entretanto, esse período foi precedido

pelo liberalismo econômico, vigente do século XIX aos anos 1930, tendo como principal defesa a de que a regulação econômica e social deveria ser responsabilidade do mercado, negando, assim, o Estado interventor e, conseqüentemente, as políticas sociais. Apesar de os liberais econômicos, em especial Adam Smith, criticarem a intervenção estatal, não dispensavam a existência do Estado, sendo este um mal necessário, principalmente para manter um corpo de leis e garantir a liberdade do mercado.

De acordo com Behring e Boschetti (2011), o liberalismo tinha como princípios:

- a) predomínio do individualismo;
- b) bem-estar individual sobreposto ao bem-estar coletivo;
- c) predomínio da liberdade e da competitividade;
- d) naturalização da miséria;
- e) predomínio da lei da necessidade;
- f) manutenção de um Estado mínimo;
- g) a ideia de que as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício;
- h) a ideia de que política social deve ser um paliativo. O penúltimo princípio citado traz a noção de que a assistência social ajuda na reprodução da miséria, da acomodação e do desinteresse pelo trabalho.

Segundo Pereira (2011), para os liberais a proteção social afeta o princípio da liberdade e a individualidade, uma vez que leva o pobre a viver sob a tutela do Estado. A autora analisa que havia liberais, como foi o caso do economista Nassau Senior, que admitiam a ajuda a idosos, pessoas incapazes para o trabalho e desempregados, contanto que essa ajuda não ultrapassasse o valor do salário e nem fosse um direito reconhecido por lei. “Afim, o pobre para não ficar acomodado, não deveria contar com ajuda regular, certa, sistemática e continuada, que viesse a configurar uma obrigação dos poderes públicos” (PEREIRA, 2011, p. 108).

A partir do ideário liberal a resposta à questão social se deu sob forma repressiva, incorporando apenas medidas tímidas para o atendimento às necessidades sociais da classe trabalhadora, sem que para isso tocasse no cerne da questão social. O liberalismo, contudo, entra em crise na segunda metade do

século XIX e início do século XX a partir de alguns fatores político-econômicos, sendo dois destacados pelas autoras Behring e Boschetti. Um diz respeito ao movimento operário, ganhando relevância social ao exigir seu reconhecimento como classe social. Outro aspecto refere-se à passagem do capitalismo concorrencial para a fase monopolista.

Se o liberalismo move-se pela concepção do indivíduo empreendedor, o capitalismo monopolista rompe com tal perspectiva na medida em que, cada vez mais, o mercado passa a ser conduzido pelos grandes monopólios.

Ao realizar um estudo sobre as particularidades do estágio do capitalismo monopolista ou imperialista, Netto (2011, p. 20) descreve que

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica [...]. Com efeito, o ingresso do capitalismo no estágio imperialista assinala uma inflexão em que a totalidade concreta que é a sociedade burguesa ascende à sua maturidade histórica, realizando as possibilidades de desenvolvimento que, objetivadas, tomam mais amplos e complicados os sistemas de mediação que garantem a sua dinâmica (2011, p. 20).

Nesse estágio, o capitalismo converte a ideia da livre concorrência entre o mercado em uma guerra entre os monopólios, cada um tentando sobreviver, custe o que custar. Segundo Netto (idem) o capitalismo monopolista traz características como: crescimento progressivo dos preços das mercadorias; aumento das taxas de lucro para os setores monopolizados; incentivo à economia do trabalho vivo, a partir da incorporação de máquinas mais sofisticadas movidas pela eletricidade, expressão da Segunda Revolução Industrial. Para a garantia da acumulação e valorização capitalistas foi fundamental a participação do Estado⁶, que de acordo

⁶ Para Mézáros (2011), o Estado, como um corpo jurídico, legitima e protege os interesses do capital. Portanto, a participação do Estado para o processo de acumulação do capital é fundamental, embora o modo de intervenção deste varie de acordo com as necessidades daquele. Segundo Netto (2011) desde o absolutismo o Estado adquire um papel intervencionista, entretanto, na fase do capitalismo monopolista ou imperialista essa intervenção muda substancialmente. “Até então, o Estado [...] atuara como ocioso guardião das *condições externas da produção capitalista*. Ultrapassava a fronteira de garantidor da propriedade privada dos meios de produção burgueses somente em situações precisas – donde um intervencionismo emergencial, episódico, pontual. Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro*, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções *econômicas*” (NETTO, 2011, p. 24-25) (Grifos originais do autor).

com o autor (2011, p. 26), foi absorvido pelo capital monopolista, passando a ser seu “comitê executivo”. Nessa perspectiva,

Para exercer, no plano estrito do jogo econômico, o papel de “comitê executivo” da burguesia monopolista, ele deve legitimar-se *politicamente* incorporando outros protagonistas sócio-políticos. O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um *consenso* que assegura seu desempenho (NETTO, 2011, p. 27).

De acordo com Netto (*idem*), o capitalismo monopolista ascendeu concomitante à organização e luta dos trabalhadores. Assim, o autor analisa que, sem dúvida, as políticas sociais transcorrem essencialmente da organização e mobilização da classe operária e dos demais trabalhadores, a partir das quais o Estado passa a responder estrategicamente. Entretanto, as políticas sociais, longe de se encerrarem num conflito entre os segmentos sociais demandantes e o Estado burguês monopolista, constituem-se resultantes complexas de demandas e protagonistas permeadas de contradições, conflitos e confrontos.

Behring e Boschetti (2011) reconhecem que as lutas sociais e a emergência do capitalismo monopolista impactaram para a mudança do papel do Estado no que se refere, especialmente, às políticas sociais, entretanto, as autoras apontam outro fator decisivo, a crise de 1929:

A concorrência intercapitalista feroz entre grandes empresas de base nacional ultrapassou as fronteiras e se transformou em confronto aberto e bárbaro nas duas grandes guerras mundiais. Mas, para além das guerras, existe um divisor de águas muito importante, a partir do qual as elites político-econômicas começam a reconhecer os limites do mercado se deixado à mercê dos seus supostos movimentos naturais: a crise de 1929-1932 (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 68).

De acordo com Faleiros (2009) a expansão ou a restrição das políticas sociais dependem das conjunturas e das relações de forças. “Em períodos de forte pressão social e de crise, os governos buscam legitimar-se para manter a paz social, a divisão das forças dominadas e o consenso social” (p. 105). Os efeitos da crise de 1929 serão determinantes para a mudança do papel do Estado frente à condução das dimensões econômica, política e social. É nesse contexto que o Estado se torna bastante interventor, não se constituindo mais como um simples mal necessário, mas como um organismo fundamental para conter as sequelas dessa crise. As

políticas sociais, portanto, passaram a constituir o conjunto de medidas de combate às crises cíclicas do capital.

A partir desse capítulo percebe-se que a lei geral da acumulação capitalista cria uma população supérflua para o capital, favorecendo, com isso, o desenvolvimento e o crescimento do pauperismo e o fenômeno do desemprego estrutural, pois na medida em que o capital incorpora máquinas no processo produtivo lança considerável número de trabalhadores ao ócio forçado não remunerado. Vale ressaltar, como bem fez Netto e Braz (2006), que o desemprego não é consequente do desenvolvimento das forças produtivas, mas do desenvolvimento das forças produtivas sob o domínio capitalista.

A taxa de desemprego na realidade brasileira, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em referência ao primeiro trimestre de 2015, equivalia a 7,9%, o que representava 7,934 (sete mil, novecentos e trinta e quatro) milhões de pessoas no país. Já no trimestre encerrado em outubro do mesmo ano, a taxa de desemprego chegou a 9%. A população desocupada chegou a 9,1 milhões de pessoas. Assim, com a deterioração do mercado de trabalho o número de empregos com carteira assinada caiu 1%, levando ao aumento de trabalhadores por conta própria⁷.

Em relação às regiões do país, o nordeste possui a maior taxa de desocupação, 9,6%. A mesma pesquisa também revela que o número de pessoas desocupadas é maior entre aquelas que não possuem o ensino médio completo, correspondendo a 14%. As que possuem ensino superior incompleto representam 9,1% e as que possuem nível superior completo equivalem a 4,6% da população desocupada. Em relação aos rendimentos dos brasileiros por Estado, o Ceará está entre os que possuem menores índices, sendo seu valor de R\$ 1,137 (um mil, cento e trinta e sete reais). No que se refere ao nível de ocupação da população em idade de trabalhar, estima-se em 56,2%. O Nordeste, por sua vez, também apresenta o menor nível de ocupação, correspondendo a 51,4%. Segundo a pesquisa, 39% da população brasileira em idade de trabalhar encontram-se fora da força de trabalho.

No que se refere ao município de Fortaleza, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará – IPECE (2014), sua população é

⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/desemprego-fica-em-9-no-trimestre-ate-outubro.html>. 04/02/2016.

estimada em 2.452,185 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e cinco) habitantes. Dessa população, 133.992 (cento e trinta e três mil, novecentos e noventa e duas) pessoas se encontram em extrema pobreza, o que representa 5,46% da população da capital cearense.

No âmbito do trabalho, o município possui 806.143 (oitocentos e seis mil, cento e quarenta e três) postos de trabalho formal. Esta pesquisa não especifica o percentual de postos de trabalho informal. Entretanto, baseando-se nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), o Jornal O Povo lançou uma nota, em 27 de janeiro de 2014, sobre a informalidade na região metropolitana de Fortaleza (RMF)⁸. Segundo a pesquisa, dos 1.712,000 (um milhão, setecentos e doze mil) trabalhadores ocupados na RMF, 42,2% estão na informalidade, o que corresponde a 726,000 (setecentos e vinte e seis mil) pessoas. A mesma pesquisa apontou que o número de desempregados na RMF cresceu no primeiro semestre de 2014, com 135.000 (cento e trinta e cinco mil) pessoas nessa condição. A partir desses números percebe-se que metade da população economicamente ativa (PEA) da RMF encontra-se no mercado formal de trabalho e que 1\3 da população total de Fortaleza vivencia o desemprego.

Diante do desemprego estrutural e na impossibilidade de dentro da lógica das relações capitalistas se obterem meios para solucioná-lo, há uma expansão da política de assistência social, uma vez que além dos inaptos para o trabalho, ela tem absorvido trabalhadores aptos para o exercício da atividade laborativa, mas que se encontram ou desempregados ou em condições precárias de trabalho, com rendimentos mínimos e insuficientes para o atendimento de suas necessidades básicas, assim como de seus familiares. Nesse contexto, as expressões da questão social passam a ser reduzidas às manifestações da pobreza, sendo respondidas com programas e serviços focalistas e restritivos.

Assim, tem sido lançado para a política assistência social um papel que não lhe é possível resolver sozinha, que é responder as consequências provenientes do desemprego e da precarização do trabalho com todas as suas repercussões na vida dos trabalhadores, como bem explana Mota (2010, p. 17):

⁸ Disponível em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/02/27/noticiasjornaleconomia,3213121/regiao-metropolitana-de-fortaleza-e-a-mais-informal.shtml>.14/03/2015.

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, seja pelo nível de desemprego, ou pelas orientações macro-econômicas vigentes, o Estado capitalista amplia o campo de ação da Assistência Social. As tendências da Assistência Social revelam que, além dos pobres, miseráveis e inaptos para produzir, também os desempregados passam a compor a sua clientela.

Desse modo, a política de assistência social ao se constituir no mais importante mecanismo de proteção social torna-se um fetiche social, uma vez que ao invés de ser uma política mediadora para que seus usuários tenham acesso a outras políticas públicas, como é o caso de uma política de emprego e renda, ela tem se assumido como uma política estruturadora (IDEM, IBIDEM).

É também nesse contexto que dentro da política de assistência social passa a haver um foco na qualificação para o trabalho. Entretanto, faz-se necessário analisar quais as bases que orientam os programas de qualificação profissional para os trabalhadores no contexto atual. É o que será estudado no capítulo seguinte.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A CENTRALIDADE NO COMBATE À EXTREMA POBREZA E A PERSPECTIVA DE INTEGRAÇÃO DOS USUÁRIOS AO MERCADO DE TRABALHO

3.1 A TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DAS PROTOFORMAS À CONDIÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA

A assistência social há muitas décadas tem sido uma ferramenta de intervenção estatal no enfrentamento da questão social. O aumento das desigualdades sociais e a expansão do pauperismo, que resultam do intenso processo de acumulação capitalista, configuram um campo de mediação de conflitos sociais que requer, cada vez mais, a ação assistencial do Estado, no sentido de responder às complexas expressões do desenvolvimento das relações capital-trabalho. Sua conversão em política pública de direito, todavia, é bastante recente.

Para se analisar a trajetória da política de assistência social faz-se necessária a compreensão de que esta se configura a partir de duas vertentes: a primeira a vincula à ação assistencial ou assistencialista, ligada à caridade, ao humanismo cristão, à noção de favor, ajuda e benevolência. A segunda vincula a assistência social ao trabalho, voltada para atender necessidades dos trabalhadores a partir de suas reivindicações pelo reconhecimento de sua cidadania, a partir da intervenção estatal.

Sposati (et. al, 2010) observa que a assistência é uma prática antiga, que não se limita nem à civilização judaico-cristã nem às sociedades capitalistas, afinal, sempre houve, na história da humanidade, a noção de que existem os mais fragilizados, carentes, doentes, que precisam de ajuda por não conseguirem mudar sua condição. Segundo a autora, a partir da civilização judaico-cristã a noção de ajuda passa a fazer parte da moral. Na Idade Média começam a existir instituições de caridade, regidas não só pelas ações religiosas, mas também pelas caridosas leigas. No entanto, essas ações foram se constituindo em formas de dominação das classes subalternizadas. Ao passar do tempo, algumas ações passam a ser incorporadas às responsabilidades públicas, como é o caso da assistência. Desse modo,

Com a expansão do capital e a pauperização da força de trabalho, a assistência irá sendo apropriada pelo Estado sob duas formas: uma que se

insinua como privilegiada para enfrentar politicamente a questão social; outra para dar conta de condições agudizadas de pauperização da força de trabalho. (SPOSATI, et.al, 2010, p. 41).

Souza (2009) também reconhece que a assistência, tanto como ação da caridade quanto ação do Estado para mediar conflitos sociais, não é algo novo. A autora acrescenta que há uma noção de favor, fazendo com que aquele que recebe a ação mostre-se grato, sem reclamar. O assistencialismo, portanto, reforça esse sentimento de gratidão “a ponto de comprometer o receptor da ação em uma relação de troca em que, por exemplo, a gratidão é substituída pelo voto ou por apoio político” (SOUZA, 2009, p. 83). Segundo a mesma autora, assistência e assistencialismo sempre estiveram juntos, a ponto de dificultar a distinção de ambos. Nos dois conceitos, a noção de direito não é percebida. Nas palavras da autora (2009, p. 84):

A assistência, exercida de forma assistencialista, ou não, é canalizada para os mais pobres, e a seleção da clientela não obedece a nenhum critério de elegibilidade, ficando à *mercê* do benfeitor. Diferenciando-se destas práticas, a assistência social, formulada como política pública, é direito de cidadania e, portanto dever do Estado.

Na compreensão de Sposati (et. al, 2010), no âmbito das políticas públicas a assistência é considerada pelo Estado como uma área específica de despesa do governo, seja como assistência social, assistência geral, assistência comunitária, dentre outras denominações. Desse modo, “a assistência social tanto se qualifica como um subprograma de uma política de saúde, habitacional, educacional, como uma área específica da política social” (SPOSATI, et.al., 2014, p. 85).

Para refletir sobre a realidade brasileira no que se refere à ação do Estado frente às expressões da questão social por meio da assistência social, não se pode esquecer das raízes da formação socioeconômica do País, marcada pelo mandonismo, pelo paternalismo, pelo ritualismo eleitoral, pela manipulação dos movimentos políticos populares, dentre outras características (FERNANDES, 2006). Desse modo, o Brasil não vivenciou uma revolução burguesa, mas, ao contrário, o que se teve foi uma “consolidação conservadora da dominação burguesa” (IDEM, IBIDEM, p. 245).

Até hoje, o Brasil carrega o peso desse passado que contribui para que a modernização se dê por meio do atraso. Desse modo,

Verifica-se uma aliança do grande capital financeiro, nacional e internacional, com o Estado nacional, que passa a conviver com os interesses oligárquicos e patrimoniais, que também se expressam nas políticas e diretrizes governamentais, imprimindo um ritmo lento à modernização capitalista da sociedade. [...] Moderniza-se a economia e o aparelho do Estado, mas as conquistas sociais e políticas [...] permanecem defasadas, expressando o desencontro entre economia e sociedade [...] (IAMAMOTO, 2014, p. 140).

Outro aspecto importante a ser ressaltado no que se refere às particularidades do Brasil é que, diferente dos países de capitalismo central, o país não chegou a vivenciar um *Welfare State*. Este se funda no período pós-Segunda Guerra Mundial, entre 1947 e 1973, quando o capitalismo vivencia um período de grande expansão, denominado “Era de Ouro” (HOBSBAWM, 1995). Segundo este historiador:

A Era de Ouro parecia ter eliminado: desemprego em massa, depressões cíclicas severas, contraposição cada vez mais espetacular de mendigos sem teto a luxo abundante, em meio a rendas limitadas de Estado e despesas ilimitadas de Estado (HOBSBAWM, 1995, p. 19).

Tal período, entretanto, foi antecedido por uma grande crise econômica, conhecida como a Grande Depressão, trazendo uma situação inimaginável de desemprego em massa. Segundo Hobsbawm (1995), entre 1929 e 1932, ou seja, em quatro anos, o comércio mundial sofreu uma queda de 60%, fazendo com que os governos ocidentais priorizassem em suas políticas de Estado o campo social sobre o econômico.

Em busca de uma resposta à crise capitalista de 1929, o economista britânico John Maynard Keynes deixa de lado os preceitos da economia liberal, que preconiza o livre mercado e a intervenção mínima do Estado, para dar lugar a estratégias de eliminação do desemprego em massa, apostando na geração de empregos como forma de recuperar o equilíbrio da economia em recessão. Além disso, o keynesianismo propõe uma maior intervenção do Estado no âmbito econômico, político e social, configurando-se, nos países de capitalismo central, o denominado *Welfare State*.

A partir do keynesianismo, o Estado passa a ter uma relação direta com o sistema produtivo, criando um conjunto de mecanismos para o amortecimento da crise, tendo como ações:

A planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital / trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinada a uma política de juros; e as políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 86).

A partir dessa lógica, criam-se novos modelos de produção e de regulação social, visando elevar os ganhos com a produtividade, a expansão das taxas de lucro, além de gerar o “pleno emprego”, via investimento em serviços públicos e privados, e maior igualdade social, por meio da criação de instituições e políticas sociais (IDEM, IBIDEM).

O keynesianismo aliou-se ao modelo fordista de produção. Antunes (2001) analisa que o binômio taylorista/fordista vigorou na grande indústria por volta de praticamente todo o século XX, por meio de uma produção de mercadorias massificada, homogeneizada e verticalizada. Racionalizam-se as operações realizadas pelos trabalhadores, combate-se o desperdício, reduz-se o tempo de trabalho e aumenta-se o ritmo da produção. Além de tais aspectos, o autor acrescenta que, nesse modelo de gestão do trabalho, há uma ampliação da extração da mais-valia absoluta, via aumento da jornada de trabalho, além de tornar a atividade do trabalhador mais fragmentada, caracterizando-se pela repetitividade e pela perda da destreza da atividade laborativa que o operário possuía anteriormente. Antunes observa que há um processo de “desantropomorfização do trabalho”, ocasionando um prejuízo no que se refere à sua dimensão intelectual.

Portanto, sob o taylorismo/fordismo forma-se o operário massa (*mass worker*), trabalhador coletivo das grandes empresas verticalizadas e fortemente hierarquizadas. Ao mesmo tempo, tem-se um “compromisso” de regulação entre o capital e o trabalho, com a mediação do Estado, compromisso este “que limitado a uma parcela dos países capitalistas avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado” (ANTUNES, 2001, p. 38). Entretanto, tal pacto constitui-se numa estratégia que, ao mesmo tempo em que propõe medidas sociais, demarca o campo da luta de classes.

Para os trabalhadores, há uma melhoria em suas condições de vida, uma vez que passam a ter maior acesso ao lazer e ao consumo e a vivenciarem uma estabilidade no emprego, a partir do chamado “pleno emprego” do keynesianismo.

Tais melhorias trazem implicações para as lutas sociais, conformando muitos trabalhadores com o “pacto entre capital e trabalho”, por meio da expansão das políticas sociais, via salários indiretos advindos do fundo público (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Percebe-se, portanto, que é a partir do contexto da crise de 1929-1932 que se fundamenta a intervenção estatal. Esta só se torna aceitável se atende aos interesses do capital, gerando lucratividade. Em síntese, Behring e Boschetti (2011) explanam os fatores que possibilitaram o enfrentamento da crise: políticas keynesianas voltadas para o pleno emprego; criação de instituições de serviços e políticas sociais com fins a gerar demanda e ampliar o consumo; acordo entre a esquerda e a direita, ou seja, um pacto entre capital e trabalho que torna possível o estabelecimento de compromissos e a expansão do *Welfare State*, por meio de políticas amplas e universalizadas, pautadas na cidadania.

O *Welfare State*, entretanto, não foi uma experiência vivenciada por todos os países, limitando-se aos países de capitalismo central. No Brasil, por exemplo, não se viveu “anos de ouro”, com crescimento econômico, pleno emprego, tampouco, um Estado de Bem-Estar Social, com expansão de políticas sociais universais. Ao contrário, o surgimento das políticas sociais nesse país configura-se de forma bastante diferente das nações de economia de centro. No século XIX, enquanto países vivenciam os avanços da Revolução Industrial, o Brasil vive sob o signo do escravismo. Apenas no século XX que se têm as primeiras lutas dos trabalhadores e as primeiras legislações voltadas para o trabalho.

O trato da questão social por meio das políticas públicas na realidade brasileira não se distancia dos moldes históricos por meio dos quais o capital trata a força de trabalho no contexto internacional. O liberalismo que se instalou no Brasil não agregava os direitos sociais, sendo estes incorporados a partir de pressões por parte dos trabalhadores com bastante resistência para a sua efetivação. Essa situação começa a ser modificada a partir dos anos 1920 e sofrerá mudanças mais significativas especialmente por volta dos anos 1930.

Anteriormente aos anos 1930, o Estado quase não exercia a regulação do campo social, sendo a questão social tratada como um caso de polícia. A pobreza era compreendida como uma disfunção individual e, nesse caso, o asilamento era uma prática comum. Os hospitais das Santas Casas de Misericórdia, por exemplo,

constituíam-se instituições para as quais as pessoas em situação de pobreza ou miséria eram encaminhadas (SPOSATI, et.al. 2010).

É no contexto da crise mundial do capitalismo de 1929 que há uma mudança no papel do Estado frente às expressões da questão social, passando a se inserir na relação capital-trabalho. Assim,

De um lado, e principalmente, no caso brasileiro, esta inserção é condição fundamental para a acumulação, consolidação e expansão do capital. De outro, passa a assumir responsabilidades pelas condições de vida da população. Já em 1923 a Lei Elói Chaves (Lei nº 4.682, de 24-1-1923) criava a Caixa de Aposentadoria e Pensões para os funcionários. Antes de 1930 duas outras categorias já recebiam os benefícios do seguro social: portuários e marítimos, pela Lei nº 5.109 (20-12-1926), e telegráficos e radiotelegráficos, pela Lei nº 5.485 (30-6-1928) (SPOSATI, et.al. 2010, p. 42).

Desse modo, após os anos 1930 a questão social passa ser tratada não mais como caso de polícia. Nesse período, há a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado como mecanismo de fiscalização, educação e controle da força de trabalho. O Estado passa a intervir politicamente nas expressões da questão social, tendo a assistência “quer como uma esfera programática da ação governamental para a prestação de serviços quer como mecanismo político para amortecimento de tensões sociais” (SPOSATI, et.al., 2010, p. 42).

No Brasil, em 1942 se tem a primeira instituição nacional de assistência social, sob a denominação de Legião Brasileira de Assistência Social – LBA, dirigida por Darcy Vargas, mulher do presidente Getúlio Vargas. A vinculação das primeiras damas com a assistência social foi um fato comum durante muito tempo no Brasil, isso se verifica já desde a época imperial (TORRES, 2002).

Nos anos 1940 se destacam instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), voltando-se para atividades assistenciais e educativas para adequar a força de trabalho às necessidades das indústrias.

Nesta mesma década, destacam-se também a instituição do salário mínimo; a reestruturação do Ministério da Educação e Saúde e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1950, há um deslocamento do eixo trabalhista para as demais áreas sociais.

De 1940 a 1950 o Brasil vive sob a influência do peronismo⁹. A partir de tal influência, o social passa a ser interesse político, característica do populismo. Getúlio Vargas cria uma política trabalhista pautada no paternalismo, “não só pelas medidas sociais que regulam o processo de trabalho, tendo como referência a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, mas também pela política de cooptação que direcionou a organização dos trabalhadores” (TORRES, 2002, p. 91).

Em 1950, há uma preocupação do governo brasileiro em reconstruir o cenário do pós-guerra, buscando se libertar do colonialismo e combater o comunismo em prol da expansão do capitalismo internacional. Diante desse contexto:

A assistência adquire, no discurso governamental, nova amplitude. Além dos programas de pronto-socorro social, destinados aos hiposuficientes economicamente, abarcará a prestação de serviços sociais básicos. Abarcará, igualmente, sob égide da ONU, os programas de desenvolvimento comunitário destinados às comunidades e regiões com “*problemas de estagnação*” socioeconômica (SPOSATI, et.al., 2010, p. 47).

Estas ações visavam tornar os indivíduos menos dependentes, integrando-os ao mercado de trabalho e à sociedade, com o discurso de ascensão social e econômica. Nos anos 1960 há uma expansão dos programas de alfabetização de adultos, pautadas na metodologia de Paulo Freire, formação de mão-de-obra, formação social e desenvolvimento comunitário, além da execução de programas para o desenvolvimento comunitário e para os camponeses da zona rural (SPOSATI, et.al., 2010).

Na década de 1960 destaca-se a mobilização dos movimentos de massa em torno de ações por reformas socioeconômicas. Há também a criação do Estatuto do Trabalhador, instituição do 13º salário e a promulgação da Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS. No campo da educação se tem a criação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB e do Programa de Alfabetização de Adultos e no âmbito da Saúde, tem-se a criação de um novo Código Sanitário.

Os anos 1960 é um período decisório para os rumos das políticas sociais brasileiras, tendo em vista o contexto de disputa de projetos societários. De uma lado, estava a política nacionalista de João Goulart, tendo como principal objetivo a

⁹ Governo populista vigente na Argentina durante o mandato de Domingues Péron, entre 1946 a 1955. Sua esposa Eva Péron tem destaque em ações assistencialistas. “Exerceu o assistencialismo sem limites, de forma degradante e demagoga que ia da distribuição de simples objetos, passando por casas próprias até o derramamento de cédulas de valor financeiro” (TORRES, 2002, p. 89).

realização de reformas de bases por meio de decretos sintonizados com os interesses dos trabalhadores. Do outro, estava a burguesia aliada ao capital internacional. As reformas de base contemplavam: a reforma agrária, a reforma tributária e fiscal, a reforma bancária e uma reforma urbana. Segundo Netto (2014, p. 53),

De fato, entre 1961 e 1964, a conjuntura política indicava uma crescente polarização das forças políticas e sociais brasileiras: havia um campo progressista, com um projeto de reformas democratizantes e nacionalistas, e um campo que pretendia travar este projeto, promovendo mudanças que não implicassem a ampliação da participação política das classes subalternas nem afetassem as relações das classes possuidoras com os centros imperialistas.

A radicalidade do discurso de Jango, embora este não passasse de um reformista, acaba levando as classes médias urbanas a apoiarem o golpe militar de 1964. A partir deste golpe, o ideário nacionalista entra em queda e o nacional-desenvolvimentismo é substituído pelo discurso internacional e modernizador, contribuindo para a expansão do capital estrangeiro no Brasil. Segundo Sposati (et.al.,2010, p. 49),

O Estado tecnocrático do pós-64, usando do planejamento como técnica de consenso social e do técnico como conhecedor das necessidades e interesses das classes subalternizadas, torna-as objeto passivo dos “benefícios” que ilusoriamente lhe oferece com antecipação de suas necessidades.

A política modernizadora e desenvolvimentista do período militar traz, em contrapartida, a diminuição do nível de vida dos trabalhadores assalariados, aumento da exploração e exclusão social aos setores trabalhistas brasileiros. Há um arrocho salarial progressivo e a questão social assume novas expressões, tais como: agravamento da desnutrição, doenças infecto-contagiosas, taxas elevadas de mortalidade infantil, associados à miséria de grandes parcelas da classe trabalhadora (TORRES, 2002, p. 95).

No período de ditadura militar, as políticas sociais têm o objetivo de atender aos interesses econômicos e empresarias, pois o Brasil neste período é marcado pelo ideário desenvolvimentista. De acordo com Behring e Boschetti (2011) reafirma-se o projeto de modernização conservadora, ou seja, uma modernização

sem romper com estruturas políticas arcaicas, e aprofundou as relações sociais capitalistas,

Reconfigurando nesse processo a questão social, que passa a ser enfrentada num *mix* de repressão e assistência, tendo em vista manter sob controle as forças do trabalho que despontavam. (...) No contexto de perda das liberdades democráticas, de censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes, o bloco militar-tecnocrático-empresarial buscou adesão e legitimidade por meio da expansão e modernização de políticas sociais (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 136).

Podem ser destacados no período ditatorial como medidas sociais o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesse período, as políticas sociais passam a se configurar em ações assistencialistas, objetivando atender aos interesses do capital e conter as inquietações dos trabalhadores. De acordo com Torres (2002), os programas de combate à pobreza assim como as ações de cunho assistencialistas criadas durante o período autocrático no Brasil, constituíam-se em medidas paliativas, não solucionando os grandes problemas sociais que assolavam o país, problemas estes expressos na alta inflacionária, desemprego, violência, violação dos direitos de cidadania, entre outros.

A ditadura militar brasileira vivenciou um período chamado de “milagre econômico”. Segundo Netto (2014) esse termo é usado para caracterizar o período entre 1960 a 1970 em que o Brasil passou a ser uma das maiores economias mundiais. Tal expansão econômica se deu a partir de um Estado militarmente forte que investiu em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, embora essenciais ao crescimento, garantindo altas taxas de lucro e favorecendo o investimento do capital estrangeiro no país, favorecendo, assim, a desnacionalização da economia e o crescimento da dívida externa e interna. A crise do “milagre econômico” se deu em virtude da própria dinâmica interna do país, por meio da desproporção entre a produção de bens de produção duráveis e a produção de bens de consumo e da construção civil. Mas, também foi afetado por fatores externos, tais como: as mudanças nas relações financeiras internacionais, o choque do petróleo e a recessão econômica que atingiu de forma generalizada os principais países capitalistas. Tal crise contribuiu para o enfraquecimento do regime militar no Brasil.

A mudança do regime ditatorial para a oposição democrática ocorre no primeiro terço da década de 1980 (NETTO, 2014). A partir da redemocratização no Brasil promulga-se a Constituição Federal de 1988, na qual o governo reconhece a “dívida social” para com o País, principalmente no âmbito dos direitos sociais (PEREIRA, 2011). Com a publicação da “Constituição Cidadã”, inscreve-se o modelo de seguridade social brasileira, composto pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social.

A seguridade social brasileira traz influências tanto do modelo alemão bismarckiano, baseado na lógica do seguro, destinado aos indivíduos inseridos no mercado formal de trabalho, quanto à lógica do modelo inglês beveridgiano, que propõe o Welfare State, abrangendo indivíduos necessitados, independente de contribuição.

A Constituição de 1988, em alguns aspectos, inspira-se no modelo de um Estado Social, porém, nos anos 1990, vive-se uma contra-reforma do Estado, inspirada pelos princípios neoliberais, afetando diretamente os direitos conquistados na “Constituição cidadã”.

Os anos 1990 no Brasil são marcados pela adequação do País aos interesses do capitalismo mundial já durante o governo do presidente Fernando Collor (1990-1992), como estratégia de superação da alta inflacionária que acompanhava o País desde os anos 1970, ainda no período da ditadura militar, com a crise do “milagre econômico”. Prova disso foram as reformas estruturais criadas por esse presidente, que facilitou o processo de privatização e promoveu o investimento de nações estrangeiras no país, a partir da redução das tarifas aduaneiras (BEHRING, 2008).

A era Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995-2002) deu segmento e aprofundou a contra-reforma do Estado iniciada no governo Collor. Diante de um contexto de crise e desesperança, FHC elegeu-se a partir do Plano Real¹⁰: “ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação, a ciranda financeira e a escalada dos preços” (BEHRING, 2008, p. 155). Tal plano, entretanto, estava relacionado às orientações

¹⁰ O Plano Real compunha um conjunto de medidas de estabilização econômica criadas sob orientação dos organismos internacionais. Tais organismos “viabilizaram a renegociação de ‘dívidas velhas’ para tornar possíveis novos empréstimos, mas exigindo em contrapartida a desregulamentação profunda dos mercados locais, para uma livre circulação dos fluxos financeiros de curto prazo” (BEHRING, 2008, p. 156).

propostas pelo Consenso de Washington¹¹. Portanto, o que houve foi uma abrangente “contra-reforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por Fernando Henrique Cardoso” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 152).

Para se entender os motivos da contra-reforma do Estado, é preciso compreender o contexto em que se vive nos anos 1970 na esfera de produção e acumulação do capital. Nesse período, com o acirramento da concorrência internacional, com o desenvolvimento científico-tecnológico e com a incapacidade do modelo fordista de produção atender às novas configurações do mercado mundial, o capitalismo começa a apresentar sinais de uma nova crise.

A crise que se inicia nos anos 1970, entretanto, diferencia-se da crise de 1929 e das demais crises do capital, por seu caráter estrutural. Segundo Mészáros (2011, p. 100):

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam como força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral.

Antunes (2001) aponta os principais traços que foram evidenciados com a crise estrutural do capital: queda da taxa de lucro, tendo como um dos motivos o aumento do preço da força de trabalho; esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista, em virtude da incapacidade de resposta à diminuição do consumo, dado o aumento do desemprego; hipertrofia da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva, priorizando o campo especulativo; maior concentração de capitais, devido as fusões das empresas monopolistas e oligopolistas; crise do *welfare state*, gerando a crise fiscal do Estado e pondo a necessidade de contenção de gastos

¹¹ O Consenso de Washington, realizado em 1989 pelos Estados Unidos da América, Banco Mundial e FMI [Fundo Monetário Internacional], objetivou discutir medidas a serem adotadas pelos países da América Latina, a fim de que estes se adequassem aos interesses do capital. Uma das medidas, dentre outras, foi a diminuição da intervenção do Estado nas relações econômicas e sociais. Portanto, o Estado teria sua participação reduzida e o mercado deveria passar a regular novamente as relações econômicas e sociais, daí o grande objetivo do neoliberalismo. O Estado passa a ser visto como o maior responsável pela crise fiscal e inflacionária e o mercado é visto como a solução. “Assim, as políticas de ajuste estrutural propostas e aceitas pela maioria dos governos dos países periféricos, principalmente os latino-americanos, compreendem: estabilização fiscal e monetária (controle da inflação); liberalização do comércio e dos fluxos de capital; privatizações; reformas financeiras, tributárias, previdenciárias e administrativas; desregulamentação das relações trabalhistas e inflexões nas políticas sociais públicas” (CARDOZO, 2006, p. 205).

públicos, transferindo-os para a esfera privada; acentuação das privatizações; desregulamentações; e flexibilização do processo produtivo, do mercado e da força de trabalho.

Nos anos 1980, o mundo capitalista se vê novamente em meio aos mesmos problemas que pareciam ter desaparecido na “Era de Ouro”: desemprego em massa, mendicância, grandes despesas do Estado. Segundo Hobsbawm (1995), chega-se aos anos 1990 com um mal-estar generalizado, evidenciando que a crise mundial não possui caráter apenas econômico, mas também político.

Para responder à sua própria crise, o capital se reestrutura, reorganizando seu sistema político e ideológico de dominação. Uma das principais expressões do processo de restauração do capital é o aparecimento do neoliberalismo, com a privatização do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos referentes ao trabalho (ANTUNES, 2001).

A partir das transformações acima explanadas, a questão social ganha novas expressões. Iamamoto (2001) analisa quatro aspectos que passam a mediar a questão social na contemporaneidade, atingindo a esfera da economia, da produção, da política e da cultura.

No campo da economia, vive-se o processo de globalização e financeirização, tendo como consequência uma maior concentração de riqueza e aumento da desigualdade social. Chesnais (1998), ao estudar a década de 1980 assinala que esse período é marcado pelo crescimento exponencial das transações financeiras. Assim, afirma:

Efetivamente, a esfera financeira representa a ponta-de-lança do movimento de mundialização da economia; é nessa esfera que as operações do capital envolvem os montantes mais elevados; é aí que sua mobilidade é maior; é aí que, aparentemente, os interesses privados recuperam mais completamente a iniciativa, em relação ao Estado (CHESNAIS, 1998, p. 11).

Uma das características dessa nova fase da economia é o processo de abertura econômica nos países de capitalismo periférico, sob a lógica dos organismos multilaterais, favorecendo o processo de submissão desses países à economia externa, aumentando seu endividamento, prejudicando suas empresas nacionais, entre outras consequências. Pressionados pelos organismos financeiros,

os países periféricos passam a priorizar gastos com o pagamento da dívida, comprometendo o orçamento para o investimento de seu desenvolvimento econômico e social. Ademais, o capital financeiro preconiza investimentos especulativos em substituição da produção, repercutindo na esfera do emprego e agravando, conseqüentemente, a questão social.

O processo de financeirização da economia apresenta, cada vez mais, um caráter fetichizador do capital, uma vez que, ao obscurecer as relações de exploração do trabalho, mostra-se como autocriador de valor. Apresenta-se, portanto, “numa relação ensimesmada consigo mesmo” (IAMAMOTO, 2014b, p. 20), escamoteando as questões em torno do trabalho e da satisfação das necessidades sociais, priorizando a mercadoria e o dinheiro.

No âmbito da produção, tem-se um processo de reestruturação, que substitui o padrão produtivo taylorista/fordista por outro mais flexibilizado. A acumulação flexível implica diretamente nos processos de trabalho, nas suas formas de gestão, assim como nos direitos dos trabalhadores e na sua organização política. Aliada ao avanço da robótica, a acumulação flexível amplia o processo de substituição da força de trabalho vivo pelo trabalho incorporado aos meios materiais de produção, favorecendo, assim, o processo de precarização, o rebaixamento do valor da força de trabalho e o aumento do desemprego.

Tais mudanças em curso no mundo do trabalho, principalmente a partir da reestruturação produtiva, com a chamada acumulação flexível, flexibilizaram não apenas o modelo de produção, mas também as relações de trabalho. Conforme afirma Antunes (1995), a classe trabalhadora se apresenta cada vez mais heterogênea, fragmentada e complexa. Há uma tendência à diminuição da classe operária industrial tradicional, ao crescimento do setor de serviços e à maior exploração da força de trabalho feminina.

O desemprego estrutural é um fenômeno que vem se alastrando, inclusive em países desenvolvidos, como Japão, Estados Unidos e Canadá, em virtude da automação, que elimina muitos postos de trabalho industriais, levando à desproletarização do trabalho fabril.

O toyotismo ou modelo japonês substitui o fordismo, trazendo novas características ao processo de produção e à gestão da força de trabalho, baseado na acumulação flexível. Antunes (2001, p. 52) destaca que esta:

Se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços (...). Desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível (...). Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos semi-autônomos, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. O “trabalho polivalente”, multifuncional, “qualificado”, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho.

As principais características que diferenciam o toyotismo do fordismo são: a produção conduzida pela demanda, além de variada e diversificada; o consumo é que determina o que será produzido (ao contrário da produção em série e em massa do fordismo); a produção sustenta-se no estoque mínimo; há um melhor aproveitamento do tempo de produção (*just in time*); incorporação do sistema *kanban*, a partir de senhas que detectam a necessidade de reposição de estoques, de modo que, a reposição das peças nas prateleiras só acontece após a venda.

Já na esfera da política, há uma profunda mudança na relação entre o Estado e a sociedade civil, em consequência do neoliberalismo. O Estado passa a priorizar os interesses mercantis em detrimento dos interesses sociais, reduzindo suas ações para o enfrentamento da questão social. “A resultância é um amplo processo de privatização da coisa pública. (...) A proposta [neoliberal] é [a de] reduzir despesas (e, em especial, os gastos sociais), diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais e humanos para implementação dos projetos” (IAMAMOTO, 2001, p. 20).

Harvey (2014), ao desenvolver um estudo sobre o neoliberalismo, assinala que este se constitui em uma teoria de práticas político-econômicas que orientam que o bem-estar humano é melhor promovido a partir da liberação das liberdades e capacidades empreendedoras individuais por meio de uma estrutura institucional marcada por sólidos direitos à propriedade privada, livre mercado e livre comércio. Dessa forma, o Estado passa a ser responsável pela criação e preservação de instituições que favoreçam tais práticas, mas que, ao mesmo tempo, interfira minimamente nas relações de mercado. Para o autor, o

neoliberalismo manifesta um projeto de restauração de classe, uma vez que acirra as desigualdades sociais e a concentração de renda.

Por fim, há também mudanças significativas na esfera da cultura. A sociedade de mercado transforma as relações sociais em relações mercantis, baseadas no individualismo, na competitividade, na produtividade, na rentabilidade e na eficácia, ou seja, converte a mentalidade humana em uma mentalidade utilitarista, amarrando a sociabilidade às leis mercantis.

Desse modo, Antunes (1995) analisa que a crise dos anos 1970 também se expressa como uma ofensiva à classe trabalhadora. Conforme afirma o autor,

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a *classe-que-vive-do-trabalho* sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1995, p. 15).

Tais transformações decorrentes da crise estrutural do capital, têm impactos sobre a organização política e sindical dos trabalhadores. A capacidade de resistência destes últimos é profundamente afetada, principalmente em virtude da fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora, o que dificulta a construção de uma consciência de classe e fragiliza o movimento sindical.

A partir desse cenário da contemporaneidade, Iamamoto (2001, p. 21) reflete que:

A “velha questão social” metamorfoseia-se assumindo novas roupagens. Ela evidencia uma imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações que o sustentam. Crescem as desigualdades e afirmam-se as lutas do dia a dia contra as mesmas – na sua maioria silenciadas pelos meios de comunicação – no âmbito do trabalho, do acesso a direitos e serviços no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, das diferenças étnico-raciais, religiosas, de gênero, etc. A globalização do capital globaliza também a questão social, atingindo não apenas os países pobres que lideram o *ranking* mundial das desigualdades, mas espalhando-se aos recantos mais sagrados do capitalismo mundial, sob formas particulares e distintas segundo as características nacionais.

Há, portanto, um tensionamento entre a defesa dos direitos sociais e a mercantilização do seu atendimento, repercutindo nas respostas à questão social,

que tem se dado a partir de ações focalizadas na extrema pobreza por meio da política de assistência social.

3.2 A QUESTÃO SOCIAL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

As configurações assumidas pela política de assistência social no contexto contemporâneo brasileiro relacionam-se à inserção do Brasil na economia internacional, em especial à sua adequação à mundialização do capital sob sua forma financeirizada. A partir disso, tem-se a intensificação da exploração do trabalho e uma tentativa de redução do seu custo, uma vez que o capital financeiro prioriza investimentos na esfera da especulação em detrimento da esfera produtiva, contribuindo, assim, para a supressão dos postos de trabalho e crescimento do desemprego (SILVA, 2013).

Diante dessa realidade, a questão social passa a ser reduzida às manifestações da extrema pobreza, trazendo implicações para as políticas sociais, como é o caso da assistência social, que tem sido vista como aquela responsável por absorver e gerenciar as consequências da precarização do trabalho e do desemprego. É nesse sentido que ela ganha centralidade no sistema de seguridade social brasileiro.

Pereira (2012) reflete que hoje há uma falsa valorização em torno da política de assistência social, uma vez que esta tem sido utilizada como um trampolim estratégico para o alívio imediato da pobreza. Mota (2010) acrescenta que é um erro designar à assistência social papéis que não lhe são cabíveis, colocando-a como a política que combaterá a pobreza e a desigualdade social. Tal centralidade tem sido bastante fortalecida nos governos petistas de Lula (2003-2010) e da atual presidente Dilma Rousseff, iniciado em 2011.

3.3.1 Avanços na política de assistência no governo Lula

Em 1º de janeiro de 2003, Luís Inácio Lula da Silva toma posse à presidência do Brasil. “Pela primeira vez, o Brasil tinha um presidente de origem humilde, migrante nordestino radicado em São Paulo, metalúrgico, sindicalista,

fundador e presidente honorário do Partido dos Trabalhadores” (SCHNEEBERGER, 2003, p. 350).

Lula tem um grande apoio popular, o que gera grandes expectativas na população em relação ao seu governo. Sua posse implica numa mudança nas elites que governaram o país, tendo em vista que o PT foi o único dos maiores partidos brasileiros que sempre estivera na oposição no âmbito federal (ALMEIDA, 2004). De acordo com Bravo (et.al., 2011) a eleição de Lula representa uma reação popular ao projeto neoliberal, vencendo um outro projeto que não representava os interesses das classes dominantes, pelo menos a priori.

A expectativa de um governo preocupado em mudar o Brasil numa perspectiva democrático-popular, somada a uma política econômica articulada à política social, é frustrada. Do ponto de vista econômico, há continuidade dos parâmetros da era FHC (BRAVO, 2011). Filgueiras (2007) aponta que:

O governo Lula (2003-2006), por sua vez, não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento – caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira – NE, tampouco, a política macroeconômica que herdou do governo anterior (p. 27).

Castro (2005) afirma que as políticas sociais do governo Lula têm o foco na fome e na miséria, chegando a instituir o Ministério de Segurança Alimentar para gerir o Programa Fome Zero. O Programa combina ações emergenciais, objetivando garantir que pessoas famintas tenham acesso a alimentos, com ações que ofertavam empregos, na tentativa de diminuir a pobreza e incentivar a produção de alimentos.

O Programa Fome Zero, no segundo ano do seu funcionamento tem que ser reconfigurado, principalmente em virtude de sua inoperância pelas dificuldades burocráticas e pelas denúncias de corrupção e práticas eleitorais. A partir de então, ganha visibilidade o Programa Bolsa Família, que unifica quatro programas, sendo eles: cartão-alimentação, bolsa alimentação, bolsa-escola e vale-gás.

Bravo e Menezes (2012) analisam que, apesar de representar melhoria na condição de vida de milhões de brasileiros, o Bolsa Família não é um direito, mas uma política de governo, podendo ser extinto a qualquer momento.

Behring (et.al. 2010) traz uma análise do Plano Plurianual (PPA 2004-2007)¹² do governo Lula. Intitulado “Plano Plurianual 2004-2007 – orientação estratégica de governo um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social” (BEHRING, et.al., 2010, p. 142), este documento estabelece que as principais questões a serem enfrentadas pelo governo são: concentração de riqueza e renda, baixa criação de empregos, exclusão social e aumento dos rendimentos das famílias trabalhadoras.

O PPA do governo Lula coloca para o Estado um papel decisivo de conduzir o desenvolvimento social e o crescimento econômico do País. Nesse sentido, a centralidade do Estado parece ser resgatada, uma vez que esta perspectiva exige a retomada de investimentos no e do setor público. Entretanto, percebe-se que a proposta econômica do governo se ancora nos mesmos pilares macroeconômicos do governo anterior. Assim, o retorno aos investimentos privados é enfatizado, atribuindo-se ao Estado/governo papel de tornar um ambiente favorável às decisões privadas (BEHRING, et.al., 2010)

No que se refere às políticas sociais, a proposta desse governo é aumentar a renda e o consumo dos pobres, enfatizando, também, a qualificação dos trabalhadores como meio de melhoria de distribuição de renda. Behring (et.al., 2010, p. 144) aponta outras ações do Governo Lula:

Ampliação dos programas de transferência de renda; aumento da progressividade da estrutura tributária; redução de preços de serviços essenciais; estímulos à desconcentração da propriedade, com destaque para a reforma agrária e acesso à moradia; estímulo à contratação de trabalhadores menos qualificados; e, formação de poupança, por meio da criação dos fundos e pensão, o que reduziria a transferência de fundos públicos para a parcela mais abastada da população, donde decorre a importância da “reforma da previdência” proposta, a qual, menos do que torná-la mais justa e abrangente, visa estimular a previdência complementar.

Em relação à seguridade social, ao invés de esta ser posta em uma nova condição a partir do governo Lula, percebe-se que o trato com a seguridade social continua setorial. A política de assistência social, por exemplo, representa somente 3% do PPA. Portanto, o sentimento que se expressa é o de frustração no que se

¹² O PPA 2004-2007 expressa o projeto de governo para os quatro anos de mandato, ou seja, mostra a “cara” do governo, explicita suas diretrizes estratégicas, políticas e econômicas, e sua relação com a sociedade, para além do Programa de Governo (BEHRING, et.al. p. 139).

refere às expectativas de mudança no âmbito da seguridade social e a permanência das tendências focalizantes e seletivas do período anterior (IDEM, IBIDEM).

A assistência social, como foi analisada anteriormente, passa a ser, a partir da Constituição de 1988, reconhecida como uma política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, tendo o Estado como seu principal condutor e sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nº 8.742/93, alterada pela Lei nº 12.435/2011. Durante o governo Lula, apesar dos limites, a assistência social ganha uma maior visibilidade, avançando, especialmente, no âmbito legal. Ela passa a ser direcionada pela Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), conduzida pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS (2005), sistema este que regula e organiza as ações socioassistenciais em todo o território. Segundo a PNAS, constituem público da assistência social:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal (...) (PNAS, 2004, p. 33).

A política de assistência social divide-se em proteção social básica e proteção social especial. Os serviços da proteção social básica – PSB são prestados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. De acordo com a PNAS 2004, “a Proteção Social Básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (PNAS; 2004, pág. 33). Tais serviços destinam-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, precarização de renda e fragilização de vínculos afetivos, sejam familiares ou comunitários. Seus programas e projetos visam ao acolhimento, a convivência e a socialização das famílias e dos indivíduos. Ou seja,

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos

familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a integração ao mercado de trabalho (PNAS, 2004, p. 36) (Grifo nosso).

A Proteção Social Especial – PSE, por sua vez, volta-se para o atendimento de pessoas e famílias em situação de risco social e pessoal, em decorrência de abandono, abuso sexual, maus tratos, uso abusivo de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, trabalho infantil, situação de rua, dentre outras. Os serviços dessa modalidade de proteção destinam-se:

Às crianças, aos adolescentes, aos jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às pessoas em situação de rua que tiverem seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento. No caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito (PNAS, 2004, p. 37).

A PSE divide-se em duas modalidades: a de média complexidade e a de alta complexidade. Os serviços da média complexidade têm como público famílias e indivíduos vítimas de violação de direitos, porém, seus vínculos afetivos, familiares e comunitários ainda não foram rompidos. Alguns dos serviços oferecidos por esta modalidade de atendimento são: orientação e apoio sociofamiliar, plantão social, abordagem de rua, cuidado domiciliar, serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e promoção da integração à vida comunitária, medidas socioeducativas em meio aberto, dentre outros (PNAS, 2004).

Já os serviços da proteção social especial da alta complexidade prestam proteção integral, tendo em vista que seu público são famílias e indivíduos cujos vínculos foram rompidos ou se encontram sob ameaça, sendo necessária a retirada do núcleo familiar ou comunitário. Alguns dos serviços de alta complexidade são: atendimento institucional integral, casa lar, casa de passagem, albergue, família substituta, medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, trabalho protegido, dentre outros (PNAS, 2004).

Os serviços da PSE são realizados no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, “visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (PNAS, 2004, p. 38).

Além da LOAS, da PNAS (2004) e do SUAS (2005), a política de assistência social tem outros documentos que merecem destaque, quais sejam: a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2012) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB / SUAS (2005). A tipificação é um documento que organiza os serviços socioassistenciais de acordo com cada complexidade, definindo os serviços, especificando os objetivos, o público-alvo, as formas de acesso e apontando os resultados esperados com cada ação. A NOB / SUAS estabelece o modelo de gestão integrada entre os entes federativos, consolidando um sistema descentralizado e participativo, objetivando a efetivação do SUAS no País.

A política de assistência social possui, ainda, um conselho nacional, que é o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que atua de forma significativa nesta política pública. Ao CNAS compete ações como: aprovar a Política Nacional de Assistência Social; normatizar as ações e regular as prestações de serviços da assistência social, tanto na esfera pública quanto privada; acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações da assistência social no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; zelar pela garantia do sistema descentralizado e participativo; apreciar e aprovar propostas orçamentárias da assistência social para órgãos administrativos da Administração Pública Federal que coordena a Política Nacional de Assistência Social, dentre outras competências. Além desse Conselho há também os conselhos e as conferências municipais.

3.3.3 O Governo de Dilma Rousseff e a ênfase na erradicação da extrema pobreza: O Plano Brasil Sem Miséria

O primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014) apresenta como lema de gestão a seguinte frase: “Brasil: país rico é país sem pobreza”.

Em janeiro de 2012, a partir da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, é lançado o Plano plurianual (PPA) para os anos de 2012 a 2015, plano este que define diretrizes, objetivos e metas das ações do governo pelo período de quatro anos. O PPA do governo Dilma, intitulado “*Plano Plurianual 2012-2015 – Mais Brasil: mais desenvolvimento, mais igualdade, mais participação*”, traz dentre suas diretrizes: “a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais,

regionais, étnico-raciais e de gênero” e “o estímulo e a valorização da educação, da ciência e da tecnologia”¹³.

O PPA do governo Dilma (2012-2015) é elaborado a partir da seguinte compreensão:

O recente ciclo de desenvolvimento brasileiro vem sendo impulsionado por políticas públicas inovadoras que combinam crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Essas políticas têm um elemento comum: a recuperação da capacidade do Estado de planejar e agir visando, sobretudo, garantir os direitos dos que mais precisam (BRASIL, 2011, p. 11).

Nessa perspectiva, o governo enfatiza em seu discurso o crescimento econômico com geração de emprego, estabilidade macroeconômica e diminuição da desigualdade e da pobreza.

Segundo informações publicadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (Brasil, 2013), a pobreza tem sido um dos maiores problemas que o Brasil enfrenta. A partir dessa constatação o atual governo petista, iniciado em janeiro de 2015, tem como principais ações para seu enfrentamento: o Programa Bolsa Família, a Segurança Alimentar e Nutricional, o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e o Plano Brasil Sem Miséria. Portanto, percebe-se que o governo da presidente Dilma Rousseff dá continuidade àquilo que se iniciou no governo de Lula, seu antecessor, tendo como novidade um plano para a erradicação da extrema pobreza no Brasil, que é o Plano Brasil Sem Miséria. Este último é criado em junho de 2011 como uma proposta de enfrentamento da extrema pobreza no Brasil. De acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), apesar de ter havido uma queda em seus índices entre 2004–2009, no País milhões de pessoas ainda vivenciavam essa condição.

Tal plano, não pretende substituir o sistema de proteção social brasileiro, mas objetiva inserir nele e no sistema de garantia de renda segmentos da população que ainda não têm acesso às políticas sociais, permanecendo, assim, numa condição extremamente pobre. O Plano Brasil Sem Miséria pretende ir além da transferência de renda, buscando articular garantia de renda, garantia do acesso aos serviços e inclusão produtiva. Portanto, compreende a importância do acesso ao

¹³ Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm#anexo. Lei nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012. Acesso em 23/08/2014.

trabalho para a superação da extrema pobreza. Segundo informações do IPEA (2012, p. 51).

Embora não haja dúvida quanto ao potencial de superação da extrema pobreza pelo acesso ao emprego, é preciso ter cautela quanto à expectativa de que todo o contingente de extremamente pobres venha a ter acesso a este. Se o bom momento econômico vivido pelo país permitiu que milhões de pessoas deixassem a miséria, sobretudo pelo acesso ao emprego formal, há de se considerar que outros milhões não conseguiram aproveitar as oportunidades geradas pelo contexto favorável. Isto sugere que as famílias hoje em situação de pobreza extrema encontram dificuldades específicas para superar tal situação. (Grifos nossos).

A partir da citação acima, duas questões, que se encontram grifadas, chamam a atenção. A primeira diz respeito ao reconhecimento de que o Brasil sem Miséria, que é um programa criado para superar a extrema pobreza no Brasil, será incapaz de alcançar este objetivo. Ora, se o plano reconhece a importância do trabalho para superar a extrema pobreza, ao mesmo tempo compreende que nem todos conseguirão ter acesso ao trabalho. Outro ponto diz respeito à compreensão de que as famílias que vivenciam a extrema pobreza não foram capazes de acompanhar o momento favorável do desenvolvimento econômico do País para superar essa situação. Portanto, há uma culpabilização dos indivíduos pela condição social que vivenciam, esperando deles meios para melhorarem sua condição de vida.

Durante os governos do PT, como se pode notar, a política de assistência social passa a ter maior investimento, obtendo ganhos do ponto de vista legal, com as novas normatizações a fim de melhor equipar e organizar seus serviços. No governo de Dilma Rousseff, há um discurso forte em torno da erradicação da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. Até 2014 considerava-se família pobre aquela cuja renda *per capita* fosse de R\$ 140,00 mensal e extremamente pobre aquela cuja renda *per capita* fosse igual ou inferior ao valor mensal de R\$ 70,00. No entanto, a partir de 1º de junho de 2014, o valor de definição da linha da pobreza e extrema pobreza no Brasil é reajustado para R\$ 154,00 e R\$ 77, 00 *per capita*¹⁴, respectivamente.

¹⁴ Dados extraídos do site do MDS:

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10>. 10/07/2014

A pobreza é uma das principais expressões da questão social na contemporaneidade. Couto (et.al., 2012) analisa que a pobreza é um fenômeno que não se limita às privações materiais, mas alcança diversas outras dimensões da vida de um cidadão. Apesar de essa compreensão ser mencionada nas publicações oficiais do governo, o que define a linha da pobreza e da extrema pobreza no Brasil é o fator renda, seguindo as orientações do Banco Mundial (BRASIL, 2013). Assim, enfrentar a problemática da pobreza e da extrema pobreza tendo como parâmetro definidor o fator renda, soa como algo simplista e vazio. De acordo com informações do MDS,

A elevação da renda familiar, sobretudo nas regiões mais pobres, levou à redução expressiva da população exposta à extrema pobreza no Brasil. Em dez anos, entre 2001 a 2011, o Brasil superou a meta de 12,8% da população em situação de extrema pobreza, estabelecida pelos objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Organização das Nações Unidas¹⁵ (BRASIL, 2013, p. 14).

Segundo dados do IPEA (2012), o PBF constitui-se numa estratégia importante no combate à extrema pobreza. “Se, por um lado, o PBF contribui para o alívio da extrema pobreza, por outro, o programa tem efeito multiplicador significativo sobre a economia, visto que as famílias gastam a totalidade dos recursos recebidos no consumo” (IPEA, 2012, p. 67). Esta fora uma característica da política social do governo Lula, e que tem sido continuada no atual governo: aumentar a renda e o consumo das famílias pobres.

Em março de 2011, já no primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, há um reajuste nos valores do benefício e, segundo o IPEA (idem), o benefício variável, vinculado à criança e ao adolescente com idade de até 15 anos, é o que obteve um maior reajuste, uma vez que as famílias com maior número de filhos são as que se encontram mais vulneráveis à pobreza. Ainda no ano de 2011, a LOAS sofre alterações, a partir da Lei nº 12.435/2011, que traz uma releitura da referida lei. A política de assistência social tem como objetivos: proteção; promoção ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências, promovendo sua integração à vida comunitária; garantia do Benefício de Prestação Continuada –

¹⁵ Os “Objetivos do Milênio” (ODM) são um compromisso fundado entre 189 nações, em setembro de 2000, para o combate da extrema pobreza e outros males sociais, a serem alcançados até 2015 (BRASIL, 2013). Para conhecer os objetivos: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>.

BPC e incorporação da vigilância social e defesa dos direitos. A vigilância social é um mecanismo da política de assistência social que identifica e previne situações de vulnerabilidade e riscos.

No ano de 2013 aprofunda-se a política de transferência de renda a partir da ação Brasil Carinhoso (BC), ação esta que amplia para as famílias extremamente pobres, que possuem crianças e adolescentes entre 0 a 5 anos, a transferência do PBF (IPEA, 2013). Em junho de 2014 há um novo reajuste nos valores do benefício, chegando a seguinte situação:

O benefício variável pago por gestante, nutriz, criança ou adolescente até 15 anos de idade sobe de R\$ 32 para R\$ 35, até o limite de R\$ 175 mensais por família. Já o benefício variável vinculado ao adolescente até 17 anos passa de R\$ 38 para R\$ 42 mensais, até o limite de R\$ 84 mensais por família. A medida custará R\$ 1,7 bilhão em 2014, referente a sete meses de benefícios. Para 2015, a estimativa de investimento é de R\$ 2,7 bilhões. O valor adicional a ser pago garante que cada membro da família tenha renda superior a R\$ 77, considerando os rendimentos próprios adicionados ao valor de complementação do Bolsa Família. O pagamento médio para as famílias que recebem esse benefício de superação da extrema pobreza passará de R\$ 216 mensais para R\$ 242. O valor a ser pago por família continuará a variar caso a caso, de acordo com a severidade da pobreza¹⁶.

Portanto, percebe-se que há avanços na política de assistência social, tais como: um alcance maior por parte do Plano Brasil sem Miséria às famílias em situação de extrema pobreza e o fato de os programas de transferência de renda contemplarem um número considerável de pessoas de baixa renda. Entretanto, essa considerada redução da extrema pobreza no país está relacionada apenas ao fator da renda.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL, 2015), a pobreza no Brasil caiu de 18,6% em 2012 para 18% em 2013. Entretanto, a mesma pesquisa aponta que a extrema pobreza no país aumentou de 5,4% para 5,9%. De 34 (trinta e quatro) milhões de brasileiros em situação de pobreza, 11 (onze) milhões estão na extrema pobreza¹⁷. Segundo o estudo, desde o ano de 2012 a redução da extrema pobreza está estancada.

¹⁶ Citação extraída do site do MDS:
<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10>. Em 11/07/2014.

¹⁷ Dados retirados das páginas: http://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/tabla_panoramasocial-2014_port.pdf.

Não há como compreender o fenômeno da pobreza/extrema pobreza isoladamente, sem situá-lo na esfera das relações de produção capitalistas, tampouco combatê-lo com ações focalizadas. Mota (2010) analisa que há uma tendência a reduzir a questão social às manifestações da pobreza, buscando enfrentá-la com políticas de inserção. Assim, o discurso que propaga a assistência social como o mais importante mecanismo de proteção social brasileiro no combate à desigualdade social constitui-se num mito, uma vez que tal política não conseguirá por si só desempenhar tal papel.

A PNAS (2004) ampliou a compreensão do usuário da assistência social, que além de absorver seu público tradicional, ou seja, os inaptos para o trabalho, assume também aqueles que se encontram em situação de desemprego, subemprego, trabalho precarizado, aos quais embora estejam aptos para a atividade laborativa, são cada vez mais excluídos do mercado de trabalho formal. Segundo Couto (et.al., 2012, p.69),

Essas transformações que afetam o trabalho contemporâneo colocam múltiplas questões novas a serem aprofundadas. Entre elas, as configurações que assumem as classes sociais na sociedade brasileira contemporânea (...) e seu rebatimento no campo de ação das políticas sociais, especialmente da assistência social, desencadeando novas articulações entre pobreza, trabalho e desigualdade social.

Sitcovsky (2010, p. 156) reflete que há hoje uma nova tendência da política de assistência social em assumir a função antes pertencente ao trabalho assalariado, que é integrar os indivíduos à ordem social. Assim, quando o Estado assume os trabalhadores que embora estejam aptos a trabalhar e encontram-se fora do mercado de trabalho, busca (re)inserí-los por meio de programas de qualificação profissional, emprego e renda. Esta análise do autor torna-se bastante evidente no atual governo de Dilma Rousseff, uma vez que, em sua gestão, é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que é o maior programa do Governo Federal voltado à qualificação para inserção no mercado de trabalho. Existe nesse Programa um eixo voltado exclusivamente para a população pobre e extremamente pobre, que é o PRONATEC do Plano Brasil Sem Miséria, PRONATEC BSM.

Cabe ressaltar que esta pesquisa busca analisar o PRONATEC na modalidade Brasil Sem Miséria, que se destina ao público-alvo da política de assistência social. Entretanto, por se tratar de um programa de qualificação profissional, torna-se importante fazer um resgate, embora de forma breve, dos programas de qualificação profissional no Brasil. É o que será exposto no capítulo seguinte.

4 O PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA EM FORTALEZA-CE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA NA PERCEPÇÃO DOS EGRESSOS DA CASA BRASIL DO BAIRO GRANJA PORTUGAL

Este capítulo tem por objetivo analisar o PRONATEC BSM a partir das percepções dos egressos, considerando-o como uma estratégia de inserção e/ou reinserção dos usuários da política de assistência social no mercado de trabalho e de superação de sua condição de pobreza e/ou extrema pobreza por meio da qualificação profissional. Foi necessário o conhecimento sobre o modo como se dá a operacionalização do Programa no município de Fortaleza, o que se tornou possível a partir de entrevistas realizadas com profissionais da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA).

Antes de se analisar o PRONATEC, e em especial na modalidade do Plano Brasil Sem Miséria, considera-se importante realizar um breve resgate dos programas de qualificação profissional no Brasil. É o que se segue.

4.1 O CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL PRÓXIMOS AO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC BRASIL SEM MISÉRIA

Na década de 1990, com a abertura ao neoliberalismo, exigem-se novas formas de gestão da força de trabalho. Ao mesmo tempo em que se tem o aumento do número de desempregados, privatizações de órgãos estatais, subcontratações, demissões, cortes nos direitos trabalhistas, fim de algumas carreiras e de empregos estáveis, entre outras medidas, fala-se também em potencializar a criatividade dos indivíduos. Assim, a lógica do empreendedorismo, bastante compatível com o novo contexto vivenciado no País, acompanhará os programas de qualificação profissional para os trabalhadores dos anos 1990 aos dias atuais. Dias e Wetzel (2010, p. 99) consideram que “o empreendedorismo significará um recurso moderno e mais adequado para os indivíduos se inserirem no mundo do trabalho em transformação”.

O principal programa com vistas à diminuição do desemprego e inclusão social dos trabalhadores via qualificação profissional do governo FHC foi o Programa

Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), aprovado em 1995, sendo executado entre os anos 1996 a 2002 (JORGE, 2009).

No governo Lula tem-se a criação do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), que agrega qualificação profissional, desenvolvimento técnico industrial e formação da cadeia de fornecedores. Além desse, em 2003 é criado o Programa Nacional de Qualificação (PNQ), vigente até o ano de 2007. Em 2008 é criado o Plano Setorial de Qualificação Profissional para pessoas Beneficiários do Programa Bolsa Família (o PLANSEC), mais conhecido como Programa Próximo Passo.

Em 2011, no governo de Dilma Rousseff, é criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) para a aumentar a possibilidade de a população brasileira acessar a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O PRONATEC foi instituído a partir da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011 e passou a ser propagado como o maior programa do Governo Federal voltado para a educação técnica e profissional do Brasil, que funciona em parceria com as instituições do Sistema S e institutos federais. De acordo com o IPEA (2012, p. 120):

Este novo programa revela o peso que a educação técnica e profissional passa a ter na política educacional brasileira. A perspectiva oficial, inclusive, é que tal modalidade de ensino consuma 11,8% dos recursos orçamentários alocados a programas educacionais ao longo do PPA 2012-2015. Em comparação ao PPA 2008-2011 [PPA do governo Lula], significa um crescimento de 4 pontos percentuais (p.p) da participação da educação técnica e profissional no total de recursos orçamentários da União alocados aos programas geridos pelo MEC.

Aos seus educandos, o Programa oferece uma bolsa-formação. Há dois tipos de bolsa: a bolsa formação estudante e a bolsa formação trabalhador, destinadas a partir da seguinte lógica:

Na Bolsa-Formação Estudante, cursos técnicos com carga horária igual ou superior a 800 horas são destinados a alunos regularmente matriculados no ensino médio público propedêutico, para a formação profissional técnica de nível médio, na modalidade concomitante. Já a Bolsa-Formação Trabalhador oferece cursos de qualificação a pessoas em vulnerabilidade social e trabalhadores de diferentes perfis. Em ambos os casos, os beneficiários têm direito a cursos gratuitos, alimentação, transporte e material didático-instrucional necessário (IPEA, 2014, p. 37).

O PRONATEC foi criado ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, mas adquire ainda maior relevância na sua atual gestão, iniciada em janeiro de 2015, com o lema: “Brasil, Pátria Educadora”.

O PRONATEC Brasil Sem Miséria se destina a uma população específica, que é a população em condição de vulnerabilidade social. Dessa forma, o Programa passa a ser vinculado à política de assistência social com o objetivo de atender ao item do Plano Brasil Sem Miséria, que dispõe sobre a inclusão produtiva.

O Programa oferece cursos para a Formação Inicial e Continuada (FIC) com vista à inserção dos usuários da política de assistência social no mercado de trabalho. Sua execução se dá no âmbito municipal. O público-alvo são pessoas com idade a partir de 16 anos ou que estejam inseridas no Cadastro Único, independente de serem ou não beneficiárias do Programa Bolsa Família ou do Benefício de Prestação Continuada – BPC. Em relação à escolaridade exigida, existem cursos voltados para pessoas que possuem desde o letramento inicial ao ensino médio.

A formação inicial e continuada (FIC) é um processo de ensino e aprendizagem voltado à formação de trabalhadores para sua inserção ou reinserção no mundo do trabalho e para a elevação da escolaridade. No Brasil, as diretrizes estabelecidas para essa modalidade de ensino é regulamentada pelo Decreto 514/2004, alterado pelo Decreto 8.268/2014, que dispõe que a educação profissional é desenvolvida através da: qualificação profissional, incluindo a formação inicial e continuada; articulação entre educação, trabalho e emprego e da ciência e da tecnologia; centralidade do trabalho como princípio educativo e; indissociabilidade entre teoria e prática. Segundo este último Decreto, os cursos de formação inicial e continuada devem ser articulados aos cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador. A carga horária mínima para os cursos deve ser de 160h, inclusive para os fins da Lei nº 12.513/2011, que dispõe sobre o PRONATEC.

O Plano Brasil Sem Miséria, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), coordena a oferta de vagas de cursos de qualificação profissional no campo do PRONATEC. Os cursos têm o objetivo de qualificar pessoas para sua inserção no mercado de trabalho e são realizados em parceria com instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, bem como instituições do Sistema S tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional

de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT).

O Plano se estrutura em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva. O eixo garantia de renda tem como principais ações: Programa Bolsa Família; Brasil Carinhoso, que é uma ação voltada para ampliar o Bolsa Família para famílias com crianças e adolescentes; e Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O eixo acesso a serviços reúne programas que promovem o acesso das famílias em extrema pobreza aos serviços públicos de bem estar-social, tais como: Unidade Básica de Saúde – UBS; Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS; Centro Pop; Programa Mais Educação, que visa a redução da evasão escolar, da reprovação e distorção entre idade e série, dentre outros.

O eixo inclusão produtiva objetiva retirar as famílias da situação de miséria ao inseri-las no mundo do trabalho. Este eixo se subdivide em programas rurais e urbanos. A inclusão produtiva urbana tem como iniciativas: Pronatec BSM, com vista à inserção de pessoas de baixa renda nas oportunidades de trabalho disponíveis, por meio da qualificação profissional; Acessuas trabalho, que tem como objetivo apoiar a área de assistência social dos municípios, visando a promoção da inclusão produtiva; Programa Crescer - Microcrédito Produtivo, voltado para a expansão dos negócios e empreendimentos; Microempreendedor Individual (MEI), para Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (BRASIL, 2013).

Já a inclusão produtiva rural visa fortalecer a produtividade e comércio dos agricultores familiares através de repasses para investimentos na pequena produção agrícola, assim como por meio da compra de alimentos da agricultura familiar. As principais ações e programas são: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); Assistência técnica e extensão rural (Ater) e Fomento; Programa Água para Todos; Programa Bolsa Verde (BRASIL, 2013). Como se pode observar, esse último eixo dá ênfase à qualificação profissional, assim como ao empreendedorismo.

O PRONATEC BSM é desenvolvido no município de Fortaleza desde 2011, ano de sua criação. Atualmente este programa é gerido pela Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA. Esta secretaria foi criada no ano de 2013, a partir da gestão do atual prefeito Roberto Cláudio, que era vinculado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e atualmente é

filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT). A política de assistência social hoje é coordenada pela SETRA.

Com o foco no trabalho, a SETRA criou equipamentos voltados para qualificar a população usuária, como é o caso dos três Centro Integrado de Referência da Qualificação Profissional, mais conhecidos como Casa Brasil. No município existem três centros localizados nos bairros: Vila União, Granja Portugal e Antônio Bezerra. Esta pesquisa limitou-se à SETRA e à Casa Brasil da Granja Portugal. Esta última instituição foi escolhida por se localizar em uns dos bairros de maior vulnerabilidade social do município de Fortaleza.

4.2 A OPERACIONALIZAÇÃO DO PRONATEC BSM NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA: OLHAR DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

No município de Fortaleza, a política de assistência social vem sendo gerida, desde 2013, pela Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome (SETRA), em substituição da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que funcionou entre os anos de 2005 a 2012, durante o governo de Luiziane Lins (PT), sendo extinta no governo de Roberto Cláudio (PDT), (2013-atual).

Sob a gestão da SETRA, três políticas passam a ser articuladas: a de assistência social, a de segurança nutricional e a de trabalho, sendo esta Secretaria a responsável pela execução e pelo acompanhamento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, na modalidade do Plano Brasil Sem Miséria.

Desse modo, no presente estudo, o PRONATEC BSM será analisado mais como uma estratégia de inserção no mercado de trabalho no âmbito da política de assistência social do que como um Programa de qualificação profissional inscrito na política educacional e/ou de trabalho e renda. Por esta razão, elegeram-se como categorias de análise trabalho, questão social, assistência social e qualificação profissional, considerando-se suas inter-relações, conforme exposto no decorrer deste trabalho.

Para se entender como se dá a operacionalização do PRONATEC BSM em Fortaleza-CE, bem como analisar como o Programa se articula inserir seus egressos no mercado de trabalho, foi realizada, inicialmente, uma entrevista em

grupo com três profissionais que atuam na Célula de Qualificação Profissional da SETRA, responsáveis pela execução do Programa. Objetivou-se, mais especificamente, compreender como se dão a execução e o acompanhamento do PRONATEC BSM no município, assim como apreender os limites, as dificuldades e os principais desafios do Programa na concepção das referidas profissionais, cujo perfil socioprofissional foi traçado por meio da aplicação de questionários.

As três profissionais, que serão chamadas pelos nomes fictícios de Bruna, Liz e Ivy, têm formação acadêmica em Serviço Social, sendo as duas primeiras servidoras públicas, que ingressaram na prefeitura de Fortaleza há nove anos por meio de concurso público, e estão na SETRA desde sua criação, há dois anos, exercendo a função de assistente social; e a terceira entrevistada, Ivy, trabalha há dois anos na Prefeitura de Fortaleza, na condição de celetista, estando há um ano na SETRA exercendo a função de supervisora administrativa.

As ações referentes à qualificação profissional, antes de serem geridas pela SETRA, eram conduzidas pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SDE). O PRONATEC BSM, entretanto, por possuir a especificidade de se destinar a pessoas inscritas no Cadastro Único, sempre esteve vinculado à política de assistência social, desde então da antiga SEMAS. Com a extinção desta Secretaria, o PRONATEC BSM migrou para a política de trabalho, executada pela SETRA, embora não tenha perdido seu vínculo com a política de assistência social, como se pode perceber na fala de uma das profissionais:

O PRONATEC existe em várias modalidades e através de várias Secretarias, então, pelo MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é realizado o BSM, que é o Brasil Sem Miséria, para as pessoas usuárias da política de assistência, principalmente as do Bolsa Família que tem Cadastro Único, porque todas as pessoas que têm cadastro único podem ter acesso ao curso, mas a gente dá prioridade ao Bolsa Família, que estão em maior vulnerabilidade social. [...] A diferença seria o público, o público da assistência, o usuário da assistência, por isso, se coloca que a pessoa tem que ter o número do NISS [Número de Identificação de Segurança Social] e pra ter o NISS tem que estar dentro do Cadastro Único (LIZ).

O PRONATEC Brasil Sem Miséria é, portanto, um programa de qualificação profissional destinado às pessoas inscritas no Cadastro Único, com idade a partir de 16 anos, o que demonstra a diversidade do seu público mesmo sendo eixo específico do Programa (BRASIL, MDS, 2014).

O MDS constantemente atualiza um relatório com o panorama geral dos municípios, referente às ações da política de assistência social e seu alcance pela população usuária. Conforme relatório atualizado, nos meses de junho e outubro de 2015, durante este ano no município de Fortaleza foram 351.239 (trezentos e cinquenta e uma mil, cento e noventa e oito) famílias registradas no CAD único. Deste número, 198.615 (cento e noventa e oito mil, seiscentos e quinze) são beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que significa 24,90% da população municipal. De junho de 2011 a setembro de 2015 foram incluídas no PBF 14.153 (catorze mil, cento e cinquenta) famílias fortalezenses em situação de extrema pobreza. Em novembro de 2015 foram transferidos para tais famílias um total de R\$ 28.377. 589,00 (vinte e oito milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e nove). Em síntese, de junho de 2011 a novembro de 2015, com a criação do Plano Brasil Sem Miséria, houve um aumento de 1,86% no total de famílias beneficiárias em Fortaleza¹⁸.

O mesmo relatório também traz informações referentes à oferta de cursos do PRONATEC BSM, entretanto, cabe antes entender a dinâmica do Programa no município. Aqui, o Programa funciona da seguinte forma: as pré-matrículas são realizadas nos equipamentos da política de assistência social, tais como CRAS, CREAS, entre outros, a exemplo dos Centros Integrados de Referência de Qualificação Profissional, também chamados de Casa Brasil. Após essa etapa, as pré-inscrições são encaminhadas para a sede da SETRA, onde são realizadas as pré-matrículas no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), bem como a mobilização dos usuários, via contato telefônico, para que estes possam ir até a unidade ofertante confirmar sua matrícula.

As pré-matrículas são feitas nos CRAS e nos CREAS, nos equipamentos da assistência. A ficha vem pra cá pra coordenação do trabalho e aqui é feita a pré-matrícula no sistema e também a mobilização do usuário pra que ele vá confirmar a matrícula na unidade ofertante, que pode ser o sistema S, mas pode ser outra unidade ofertante, pode ser SEDUC [Secretaria de Educação] pode ser o instituto federal, como outra unidade ofertante. Então as turmas são abertas, as vagas aparecem no sistema, e aí o usuário é encaminhado pra deixar a documentação e pra assinar o contrato na instituição, na unidade ofertante. E posteriormente é feito o acompanhamento a essas turmas através da nossa equipe da coordenação do trabalho (LIZ).

¹⁸ Informações disponíveis em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. 02/09/2015

Segundo as profissionais da SETRA, o acompanhamento do processo de qualificação profissional se dá através de visitas às unidades ofertantes no decorrer dos cursos para a verificação do recebimento do material didático, do recebimento da Bolsa Formação¹⁹ ou detectar alguma outra demanda dos usuários. Os cursos ofertados pelo PRONATEC BSM, de acordo com a Lei nº 12.513/2011, que regula o Programa, devem ter uma carga horária mínima de 160 horas/aulas. Segundo uma das entrevistadas:

As visitas são feitas nas instituições e conversamos com eles [cursistas]. Nosso foco nas visitas às turmas é conversar com os alunos. Lógico que a gente conversa com os professores, com as pessoas que trabalham com o PRONATEC, mas nosso foco é com os alunos. E tem também a questão que a gente orienta do pós-curso, com aquela qualificação profissional eles concluem os cursos, vão procurar o SINE, vão fazer o cadastro. Se eles já têm o cadastro no SINE, inclui esse curso no cadastro pra que possa receber oferta de emprego nessa área, então tem essa orientação sobre o pós-curso. Nós, durante o curso, damos essa orientação, pra quando eles terminarem os cursos procurem o SINE [Sistema Nacional de Emprego] (LIZ).

Por meio dessa fala, pode-se perceber a falta de articulação do Programa com uma política de promoção ao emprego e a renda. Assim, a ação voltada para a inserção no mercado de trabalho para os egresso reduz-se ao encaminhamento para o SINE, sem garantia de empregabilidade.

Os cursos do PRONATEC BMS são financiados pelo Governo Federal através do repasse de verbas direto às unidades ofertantes, sendo gratuitos para os beneficiários e sem contrapartidas financeiras das Prefeituras²⁰. Segundo as profissionais entrevistadas, não é de responsabilidade da SETRA a operacionalização da bolsa-formação, que é o auxílio estudantil, sendo uma competência das da unidade ofertante. Ao serem questionadas sobre o valor da bolsa recebida pelos alunos, uma das profissionais respondeu:

Esta informação sobre o auxílio estudantil não passa por nós, até porque cada instituição tem esse cálculo. Por exemplo: o IFCE [Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará] oferece o lanche e paga o

¹⁹ Segundo a Lei que regulamenta o PRONATEC, Lei nº 12.513/2011: § 5º O Poder Executivo disporá sobre o valor de cada bolsa-formação, considerando-se, entre outros, os eixos tecnológicos, a modalidade do curso, a carga horária e a complexidade da infraestrutura necessária para a oferta dos cursos. As profissionais entrevistadas afirmaram que o valor da bolsa-formação que os usuários recebem é de responsabilidade das unidades ofertantes, como será mostrado mais a diante.

²⁰ Informação obtida através do site: <http://inclusaoprodutiva.org/pronatec/>. Acesso em 07/12/2015.

auxílio transporte. Já o Sistema S paga os dois recursos [ou seja, ao invés de o aluno receber o lancha na instituição do Sistema S recebe o dinheiro equivalente] (YVY).

Após esta informação referente ao valor do benefício pago pelo PRONATEC ao aluno, realizou-se uma pesquisa no site do Programa, constatando-se que:

Em alguns cursos do PRONATEC, estão previstos repasses para assistência estudantil. (...) No caso dos cursos de qualificação profissional e de cursos técnicos concomitantes ofertados pela Bolsa-Formação nas redes públicas de EPT [Ensino Profissional e Técnico] e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem, o valor repassado pelo MEC às instituições corresponde ao custo total do curso por estudante e ao custeio da assistência estudantil²¹.

Portanto, não há nenhuma legislação ou outros documentos que especifiquem o valor da bolsa-formação destinada aos alunos do PRONATEC BSM.

No que diz respeito às ações para a inserção no mercado de trabalho, há na SETRA uma célula de emprego, renda e gestão vinculada ao SINE que estabelece um elo entre os egressos e algumas empresas, mas isso não se constitui em algo efetivo, e sim esporádico. E, embora alguns egressos recebam encaminhamento ou orientação para procurarem o SINE para atualizarem seu cadastro, isso não garante que eles serão empregados.

Como já foi exposto, não há uma articulação efetiva do PRONATEC com uma política de emprego e renda. Particularmente no que se refere ao público do BSM, a situação é ainda mais difícil, já que as empresas trazem exigências que, na maioria das vezes, não condizem com a realidade da população em situação de pobreza e extrema pobreza, geralmente com baixa escolaridade e pouca ou nenhuma experiência profissional. Assim, além de privados do acesso às condições básicas de vida por meio políticas públicas como saúde, moradia e educação, os usuários da política de assistência social estão privados do acesso ao trabalho, principal meio para a satisfação das necessidades humanas e sociais.

Desse modo, as ações de qualificação profissional voltadas para essa população, em vez de contribuírem para a superação da sua condição social, fazem

²¹ <http://pronatec.mec.gov.br/perguntas-frequentes-16621/30-sobre-o-programa>. Acesso em 04/14/2015.

parte do círculo de reprodução da pobreza, uma vez que sem trabalho, a mesma permanece na condição de “cliente do Estado”.

A oferta pelo PRONATEC BSM, de cursos de qualificação profissional para as pessoas pobres e extremamente pobres, por si só não é capaz de enfrentar questões mais complexas que persistem em suas vidas, como a escolarização precária, a falta de oportunidades e de experiência profissional, dificultando seu acesso ao mercado formal de trabalho, com direitos trabalhistas e garantias sociais.

Como observa Mota (2010), a política de assistência social hoje tem se constituído no principal mecanismo de proteção social no Brasil. Torna-se, assim, um “fetiche de enfrentamento à desigualdade social”(p.134), em vez de ser uma política mediadora que possibilite aos seus usuários o acesso às demais políticas públicas, como é o caso de uma política de emprego e renda, tem se assumido como uma política estruturadora, tendo que absorver e gerenciar as consequências da precarização do trabalho e do desemprego estrutural.

Na concepção das profissionais entrevistadas, são muitos os limites, desafios e dificuldades para o Programa no município de Fortaleza. Uma das dificuldades relatadas refere-se ao tempo que se leva entre a pré-inscrição até a matrícula dos usuários, pois, devido ao fato de o processo ser burocrático, às vezes a turma fecha, por esgotamento das vagas, e alguns usuários perdem a oportunidade de realizar o curso para o qual se inscreveram. Por exemplo, alguns realizam sua pré-matrícula em janeiro e o curso só se inicia em agosto. De janeiro a agosto há tempo suficiente para que muitas mudanças ocorram na vida dessas pessoas, como o fato de conseguirem um trabalho (bico), de mudarem de cidade, de começarem a estudar no horário do curso que haviam escolhido, entre outras possibilidades. Portanto, para as profissionais o tempo para agilizar todo esse processo é muito curto, conforme relato:

Há dificuldade em relação ao tempo, do tempo que é feita a pré-matrícula no CRAS pra que chegue aqui, pra que a gente entre em contato, pra que a gente insira no sistema, pra que depois a gente entre em contato novamente com o usuário pra que ele vá confirmar a matrícula. Muitas vezes esse tempo se torna longo pro usuário. A ficha chega aqui e a turma já tem sido fechada ou a vaga já tem sido preenchida, então não tem como a gente inserir mais (Ivy, SETRA)

Desse modo, quando o usuário chega até o equipamento para a realização da pré-inscrição em algum curso, não há certeza de que sua vaga será

garantida e, quando ocorre de sua inscrição não ser efetuada, não há um cadastro de reserva para uma inserção posterior no curso escolhido, ou seja, o usuário deverá participar de um novo processo seletivo.

Os profissionais que estão na execução do Programa, devido ao número de desistentes dos cursos, sempre inserem uma quantidade maior de pessoas. Um exemplo citado foi: se há vinte vagas para determinado curso, são inseridas quarenta pessoas. Assim, quem chega primeiro na unidade ofertante garante sua vaga. Os que chegam depois correm o risco de a turma já ter sido fechada.

Mas isso também a gente já informa na mobilização pra eles: “olha, a gente coloca um número maior pra não correr o risco de não fechar a turma”. Parece até uma coisa ruim, mas já aconteceu muito com a gente. Tínhamos vinte vagas e colocávamos vinte pessoas, as pessoas confirmavam: “Não, a gente vai amanhã com certeza”. Confirmavam por telefone, a gente ligava pra mobilizar, mas no dia não apareciam pra confirmar. No primeiro dia só iam dez, então ficavam dez vagas em aberto. Então, são dez pessoas que a gente não incluiu e essas vagas iam para qualquer outro demandante (LIZ, SETRA)

Outra dificuldade relatada é que não há uma comunicação prévia da unidade ofertante dos cursos sobre as turmas que vão abrir para que a equipe se organize, entre em contato com os equipamentos que promovem a divulgação para a comunidade e as pré-inscrições. Desse modo, fica um trabalho muito corrido, como se pode observar:

Às vezes a gente chega pra trabalhar e vai ver as turmas que foram abertas, aí a gente tem que correr pra procurar as fichas, mobilizar. Porque, se essa informação chegasse com antecedência a gente podia já ir se programando, informando os equipamentos pra irem se mobilizando, já recebendo essas fichas. Aí quando o curso abrisse só faríamos a inserção desses usuários (YVY).

Desse modo, o PRONATEC BSM perde algumas vagas, pois por não haver um quantitativo de vagas destinado apenas a essa modalidade do Programa, se os profissionais da SETRA não conseguirem incluir os candidatos antecipadamente, outras modalidades, como por exemplo, o Seguro Desemprego²², podem inserir seus demandantes antes. Além disso, há um tempo destinado às instituições, a SETRA, para a inserção dos seus usuários. Se, durante esse

²² O PRONATEC é um Programa amplo e ao ser criado, englobou várias modalidades, como: PRONATEC Bolsa-Formação Estudante e Bolsa-Formação Trabalhador; PRONATEC Jovem, PRONATEC Campo, PRONATEC Copa para Empresa, PRONATEC Brasil Sem Miséria, PRONATEC Seguro-Desemprego, dentre outras.

determinado tempo, não houver um fechamento das turmas, as vagas que não forem preenchidas são destinadas às pessoas em geral, que podem se inscrever nos cursos pela internet através do PRONATEC Online. Assim, a única forma que os profissionais que estão na coordenação do PRONATEC BSM têm de saber sobre as turmas abertas é através do SISTEC, sistema online.

Se o Programa tem o objetivo de contribuir para que a população em situação de pobreza e extrema pobreza seja inserida no mercado de trabalho por meio da qualificação profissional e, assim, melhorar sua condição de vida, no mínimo deveria garantir determinado número de vagas destinado exclusivamente para essas pessoas, já que os relatórios emitidos pelo MDS dispõem sobre o número de pessoas que vivenciam tal realidade em cada município, como foi mostrado anteriormente, sobretudo no que se refere à cidade de Fortaleza. A fala abaixo retrata essa limitação do Programa:

O curso abre aqui pra gente, mas ele não abre só pra gente enquanto SETRA, enquanto MDS, ele vai abrir pra gente, vai abrir para o seguro desemprego, vai abrir para outras modalidades. Então, quando a gente não consegue preencher, o pessoal vai e preenche a vaga, então, a turma não vai ser só BSM, vai ser BSM e outras. (...) Muitas vezes a gente também perde vagas, por exemplo, esses cursos que tem demanda grande a gente não consegue colocar muitas pessoas porque geralmente tem também uma demanda grande do seguro desemprego. Nos SINEs tem uma demanda grande também nesses cursos, aí às vezes quando a gente vai olhar a gente tem poucas vagas porque o seguro já preencheu, porque o sistema deles é bem mais rápido que o nosso (Liz, SETRA).

A modalidade do PRONATEC vinculada ao Seguro Desemprego associa o recebimento deste benefício à matrícula e frequência em curso de qualificação profissional, destinado aos trabalhadores dispensados sem justa causa. Entretanto, não há um quantitativo de vagas destinado para cada modalidade, como foi explanado acima.

Outra grande limitação do Programa refere-se aos cursos ofertados. Tem cursos muito demandados pela população, tais como: costura, modelista, auxiliar administrativo, auxiliar de recursos humanos, auxiliar de pessoal, mas não há vagas suficientes para atender à demanda. Geralmente a procura por estes cursos é bem maior do que a oferta. De acordo com as profissionais entrevistadas, a solicitação dos cursos por parte da SETRA ao MDS é feita de acordo com a demanda e o mercado de trabalho, pois:

Não é interessante a gente pedir um curso se a pessoa vai fazer e quando sair da qualificação não ter pra onde ser encaminhada, não ter onde encaixe aquela vaga. Nem mesmo trabalhando pra si próprio, porque tem curso que não dá, tem curso que são ofertados que dá pra você ser um empreendedor, mas tem cursos que não (Liz, SETRA).

A cada seis meses é realizada uma pactuação de vagas entre o município e o MDS. Nesse momento, o município indica para o MDS o quantitativo de vagas que precisa e o Ministério responde à demanda apresentada, embora essa resposta não necessariamente atenda à solicitação tal como é feita. “Às vezes acontece da gente pedir auxiliar administrativo, 100 (cem) vagas e a gente recebe 20 (vinte) vagas de auxiliar administrativo e 40 (quarenta) de um curso que a gente nunca nem viu. Aí a gente tem que começar do zero aquele curso” (LIZ). Portanto, muitas vezes os cursos oferecidos não condizem com a demanda do município e dos usuários.

De acordo com o já citado relatório do MDS sobre o PRONATEC BSM no município de Fortaleza, de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram efetuadas 5.719 (cinco mil, setecentos e dezenove) matrículas no Programa e foi pactuada a oferta de 5.184 (cinco mil, cento e oitenta e quatro) vagas em 2014, sendo que, no ano de 2015 não houve oferta de cursos devido à crise econômica e política vivenciada pelo País, chegando a repercutir no Programa devido ao atraso de repasses financeiros às instituições promotoras dos cursos. O relatório, entretanto, traz informações referentes apenas ao número de matrículas efetuadas, não dispondo do quantitativo de pessoas que chegaram a concluir os cursos. Inclusive, a pesquisadora esbarrou diretamente nesta problemática na fase de buscas de dados referentes aos egressos, pois, ao se dirigir à SETRA para acessar informações dos egressos que haviam concluído os cursos no ano de 2013 teve que acessar o SISTEC, com senha e usuário das profissionais, e pesquisar a situação de cada usuário, um a um. As causas da evasão dos usuários no Programa constituem-se uma questão importante a ser considerada, tanto pelo PRONATEC BSM quanto por pesquisadores interessados na temática. O presente estudo, todavia, não dá conta de responder a tal questão.

O PRONATEC é o programa carro-chefe do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff (2015 - atual) referente à qualificação profissional. Porém, desde o início da nova gestão, o Programa passa por alguns problemas em relação ao atraso do pagamento às instituições que ofertam os cursos profissionalizantes, o

que dificulta a abertura de novas turmas²³. Apesar disso, o Programa continua recebendo inscrições, mesmo sem previsão para o início das aulas. Em visitas realizadas pela pesquisadora à SETRA e aos equipamentos socioassistenciais, constatou-se essa realidade, ou seja, a permanente procura dos usuários pelos cursos do PRONATEC BSM.

Segundo as profissionais entrevistadas, a procura é bem maior que a oferta, especialmente nas áreas de moda e escritório. Os cursos mais procurados são os de costura, modelista, auxiliar administrativo, auxiliar de Recursos Humanos e auxiliar de pessoal. “Para esses cursos que são procurados a demanda é maior que a oferta, nós não estamos conseguindo atender toda a demanda” (Yvy, SETRA). No que se refere à procura pelos cursos na área da indústria e da construção civil as profissionais informaram que não há tanta demanda, embora mais recentemente tenha apresentado uma melhora²⁴.

A partir da entrevista com as profissionais da SETRA identificaram-se diversas limitações do PRONATEC BSM em Fortaleza, tais como: falta de articulação com uma política efetiva de emprego e renda no município, não havendo parcerias com as empresas e indústrias municipais; desorganização e burocratização no processo de inscrição, que muitas vezes não garante a matrícula do usuário no curso, gerando uma expectativa no mesmo que pode ser frustrada; falta de relatórios e de informações consistentes sobre os cursistas, como permanência no curso, quantidade de evadidos, etc.. Além destas, percebe-se também que há uma dificuldade vivenciada pelas próprias profissionais, que acabam tendo um cotidiano profissional muito burocrático, dificultando a sistematização de dados relativos ao Programa e seus usuários, bem como a realização de estudos, levantamentos e relatórios que possam contribuir para a melhoria do Programa no município.

²³ Informação disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/02/mec-admite-atraso-no-pronatec-e-libera-r-119-mi-para-regularizar-situacao.html>. 30/11/2015

²⁴ De acordo com Antunes e Alves (2004) esta é uma das consequências das mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. A partir da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e do cenário de desindustrialização e privatização, muitos trabalhadores foram lançados fora do mundo produtivo industrial. Assim, há uma tendência à crescente busca por parte dos trabalhadores ao setor de serviços. Esta questão será exposta mais a diante.

4.3 AS PERCEPÇÕES E AS PERSPECTIVAS DOS EGRESSOS DO PRONATEC BSM SOBRE O PROGRAMA

Para se analisar o PRONATEC BSM a partir da percepção dos egressos foi fundamental a articulação das suas falas com as falas das profissionais que estão na gestão do Programa no município de Fortaleza, pelos motivos anteriormente expostos.

Um dos maiores desafios desta pesquisa foi definir uma amostra dos egressos dos cursos do PRONATEC BSM em Fortaleza, em virtude da diversidade de participantes, mas, também, pelo fato de que as instituições que foram procuradas, como a SETRA, CRAS e Casa Brasil, não tinham dados precisos relativos às pessoas que se inscreveram e concluíram o curso. Esta foi uma das dificuldades apresentadas pelas profissionais da SETRA, quando questionadas se a Secretaria tinha o controle do número de usuários que se qualificaram pelo PRONATEC BSM desde que o mesmo teve início no município. É o que expressa a fala seguinte:

A gente fez essa contagem um a um agora em janeiro de 2015 pra gente saber em 2014 qual foi o nosso resultado porque é difícil a unidade ofertante mandar essa informação pra gente, até porque ela não dá conta só dos cursos do PRONATEC, mas de todos os cursos que eles têm na unidade e não só do Brasil Sem Miséria e não só Fortaleza, mas do Estado todo (...). De 2012, 2013, a gente tem o número de inseridos, mas o retorno do sistema S nós não tivemos. Então, a gente não tem exatamente 100% de certeza como dizer quantos concluíram. (LIZ)

Ora, se não há sequer informações referentes ao quantitativo de egressos que chegaram a concluir os cursos, muito menos há informações relevantes que apontem os impactos do Programa na vida deles, tampouco o conhecimento de que os mesmos chegaram a se inserir no mercado de trabalho e, se sim, em que tipo de trabalho.

Devido à falta de dados sistematizados sobre os usuários do Programa, a amostragem se deu por acessibilidade, tendo um recorte dos egressos que realizaram os cursos entre o ano de 2013 e o primeiro semestre de 2014, havendo, assim, um período considerável para analisar se os mesmos chegaram a se inserir ou não no mercado de trabalho e, nos casos em que houve tal inserção, analisar sob que condições ocorreu, se foi no trabalho formal, informal, trabalho precário, dentre

outros aspectos. Busca-se, ainda, entender as percepções dos egressos acerca do Programa, identificando as principais dificuldades que os mesmos enfrentaram e/ou enfrentam para sua inserção no mercado de trabalho, assim como as repercussões do Programa em suas vidas, especialmente no que se refere à superação da condição de pobreza e/ou extrema pobreza, uma vez que o PRONATEC BSM destina-se aos usuários da política de assistência social e em especial do Plano Brasil Sem Miséria.

A amostra dos sujeitos da pesquisa foi selecionada entre os participantes que foram encaminhados ao Programa pelo Centro de Referência da Qualificação Profissional, mais conhecido como Casa Brasil, do bairro Granja Portugal. A escolha desse equipamento deveu-se ao fato de ser um equipamento voltado exclusivamente para a qualificação profissional, oferecendo, inclusive, cursos pelo PRONATEC BSM. Além disso, tal equipamento localiza-se em um dos bairros de maior vulnerabilidade social²⁵ da cidade de Fortaleza. A Casa Brasil tanto oferece cursos do PRONATEC BSM, quanto encaminha seus usuários para realizarem cursos nas demais unidades ofertantes, como as do Sistema S e Institutos Federais.

O bairro Granja Portugal está localizado na Secretaria Regional V (SER V). Segundo pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) em parceria com a Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2011, a SER V é a Regional mais pobre e populosa de Fortaleza, com 21,1% da população deste município, estimada em 585.347 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e quarenta e sete) habitantes no ano de 2014. A principal atividade econômica da SER V é o comércio, sendo que o emprego formal nessa região representa apenas 2,89% das ocupações.

O Centro de Referência da Qualificação Profissional (Casa Brasil) do bairro Granja Portugal situa-se na Rua Humberto Lamel, nº 1220. De acordo com a atual coordenação do equipamento, a Casa Brasil, antes de ser gerida pela SETRA, realizava atividades artísticas com a comunidade, tais como: aulas de dança, de violão, de música, atividades com materiais recicláveis, a exemplo do projeto “O som

²⁵ Segundo a PNAS (2004, p. 27), o termo vulnerabilidade social contempla: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

que vem do lixo”. A partir da gestão da SETRA, a Casa Brasil voltou-se para a qualificação profissional, passando a divulgar os cursos profissionalizantes, mobilizar a comunidade, realizar as pré-inscrições dos usuários, além de oferecer a estrutura para a realização dos seguintes cursos do PRONATEC BSM: corte e costura, informática, modelagem, figurinista, auxiliar administrativo, departamento financeiro e almoxarife. Como se pode observar, tais cursos são relacionados, em sua maioria, à área de serviços. Apesar de esta instituição oferecer esses cursos mencionados, a maior parte dos egressos realizou-nos no SESI e no SESC, embora o encaminhamento tenha sido feito pela da Casa Brasil.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), lançado ainda no primeiro semestre de 2015, o Ceará lidera o *ranking* dos Estados com maior geração de emprego no setor de serviços. A capital cearense, entre as principais regiões metropolitanas do Nordeste, ficou com a primeira colocação, com 686 (seiscentos e oitenta e seis) vagas. As principais atividades estão relacionadas às áreas de alojamento e cozinha²⁶. A crescente expansão do setor, ao mesmo tempo em que amplia as oportunidades de trabalho, está associada ao aumento da exploração de mão-de-obra pelo capital, tendo em vista que este setor é mais suscetível ao trabalho precário e informal.

Para Antunes (2001), como consequência do processo de reestruturação produtiva e do aumento do desemprego estrutural, a classe trabalhadora sofre um processo de heterogeneização e complexificação na contemporaneidade, não se limitando mais ao operariado fabril. Assim, a “classe-que-vive-do-trabalho” engloba também os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores assalariados da economia informal, os desempregados, dentre outras formas de ser da classe trabalhadora hoje. Com a ampliação das oportunidades de trabalho no setor de serviços, cresce também a procura por cursos de qualificação neste setor, em detrimento da procura no setor industrial.

No período de visita a Casa Brasil, entre os meses de junho e julho de 2015, esta instituição estava ofertando cursos em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), uma vez que o PRONATEC BSM não tinha previsão de retorno dos cursos. Segundo a coordenação, este foi um dos desafios da instituição: manter

²⁶ <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/07/ceara-tem-maior-geracao-de-emprego-no-setor-de-servicos-do-nordeste.html>

a oferta de cursos de qualificação profissional para a comunidade mesmo em tempos de inatividade do Programa do Governo Federal. Assim, a Casa Brasil se mobiliza em parceria com outras instituições, para a realização de outros cursos profissionalizantes, até porque dispõe de uma boa estrutura, especialmente para a área de costura, pois há uma sala com todo maquinário necessário à sua realização.

A partir do contato com a Casa Brasil, tornou-se possível acessar informações de alguns egressos do PRONATEC BSM que realizaram os cursos nos anos de 2013 e 2014, tais como nome, telefone e e-mails de alguns participantes. Entretanto, enquanto a pesquisadora buscava definir o lócus da pesquisa, foram realizadas entrevistas com três egressos encaminhados ao Programa pelos CRAS dos bairros Canindezinho e Barra do Ceará, tendo em vista que *a priori* a estratégia pensada pela pesquisadora para se aproximar do público-alvo seria por meio de alguns CRAS, uma vez que estes equipamentos são a porta de entrada para as pessoas em situação de vulnerabilidade social acessarem os serviços sócio assistenciais. Porém, esses equipamentos não tinham dados necessários que a levassem aos egressos, uma vez que as fichas das pré-inscrições eram encaminhadas para a sede da SETRA. Desse modo, foram ao todo entrevistados onze egressos, sendo dois deles encaminhados ao Programa pelo CRAS Canindezinho, um encaminhado pelo CRAS da Barra do Ceará e oito encaminhados pela Casa Brasil do bairro Granja Portugal.

No ato da entrevista foi aplicado um questionário socioeconômico com cada egresso, exceto um que se aplicou por via eletrônica. Por meio da aplicação do questionário, tornou-se possível traçar o seguinte perfil socioeconômico dos entrevistados.

Quanto ao sexo, sete egressos são mulheres e quatro são homens. No que se refere à idade, três têm mais de 50 anos; três têm entre 40 e 50 anos; três têm entre 18 e 23 anos; um tem 31 anos; e apenas um não quis informar. Logo, a maior parte dos pesquisados está situada na faixa etária de 40 a 50 anos de idade, apontando para a dificuldade de pessoas não jovens se inserirem no mercado de trabalho²⁷.

²⁷ Para Antunes (2001), o capital considera como “velhos” trabalhadores na faixa etária de 40 anos de idade em diante e que, uma vez desempregados, não voltarão mais para o mercado de trabalho, restando-lhes o trabalho informal, parcial, dentre outras formas precarizadas.

No que se refere ao estado civil, cinco são casados; cinco são solteiros e um é divorciado. Dos participantes, sete têm filhos e quatro não têm filhos.

Quanto ao aspecto racial, nove dos participantes declararam-se pardos, um se declarou negro e um se declarou indígena. No que diz respeito à escolaridade, nove têm o ensino médio completo e, destes, dois estão cursando o nível superior em instituições privadas; um realiza o curso de Administração à distância pela Universidade Paulista (UNIP) e o outro estuda Processos Gerenciais na Faculdade Ateneu.

Em relação à composição familiar, quatro egressos responderam que a família é composta por cinco membros; dois responderam que a família é composta por quatro membros; dois responderam que a família é composta por dois membros; um respondeu que a família é composta por três membros e dois responderam que a família é composta por oito ou mais membros.

Em relação à renda familiar, oito informaram que recebem entre dois a três salários mínimos; dois informaram que recebem menos de um salário mínimo e um informou que recebe um salário mínimo. Quanto ao número de pessoas que contribuem com a renda familiar, quatro informaram que apenas uma pessoa contribui com a renda familiar; três informaram que duas pessoas contribuem com a renda familiar; três informaram que três pessoas contribuem com a renda familiar e um informou que quatro ou mais pessoas contribuem com a renda familiar.

Todos os entrevistados estão inseridos no Cadastro Único, porém, apenas seis são beneficiários do Programa Bolsa Família.

No que diz respeito à experiência profissional, nove afirmaram já ter trabalhado e dois afirmaram nunca ter trabalhado. Dos que têm experiência profissional, seis alegaram ter sido trabalho com carteira assinada.

Pode-se perceber que o público do PRONATEC BSM é bastante diverso, e é devido a esse aspecto que esta pesquisa não se limitou apenas aos jovens, ou às mulheres ou a outro público específico. Desse modo, os egressos entrevistados constituem apenas uma amostra desse universo.

A partir das informações obtidas através das entrevistas delineou-se uma breve trajetória de vida de cada entrevistado. Cabe ressaltar que os nomes que lhes foram atribuídos são fictícios.

Ester, 43 anos, divorciada, mãe de dois filhos, com ensino médio completo, conheceu o Programa através do CRAS Canindezinho, em 2013. Soube

do PRONATEC porque já era cadastrada no PBF. Pelo Programa realizou os cursos de auxiliar administrativo e de cuidadora de idosos e, no dia da entrevista, no CRAS Canindezinho, inscreveu-se para atendente de judiciário. Entre o curso de costura industrial e de auxiliar administrativo disponíveis à época, escolheu este último por já ter trabalhado de carteira assinada nessa área, acreditando ser melhor se qualificar mais numa área em que já tinha experiência. Entretanto, não conseguiu nenhum emprego após a conclusão dos cursos. Já procurou trabalho, deixou currículo em vários locais, mas não surgiu nenhuma vaga. Realiza trabalhos voluntários em instituições públicas com a perspectiva de conseguir passar para a condição de empregada. Após o curso, sente-se mais qualificada e preparada para o mercado de trabalho. Considera o Programa bom, mas afirma que ele deixa a desejar por não dar oportunidade para os egressos. Segundo ela, o que mudou em sua vida após o PRONATEC foi a qualificação que adquiriu, mas, apesar dos cursos que já realizou, não conseguiu trabalho.

Pedro, 18 anos, solteiro, não tem filhos. Concluiu o ensino médio e inscreveu-se no PRONATEC BSM pelo Cras Canindezinho em 2013. Conheceu o Programa por meio da escola em que estudava. Queria se inscrever no curso de auxiliar administrativo, mas não conseguiu a vaga, então, optou pelo curso de *design* de moda. Inscreveu-se pela escola e fez apenas um curso pelo Programa. Até o momento da entrevista, aguardava uma oportunidade para se matricular em um curso técnico em turismo. Após a realização do curso, não ingressou no mercado de trabalho. Sente-se mais qualificado e considera que aprendeu muita coisa, principalmente a desenhar. Avalia que o PRONATEC é um programa que de fato qualifica. Após o Programa considera que o que mudou em sua vida foi a qualificação profissional que adquiriu.

Felipe, 23 anos, solteiro, não têm filhos, atualmente está cursando faculdade de Administração à distância em uma instituição privada denominada Universidade Paulista (UNIP). Soube do PRONATEC através de um amigo do bairro, chegando a se inscrever no curso de operador de computador pela Casa Brasil. Escolheu este curso por achar que aprofundaria seu conhecimento no que se refere ao programa Excel, porém o curso se voltava mais para noções básicas de informática. Sempre gostou de informática e já tinha algum conhecimento na área. No que se refere à experiência profissional, trabalhou como aprendiz em um supermercado. Após concluir o curso pelo PRONATEC, passou a trabalhar como

auxiliar administrativo em uma empresa. Acredita que o Programa contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho, uma vez que a empresa exigia conhecimento em informática. Seu plano para o futuro é investir na área de *design* gráfico, ao finalizar a faculdade de Administração.

Tiago, 18 anos, solteiro, tem ensino médio completo. Conheceu o Programa através de amigos e inscreveu-se pela Casa Brasil, no curso de montagem de microcomputador. Escolheu esse curso por considerar que hoje tudo envolve a informática. Após concluir o curso, não buscou emprego, pois ainda estava cursando o ensino médio. Até o momento da entrevista não tinha tido qualquer experiência profissional. Acredita que a maior dificuldade que vivencia para se inserir no mercado de trabalho é a falta de experiência. Segundo o entrevistado, o Programa deveria encaminhar os egressos para um estágio. Seu sonho para o futuro é cursar uma faculdade de administração e conseguir um bom emprego nessa área.

Madalena, 56 anos, casada, mãe de dois filhos, tem ensino médio completo. Soube do Programa através da televisão e buscou realizar o curso por meio de incentivo da coordenação da Casa Brasil, instituição pela qual se inscreveu no PRONATEC BSM. Realizou o curso de modelagem em virtude de já trabalhar com costura e, inclusive, por fazer parte de uma cooperativa de costura chamada Solidu, que funciona no bairro Granja Portugal. O curso de modelagem traria mais conhecimento na costura, uma vez que não trabalhava diretamente com a modelagem. Antes de ser costureira, trabalhou durante dez anos na área do comércio, como balconista e gerente. Há mais de vinte anos trabalha com costura. Considera o Programa importante, mas acha que precisa mudar, especialmente em relação ao tempo destinado à teoria e à prática. Não acredita que o Programa de fato qualifica, devido às poucas aulas práticas. Para a egressa, o curso foi proveitoso pelo fato de já possuir conhecimento com costura, mas não se sente preparada o suficiente para trabalhar com modelagem, a não ser como professora de modelagem. Após o curso continuou trabalhando com costura. Não sonha com outra profissão, a não ser a de costureira.

Priscila, 56 anos, casada, mãe de dois filhos, tem ensino médio completo. Realizou o curso de modelagem pela Casa Brasil. Conheceu o PRONATEC por meio da coordenadora da instituição na qual realizou o curso, tendo procurado o curso de modelagem para adquirir mais conhecimento na área da costura. Já

trabalhou como calibradora, na área de mecânica, e em hotéis. Há alguns anos passou a trabalhar com costura. Assim como Madalena, sua colega de profissão, continua trabalhando com costura por gostar do que faz. Após o Programa continuou na cooperativa de costura em que já trabalhava anteriormente.

Rute, 45 anos, casada, mãe de quatro filhos, com ensino fundamental II completo, conheceu o PRONATEC através do CRAS da Granja Portugal. Queria fazer o curso de costura, mas, como não foram abertas vagas no período, fez o de cozinheira, pois também gosta de trabalhar na cozinha e tem prática em fazer salgados. Nunca trabalhou com carteira assinada e acha que um dos desafios que enfrenta para se inserir no mercado formal de trabalho é a dificuldade em preencher um currículo e participar de uma entrevista, principalmente pela falta de experiência e por sua idade, que considera avançada. Após o PRONATEC surgiram duas oportunidades de trabalho, mas ela não quis assumir porque pretendia concluir o curso de costureira para depois procurar emprego em uma das duas áreas, costura e cozinha. A qualificação que gostaria de ter era a de cozinheira, mas, devido ao fato de não ter concluído o ensino médio, só pôde fazer o de auxiliar de cozinha.

Rebeca, 54 anos, casada, mãe de três filhos, cursando o ensino médio, inscreveu-se no Programa pela Casa Brasil da Granja Portugal. Queria fazer um curso completo de manipulação de alimentos, mas realizou o de auxiliar de cozinha. Já trabalhou de carteira assinada como porteira em uma escola, mas seu sonho é voltar a trabalhar como merendeira em escolas, por isso escolheu esse curso. Após o curso já surgiram vagas, mas, como teria que trabalhar aos domingos e na madrugada em lanchonetes e restaurantes, não as aceitou. Suas maiores dificuldades durante o curso foram a matemática e as provas escritas. Acha que teve pouco tempo de prática na cozinha. Outro problema que enfrenta para se inserir no trabalho é a idade que tem e a falta de experiência profissional. Após o curso que realizou, considera que aprendeu muita coisa em relação à higiene na cozinha. Inscreveu-se também para o curso de cozinheira e está aguardando abrir vaga.

Raquel, 31 anos, solteira, mãe de um filho, com ensino médio completo, conheceu o Programa através da Casa Brasil da Granja Portugal. Queria realizar o curso de corte e costura ou de modelista, mas não havia vagas no momento, então fez o curso de figurinista porque tinha relação com a costura. Considera o melhor curso que fez, com ótimos professores. Identifica-se com a área de corte e costura e também com a área de panificação e confeitaria (salgados). Acha que o Programa é

um incentivo, principalmente para as pessoas de baixa renda, em virtude de os outros cursos de qualificação profissional serem caros. Após o curso de figurinista, não se inseriu no mercado de trabalho. O que mudou foi que passou a ter uma base para a criação de roupas.

Sara, que não quis informar a idade, é solteira, não tem filhos e concluiu o ensino médio. Soube do Programa através de sua cunhada que residia no bairro Granja Portugal. Queria fazer o curso de desenho, na área de moda, mas só conseguiu se inscrever no de modelista. Procurou realizar esse curso na área da costura porque ela e suas irmãs já trabalham com confecção há muitos anos. Começou a trabalhar com confecção aos 16 anos. Depois, realizou um curso técnico na área de contabilidade, na qual trabalhou por nove anos, saindo em consequência de um câncer que a levou a aposentar-se por invalidez. A partir desse fato, após longo tempo de tratamento, montou um negócio próprio, abrindo uma loja em sua casa, estando nesse ramo há vinte anos. Após realizar o curso do PRONATEC comprou um ponto comercial para abrir sua confecção, mas está alugado. Considera o Programa muito bom e afirma que aprendeu muita coisa. Avalia que a parte teórica do curso foi bastante válida. Acredita que o PRONATEC não qualifica totalmente, de modo que seria necessária uma continuidade, um aperfeiçoamento dos egressos. A área em que gostaria de trabalhar é a de contabilidade, porém acredita que hoje seria muito difícil voltar a trabalhar nessa área, principalmente porque exige muito tempo e dedicação. Relatou que o Programa lhe proporcionou uma melhoria de vida, sentiu-se mais empolgada em estudar, em sair de sua rotina de casa.

João, 40 anos, casado, é pai de dois filhos. Atualmente está realizando o curso superior em Processos Gerenciais em uma instituição privada denominada Faculdade Ateneu. Teve acesso ao PRONATEC BSM através do CRAS da Barra do Ceará. Inscreveu-se em três cursos pelo Programa. Em 2012 realizou o curso de representante comercial, chegando a concluir; em 2014 se inscreveu em dois cursos, mecânica e mecânica a diesel, concluindo apenas o primeiro. Há bastante tempo trabalhou como consultor autônomo, estando fora do mercado formal de trabalho por oito anos. A partir de 2014, passou a buscar um emprego formal. Segundo o entrevistado, pela experiência no âmbito de vendas e pelo curso de representante comercial que realizou pelo Programa, não foi muito difícil conseguir um emprego de carteira assinada. Para ele, o PRONATEC foi fundamental, pois, além de lhe possibilitar a qualificação profissional, contribuindo para sua inserção no

mercado formal de trabalho, despertou-lhe para retornar aos estudos e ingressar na faculdade. Sua perspectiva para o futuro é ter seu próprio negócio, uma vez que percebe a abertura de horizontes. Pretende se aposentar, mas não parar de trabalhar.

Pelo que se pode perceber, a maioria das pessoas teve conhecimento do Programa através da divulgação e mobilização dos equipamentos socioassistenciais localizados em sua comunidade, como os CRAS ou a Casa Brasil, por meio da escola ou através de amigos e familiares que conheciam o Programa.

A escolha pelos cursos, em alguns casos, está relacionada à experiência profissional que os egressos já adquiriam ou por ter relação com a área em que gostariam de atuar. Entretanto, nem todos relataram que o curso que realizaram corresponde à qualificação que, de fato, gostariam de ter. Isso demonstra que a oferta de cursos na maioria das vezes não é compatível com o interesse real dos usuários, mas mesmo assim eles se inscrevem nos cursos em busca de oportunidades. Inclusive, como se observou na trajetória de vida de alguns entrevistados, há quem se inscreveu em vários cursos, em diferentes áreas.

Outro aspecto que se apresenta tem a ver com a qualidade dos cursos ofertados, sobretudo no que diz respeito à preparação para o exercício de uma profissão, tendo em vista que, para muitos egressos, as aulas deixam a desejar.

Durante as entrevistas um aspecto relevante apontado pelos egressos refere-se à bolsa oferecida para os cursistas, constituindo-se numa motivação para a inscrição e permanência de muitos no Programa, como se percebe nas falas abaixo:

Muitos vão só pelos 100 (cem) reais, que é o auxílio que tem, muitos (...) (MADALENA, 56 anos, egressa do curso de modelagem).

Começou aqueles problemas que as pessoas não ficavam na sala e recebiam a presença. Aí eu acho errado, porque tem gente que vai e fica até o final, vai embora não. Outra coisa que eu acho errado, desistiu do curso não era pra receber o benefício. A minha cunhada foi uma, ela se inscreveu, não foi mais e recebeu o dinheiro até o final do curso, porque a gente recebe aquela ajuda, a passagem, é um estímulo, porque os cursos são caríssimos, porque não é um curso barato, é um curso caro, e aí a pessoa vem tirar a oportunidade de outra pessoa (RAQUEL, 31 anos, egressa do curso de figurinista). (Grifo nosso).

Como se pode observar, o PRONATEC BSM está inserido na política de assistência social como estratégia de superação da condição de pobreza e extrema pobreza dos seus usuários desta política por meio de sua inserção ou reinserção no

mercado de trabalho via oferta de cursos profissionalizantes. Entretanto, a qualificação profissional e a geração de emprego e renda não são papéis da política de assistência social, uma vez que requerem políticas sociais complexas voltadas especialmente para a sua promoção. Embora a promoção da integração ao mercado de trabalho esteja prevista na Lei Orgânica da Assistência Social, a referida política não será capaz de responder, por si só, aos problemas da desqualificação profissional e do desemprego, o qual, como já fora enfatizado no primeiro capítulo, é estrutural à sociedade capitalista, que, ao produzir riqueza, produz concomitantemente uma população supérflua às necessidades do capital, fazendo surgir o pauperismo.

Desse modo, de acordo com Kuenzer (2006), há uma ausência de efetividade social em programas de qualificação profissional, como é o caso do PRONATEC BSM, uma vez que vêm sendo desenvolvidos de modo fragmentado, assistencialista e compensatório, não se configurando como uma política pública de fato. Um dos indicadores disso é o fato de que várias pessoas fizeram diversos cursos, geralmente motivadas pela bolsa-formação e, ainda assim, não conseguiram inserir-se no mercado formal de trabalho.

Dessa forma, a bolsa-formação acaba tornando-se uma fonte de renda temporária para os usuários da política de assistência social, inscritos no Cadastro Único. De fato, o que era pra ser uma política pública efetiva voltada para a inserção no mercado de trabalho passa a ser mais uma ação assistencialista, a qual acaba por reproduzir as condições de pobreza de uma população que, após concluir os cursos, permanece “cliente do Estado”, não sendo capaz de suprir, pelo próprio trabalho, suas necessidades de sobrevivência, dada a falta de articulação do Programa com outras políticas públicas, sobretudo de educação e de geração de emprego e renda.

A partir das entrevistas verificou-se também que muitos egressos dos cursos tiveram dificuldades relacionadas ao baixo nível de escolaridade. Alguns, inclusive, não conseguiram concluir os cursos, como se pode apreender nas falas a seguir:

Teve gente que não fez o curso porque não tinha a sexta série concluída (MADALENA, 56 anos, egressa do curso de modelagem).

Eu acho que os cursos do PRONATEC eram pra ser mais na prática, não era mais na caneta. E muita gente desistiu por isso, porque muita gente não

tinha estudo pra escrever, ler e teve espanhol, teve matemática. Os professores ajudavam muito, mas muita gente desistiu porque disse que não ia passar. Eles passavam as provas escritas, eu tinha muita dificuldade. Mas eu escrevo direitinho, leio tudo, só que tinha gente com a quarta ou quinta série e não conseguiu. E muita gente desistiu. Eu passei trinta anos sem ir para o colégio e tinha gente que tinha parado os estudos muitos anos e dizia que não ia conseguir e tinha professor que era muito carrasco, era tudo na nota, prova escrita. Precisava do ensino fundamental, mas parece que tinha gente que não tinha, mas também tinha gente que tinha faculdade. Tinha gente que só tinha a sexta série, entendeu? Era difícil, tinha gente que sabia mais, tinha gente que sabia menos, mas a prova era a mesma (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Entretanto, de acordo com a cartilha do PRONATEC BSM a escolaridade dos beneficiários deve ser auto-declarada (BRASIL, MDS, 2014, p.05):

Os cursos a serem ofertados no âmbito do Pronatec/BSM, especificados no Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, devem ser adequados a pessoas com baixa escolaridade. É importante atentar que a escolaridade é informada pelo beneficiário (autodeclarada), não podendo a instituição ofertante exigir comprovante de escolaridade (...). Dessa forma, o Pronatec/BSM é estímulo ao retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho. (Grifo nosso)

Assim, a falta de intersetorialidade e de articulação com a política de educação se constitui uma das limitações do Programa, uma vez que se volta para pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza, mas, ao mesmo tempo exige dessa população certo nível de instrução, sendo que muitas receberam uma educação precária ou sequer tiveram acesso à educação básica, como se percebe a partir do relato de Rebeca, sobre a dificuldade de muitas pessoas referente à leitura, à escrita, à matemática, constituindo-se num motivo de evasão. Embora este seja um dos objetivos do Programa, o PRONATEC BSM ainda não tem contribuído para a elevação da escolaridade da população pobre e extremamente pobre, pois, ao se definir como um Programa de formação inicial e continuada, deve oferecer aos seus usuários mecanismos educacionais, tais como: continuidade dos estudos, elevação do nível de instrução escolar e reforço aos que apresentem maiores dificuldades, tendo em vista que um curso de três meses não dará conta de reparar as dificuldades educacionais das pessoas prejudicadas com a ausência de uma educação básica de qualidade.

Kuenzer (2006) assinala que, embora os programas de qualificação se pautem no discurso da inclusão dos trabalhadores no mercado de trabalho, além de

não sustentarem o efeito anunciado, ainda tornaram as ofertas educativas mais precarizadas. Para a autora:

Do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, estabelece-se um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas “professadas” na direção da democratização, aumenta a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas precarizam-se os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão, nem permanência (KUENZER, 2006, p. 880).

Portanto, parafraseando a autora, no âmbito do sistema educacional e, especialmente, da educação profissional há um processo de inclusão que, devido a sua desqualificação, é excludente.

Frigotto et.al. (2005, p. 1096), por sua vez faz a seguinte crítica:

A qualificação e a requalificação, seja na forma de cursos ou de módulos, deveriam também ser organizados com o fim de constituir itinerários formativos correspondentes às diferentes especialidades ou ocupações pertencentes aos setores da economia e promover, simultaneamente, a elevação da escolaridade dos trabalhadores.

Portanto, para o autor, há a necessidade de implementação de uma política pública de formação profissional integrada tanto à educação básica quanto ao sistema público de emprego e renda.

Em meio às limitações da maioria dos egressos, referentes ao nível de escolaridade, um deles relatou que, após ter passado muitos anos fora da sala de aula, o PRONATEC lhe despertou para retornar aos estudos, como é o caso de João, egresso do curso de representante comercial:

Depois do curso tive interesse em voltar os estudos, porque você está ali de novo numa sala de aula, vendo pessoas que tá com teu nível de educação, aí tu vê que teu nível pode melhorar mais. O relacionamento com o teu colega ali de sala de aula, faz com que tu cresça junto com ele. Se ele sabe, tu vai tentar acompanhar ele; se eu sei, vou tentar repassar aquilo que eu sei para aquela pessoa. Isso ajudou muito, a parte de eu voltar pra sala de aula. Passar três meses na sala de aula com pessoas de n perfis é gostoso, aí voltei pra faculdade e voltei a estudar só por causa do empurrão que me deu o PRONATEC.

No caso de João, o Programa contribuiu para que ele voltasse a estudar, pois, de acordo com seus relatos, sempre gostou de adquirir novos conhecimentos e buscar novas possibilidades. Continua relatando que:

Depois dos trinta é que eu vim ter o discernimento de que eu teria que me qualificar, e essa qualificação foi abrindo meus olhos no ramo de vendas, no ramo do comércio e eu tenho a perspectiva de ter meu próprio negócio. Tô me aprimorando mais, aprendendo mais, tanto é que a empresa que eu abri eu fechei, abri entre aspas porque não foi registrada, eu fechei porque não tava tão preparado, hoje já me vejo mais preparado. A parte administrativa eu tô aprimorando mais. Eu me vejo daqui pra frente um cara mais cauteloso e preparado. Eu me vejo abrindo meu negócio, um ou dois, em setores diferentes (JOÃO, 40 anos, egresso do curso de representante comercial).

Outro aspecto importante de se destacar diz respeito à perspectiva do pequeno negócio, do apoio ao microcrédito que é proposto pelo PRONATEC BSM, mas na prática não há uma efetiva preparação e encaminhamento dos egressos para esse ramo. O que se observa é que o discurso do empreendedorismo é lançado para os egressos e estes o veem como uma oportunidade de melhoria de vida. Segundo Alencar (2010, p. 118):

Os pequenos empreendimentos vêm se configurando no cenário brasileiro como alternativa real para os trabalhadores em face da ausência de perspectivas de inserção produtiva, sendo, pois, muitas vezes, a única saída para os trabalhadores urbanos pobres, que na sua luta pela reprodução da vida desenvolvem uma verdadeira “economia das multidões”, ou para os desempregados recentes, expulsos do mercado de trabalho pelos processos de reorganização produtiva; seja ainda, porque o novo contexto produtivo e organizacional confere um novo papel a estas unidades econômicas na atual lógica de acumulação capitalista que, com suas práticas de terceirização e descentralização produtiva encontram nos pequenos negócios a oportunidade de redução de custo, de livrar-se da relação empregado / empregador, dos encargos fiscais decorrentes da relação de assalariamento, da reprodução da força de trabalho e do custo de produção, configurando um novo uso do trabalho pautado na flexinilização das relações de trabalho.

Portanto, para a autora (idem) devido às chances de inserção produtiva de diversos trabalhadores serem poucas, especialmente os de baixa renda, o desenvolvimento do pequeno negócio, embora de modo um tanto precário, de base artesanal e de baixa produtividade, tem se constituído o único meio de proverem sua vida e de seus familiares. Desse modo, acrescenta:

Muito mais que “espírito empreendedor”, essas atividades resultam muito mais da luta dos trabalhadores sobrantes, os antes “marginais” e hoje

“excluídos”, pela dinâmica da acumulação capitalista, pela reprodução da própria vida. Essas atividades variadas nada mais são do que precárias alternativas frente à desestruturação do mercado de trabalho e do aumento do desemprego. Numa sociedade na qual uma crescente massa de trabalhadores torna-se “inúteis” ou “supranumerários”, cuja possibilidade de inserir-se ou retornar para empregos estáveis é cada vez mais reduzida, a ocupação contingente, erroneamente identificada no discurso ideológico dominante como atitude empreendedora, torna-se a única saída (ALENCAR, 2010, p. 122).

Embora o PRONATEC BSM valorize a ideologia do pequeno negócio, como se mostrou no segundo capítulo, percebeu-se a partir das entrevistas tanto com as profissionais quanto com os egressos que não há, de fato, esse incentivo por parte do Estado para as pessoas que querem ser microempreendedoras.

João relatou que o PRONATEC lhe serviu de incentivo para retornar à sala de aula, o que o fez matricular-se em um curso de nível superior, entretanto, a maioria dos usuários não tem oportunidade e incentivo para continuar os estudos. Esta é uma das questões apontadas por alguns entrevistados, como foi o caso do jovem Pedro, de 23 anos, egresso do curso de operador de computador: “Acredito que o Programa pode melhorar dando sequência aos cursos, aprofundando”. Além disso, o mesmo relata que falta clareza em relação aos cursos que são ofertados, pois muitos têm nomes parecidos, fazendo com que o usuário se inscreva em um determinado curso achando que é outro, com outras expectativas, contribuindo, assim, para a sua não permanência nos cursos. João também tem a visão de que deve haver um levantamento sobre as expectativas e demandas com o intuito de orientar melhor os usuários em relação à escolha do curso:

Era pra ter uma triagem: você sabe o que é um representante comercial? Eu vou lá e me inscrevo, sabe pra que serve? Primeiro fazer as perguntas básicas. Não, sei não. Pois é assim, assim...a senhora quer? Vixe, é pra trabalhar com vendas, quero não. Muitos vão dizer isso. Era pra ter um questionário. Perguntas básicas daquela função, se realmente conhece no que tá entrando (JOÃO, 40 anos, egresso do curso de representante comercial).

Observa-se que, não há por parte do PRONATEC BSM uma preocupação com a continuidade da escolaridade dos seus usuários, tampouco há uma integração com o sistema público de educação básica.

Outro ponto interessante a ser destacado é que, de forma recorrente, os egressos entrevistados relataram sobre a relação entre teoria e prática no curso.

Algumas falas expressaram satisfação quanto à parte teórica, porém, outras consideram a teoria desnecessária. As falas seguintes expressam tal questão:

A parte teórica do curso foi muito boa. Aprendi muito sobre a história da moda, sobre o que as pessoas vestiam em diferentes épocas. Fizemos um trabalho muito legal e cada equipe ficou com um tema. Nós ficamos com o tema Barroco. O nosso trabalho foi tão bom que o professor disse que ia levar para apresentar aos alunos da faculdade que ele dá aula (SARA, não informou a idade, egressa do curso de modelista).

Quando eu cheguei lá eu não gostei muito porque foi mais aula de português, matemática, espanhol, aí foi pouca prática. Com dois meses é que começamos a ir para a cozinha, quando tava perto de terminar o curso já. Foi mais aula escrita, mais aula na sala, entendeu? A gente sonhava com um curso mais aula prática, mais na cozinha, pra você pegar mais, entendeu? (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

O que eu queria falar, quando eles dizem assim, é um curso de qualificação, só que eles envolvem um monte de coisas, de estilista, aí vem a parte de estilismo, aí vem a parte toda teórica. É o que acaba com o curso, a teoria. Porque quando você vai trabalhar você não trabalha a teoria, você trabalha o que aprendeu no curso. Você não vai aprender a passar nos papéis pra tirar modelagem, você não vai usar a teoria, você vai usar a prática e a prática fica muito pouca. Quando você passa pra prática você não aprende quase nada porque a teoria tomou o espaço todinho. E se eu fosse uma pessoa que fosse dar curso eu eliminava essa parte da teoria. Porque é uma coisa que não vai servir pra você, a teoria vai servir se você for dar aula de teoria (...). Porque o curso era de 120h se ficou umas 50h pra prática foi muito, porque não deu tempo fazer toda a modelagem. Porque eu tenho uma base, eu sei um pouco de modelagem, já tenho um pouco da prática, mas teve muita gente que não pegou. Porque foi pouco, a prática foi pouca. Se é 120h de curso de modelagem eu acho que deve ser de curso de modelagem. A teoria deveria ser em outro momento. É complicado, porque quando você vai trabalhar em uma empresa eles não vão te pedir a teoria, eles querem a prática, eles querem o seu saber, o que você sabe fazer, o que você aprendeu. Se você vai fazer uma modelagem de uma calça ele não vai pedir a prática da modelagem da calça, ele vai te pedir a calça, ou então um vestido, não é a teoria (MADALENA, 56 anos, egressa do curso de modelagem).

As duas últimas falas demonstram uma dificuldade vivenciada por algumas pessoas em relação ao conteúdo teórico do curso, seja relacionada à baixa escolarização obtida ou pela visão praticista que têm. A egressa Sara, que tem ensino médio completo e um curso técnico na área de contabilidade, considera que a teoria foi muito válida. Já as egressas Rebeca, que tem ensino médio incompleto, e Madalena, que embora tenha o ensino médio completo, estava há muito tempo sem estudar, consideram a teoria desnecessária. Não só estas duas últimas, mas por parte de muitos egressos entrevistados, há uma desvalorização da teoria, uma

incompreensão quanto à importância do conhecimento, como se a teoria não embasasse a prática. Alguns consideram que o tempo destinado à parte teórica não deveria ser igual ou superior ao tempo destinado à prática. É interessante o trecho grifado, que expressa uma realidade bastante presente e naturalizada no processo de trabalho no modo de produção capitalista. A fala é pertinente no sentido de que, no chão da fábrica, o que o patrão quer é o saber fazer e de modo ágil. Sobre esse aspecto, Kuenzer (2006, p. 905) faz a seguinte reflexão:

Restaria perguntar, portanto, a quem interessa reduzir a formação ao conhecimento tácito por intermédio de uma epistemologia na qual a prática se constrói por meio de uma reflexão sobre si mesma, sem a mediação da teoria, desqualificando-se os espaços onde os que vivem do trabalho poderiam ter acesso ao conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico, na qualidade de produto do pensamento humano, mas também como método para aprender e conhecer.

O mercado é tão imediatista e pragmático, rotineiro e burocrático que, em algumas funções, faz parecer que o sujeito não precisa refletir, não necessita da noção conceitual, da atividade mental, mas apenas da atividade do corpo, fazendo prevalecer a lógica instrumental e produtivista em detrimento da atividade criativa, teleológica. Há, assim, um processo de desqualificação do trabalhador.

Ao avaliarem o PRONATEC BSM, todos os egressos entrevistados responderam ser este um Programa importante em termos de oportunidade oferecida às pessoas de baixa renda, como nas falas a seguir:

Eu acho que é uma oportunidade muito boa, só não faz a pessoa que não quer (...). Se fosse pra mim mesmo fazer eu fazia outro, porque eu gostei da oportunidade. Se abrisse de novo, eu queria de novo, mas o negócio é que eu quero trabalhar, né? Mas se eu fosse nova eu fazia todos os cursos pra mim poder ficar bem, pra mim poder arranjar um emprego mais melhor, se eu pudesse ter essa oportunidade? É uma oportunidade muito boa que o governo dá pra pessoa. E o pessoal joga fora? Não querem os cursos que eles dão. É muito bom, passagem, a gente recebe a merenda tudo direitinho, num tem burocracia e eu acho assim, uma oportunidade muito boa e os jovens deviam aproveitar, agarrar, mas os jovens jogam fora, não querem". (RUTE, 45 anos, egressa do curso de cozinheira).

Foi muito bom, esse PRONATEC. O meu curso foi maravilhoso (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

O PRONATEC eu vejo assim, que ele é um incentivo (...). Eu creio que na parte do Programa PRONATEC é um programa muito bom, uma oportunidade muito boa porque as pessoas carentes que não têm condições de pagar já tem essa oportunidade pra se profissionalizar numa área. Muito bom, maravilhoso. Foi o melhor curso que já fiz. (RAQUEL, 31 anos, egressa do curso de figurinista)

Ao mesmo tempo, os egressos entrevistados relataram dificuldades e limitações do Programa, como as que já foram apresentadas, relativas ao grau de instrução exigido e à predominância da teoria no decorrer do curso, mas também pelo fato de os horários dos cursos serem incompatíveis com a disponibilidade dos usuários, como relata a egressa Rebeca: “Esses cursos só é ruim porque é muito a tarde e de manhã, aí, se a pessoa arrumar um bico, já não pode. Eu queria fazer à noite, é meu sonho fazer esse curso à noite”. A questão dos horários das aulas constitui em uma problemática a ser considerada pelo Programa, pois, embora a maioria dos egressos entrevistados estivesse em condição de desemprego, ainda assim realiza alguma atividade informal. Para as mulheres, essa também é uma dificuldade apresentada, principalmente devido à condição de trabalhadoras do lar. Para estas, há uma dificuldade também em relação ao deslocamento para a realização dos cursos, já que nem todas realizaram o curso na comunidade em que residem.

Surgiram também falas sobre o pouco tempo dos cursos, demonstrando a insuficiência da carga-horária para dar conta do conteúdo abordado e atingir o objetivo do Programa, qual seja, a qualificação profissional.

Teve pouco tempo pra muito conteúdo [...]. Eu acho que três meses é muito pouco, você não tem condições de se profissionalizar, aprender uma profissão dentro de três meses (RAQUEL, 31 anos, egressa do curso de figurinista).

Eu acho muito pouco tempo pra pessoa sair preparada pro mercado de trabalho, sinceramente (SARA, não informou a idade, egressa do curso de modelagem).

Falta melhorar muito. Você não pode fazer um curso de cinco, seis meses e ir pra cozinha só em um mês. Era isso que a turma toda reclamava (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Por meio dessas falas, pode-se perceber que a própria metodologia do Programa acaba contribuindo para a desarticulação entre a teoria e a prática, uma vez que primeiro se tem a parte teórica para depois se ter a parte prática, enquanto ambas deveriam ser articuladas no decorrer do curso. Essa metodologia colabora para o desconhecimento, por parte dos cursistas, da unidade entre as duas. Todo saber fazer do homem parte, antes de qualquer coisa, de sua capacidade intelectual. Segundo Kuenzer (2006, p. 904):

Não há, nos projetos [de educação profissional], referência e condições concretas, dadas suas características, para a implementação de procedimentos pedagógicos que assegurem o desenvolvimento das competências complexas que caracterizam o trabalho intelectual. Em particular às que assegurem o exercício da crítica, da criação, da participação política ou do acesso aos conhecimentos necessários para enfrentar os desafios de uma sociedade cada vez mais excludente, para o que o domínio de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos, com vistas à formação de um profissional com autonomia intelectual e ética, é fundamental.

Apesar das críticas ao Programa, todos se consideram mais qualificados após a realização dos cursos:

Me sinto mais qualificada, preparada, com certeza a gente aprendeu muita coisa (SARA, não quis informar a idade, egressa do curso de modelagem)

Eu acho eu mais segura, porque além de eu ter o curso eu não tenho medo de fazer o que eu aprendi lá dentro (RUTE, 45 anos, egressa do curso de cozinheira)

Muita coisa que eu não sabia aprendi (...). Aprendi essa questão da higienização, trabalhar de toca, de luva e geralmente num colégio desses você não vê (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Nota-se, portanto, que nos cursos há conteúdos transversais, para além dos específicos, que agregam conhecimentos aos cursistas e que eles consideram positivos. Isso foi um ponto relatado também por Pedro, egresso do curso de operador de computador: “Dentro do curso aconteceram outros pequenos cursos sobre mercado de trabalho; sobre como se comportar numa entrevista; sobre reciclagem”.

Uma das principais preocupações desse estudo foi analisar como o PRONATEC BSM contribui para a inserção dos seus egressos no mercado de trabalho. Assim, faz-se necessário entender como se dá o acompanhamento do processo de qualificação profissional por parte do Programa e quais as ações que ultrapassam a mera oferta de cursos. A partir da pesquisa empírica, percebeu-se que a falta de tais ações se constitui uma das maiores limitações do Programa, uma vez que, ao se definir como um programa voltado não só para a qualificação profissional, mas também para o acesso ao emprego, ainda está bastante aquém deste fim.

Buscou-se, também, saber dos egressos se estes foram orientados, acompanhados e encaminhados para algum programa de inserção no mercado de

trabalho, assim como se conseguiram se inserir e se tal inserção possui ou não relação com o curso que realizou.

Por meio das entrevistas verificou-se que, após a conclusão dos cursos, a maior parte dos egressos não havia conseguido mudar a condição na qual se encontrava antes de realizar o curso. Para Madalena e Priscila, que já trabalham com costura em uma cooperativa, o curso veio como um complemento, uma vez que procuraram um curso na área da costura e pretendem continuar nesta profissão.

A maioria dos egressos entrevistados buscou o Programa a fim de conseguir uma qualificação para se inserir no mercado de trabalho, já que está fora dele. Rebeca, por exemplo, quando questionada se surgiu alguma oportunidade de trabalho após a conclusão do curso, informou que procurou um curso na área de cozinha porque trabalhou dois anos como merendeira e que seu sonho é trabalhar como merendeira em uma escola. A mesma também informou que surgiram oportunidades para trabalhar em lanchonetes, mas que não aceitou devido aos horários serem incompatíveis com suas prioridades. Todavia, não foram oportunidades decorrentes de mecanismos do Programa.

Eu gosto de trabalhar com isso, aí eu arranjei já o emprego pra trabalhar à noite, em lanchonete e restaurante, mas pra vir de madrugada 2:00h, 1:00h da manhã, eu não quis. Ou então, pra trabalhar de domingo a domingo. Eu tô desempregada porque não quis trabalhar de domingo a domingo, folgar uma vez na semana, porque às vezes eu quero ir pra igreja (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

A fala acima retrata a realidade das condições precárias das ocupações, como alta jornada de trabalho, ausência de folgas semanais, trabalho noturno, trabalho em regime de tempo parcial, trabalho assalariado temporário (ANTUNES, 2001). Muitas vezes as oportunidades de trabalho que surgem são incompatíveis com o projeto de vida dos trabalhadores. O relato de Rebeca mostra que para ter se inserido nos empregos que apareceram, ela teria que abrir mão da satisfação de outras necessidades que possui e que também são fundamentais para o ser humano, como a necessidade espiritual e comunitária, expressas pela egressa ao relatar gostar de ir à igreja. Assim, como já se explanou bastante no primeiro capítulo desse estudo, na forma de sociabilidade do capital, o trabalho, ao invés de existir, primeiramente, para satisfação dos anseios do homem, converte-o em seu

subordinado. Não é o trabalho que existe para o homem, mas é o homem que existe para o trabalho.

Rute, egressa do curso de cozinheira, também informou que, após a conclusão do curso, surgiram oportunidades de trabalho na área em que se qualificou, mas afirmou ter sido por esforço próprio, ou seja, não foi por encaminhamento do Programa:

Houve oportunidade pra mim num trabalho, mas eu não cheguei a trabalhar por causa que fui cuidar da minha filha que teve neném. Era de auxiliar de cozinha (...). Disseram que eu tinha o curso do SENAC aí me procuraram, mas não foi o SENAC que encaminhou, foi meu marido que trabalha em condomínio, aí lá eles tudo souberam que eu fiz um curso no SENAC, de auxiliar de cozinha, aí eles tavam precisando, tinha um homem lá que ia abrir um restaurante aí mandou me chamar, mas só que não deu certo. Eu queria trabalhar, mas eu queria carteira assinada. Não sei se a minha idade pega. Quando eu terminar esse curso [curso de costura que realiza pelo SENAI] eu vou ver se consigo o de auxiliar ou de costureira (grifos nossos).

Por outro lado, deve-se destacar que embora as oportunidades não tenham sido frutos de encaminhamentos do Programa, foram decorrentes dos cursos realizados pelos egressos, o que demonstra que, de algum modo, as pessoas que possuem uma qualificação, embora com todas as suas contradições e limitações, ainda possuem mais chances de inserção no mercado de trabalho.

A frase grifada na citação acima mostra uma realidade perversa vivenciada por muitos trabalhadores hoje, que é a não absorção por parte do mercado de pessoas consideradas “idosas” pelo capital, como denunciam Antunes e Alves (2004, p. 339):

Vem ocorrendo [...] a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho. Somam-se, desse modo, aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos “trabalhos voluntários” etc.

Aproveitando a crítica dos autores exposta acima, chama a atenção o fato de que hoje muitos trabalhadores passam a realizar trabalhos voluntários com a perspectiva de se empregarem, como é o caso de Ester. Esta egressa alegou já ter se inscrito em quatro cursos do PRONATEC, tendo concluído três, em áreas bastante diversas: cuidadora de idosos, auxiliar administrativo, costureira industrial e atendente judiciário. Além disso, afirmou que realiza trabalhos voluntários em

instituições públicas na esperança de ser contratada. A mesma relatou sua luta para se inserir novamente no mercado de trabalho, mesmo tendo experiência profissional:

Já trabalhei como auxiliar administrativo com carteira assinada. Eu trabalhei no hospital também, era atendimento, mas era assim, função desviada. Na minha carteira tinha operadora de máquina, mas eu era atendente da maternidade. Foi meu último emprego, faz seis anos e de lá pra cá não trabalhei mais, só fazendo trabalho voluntário e autônomo. Mas trabalhar mesmo, já reclamei muito. Já há um mês atrás estava como voluntária também num posto de saúde aqui vizinho e dois meses que já tava lá e ninguém me dava resposta (ESTER, 43 anos, egressa do curso de auxiliar administrativo).

Pode-se perceber o desejo de Ester em ingressar no mercado de trabalho formal, sem, inclusive, ter preferência por qualquer área. Isso desmistifica falas do senso comum tais como: “As pessoas que recebem o Bolsa Família (que é o caso de Ester) não querem trabalhar, querem apenas viver à custa do Governo”. Porém, as condições de trabalho que muitas vezes surgem são incertas e precárias, não dando a devida segurança aos trabalhadores que se encontram desempregados, o que contribui para que nem sempre valha a pena trocar um benefício sociassistencial, como o Bolsa Família, por um atividade insegura, precária e instável.

Alves (2009, p. 189) observa que há uma síndrome da precarização do trabalho no Brasil, a partir da temporalidade neoliberal, que resulta numa insegurança de classe “(insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) [...] Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal”.

João também relatou que além do curso de representante comercial chegou a se inscrever no de mecânico e eletricista predial, não chegando a concluir este último, buscando se qualificar em várias áreas, já que estava há muito tempo fora do mercado formal de trabalho:

Meu pai era mestre de obras e por isso sempre quis estar por dentro desse ramo, sempre vontade de aprender. Busquei também na intenção de trabalhar, porque eu tava longe do mercado de trabalho e na época do PRONATEC eu tava procurando algo pra me agarrar. Ah, eu vou fazer o de eletricista predial porque aqui tem a COELCE, porque eu sei dirigir e eles sempre contratam pessoas pra tá fazendo a parte de instalação, então, foi uma luz e eu gosto da parte externa e ia conciliar. Faço o curso de processos gerenciais e quando terminar pretendo fazer administração. De repente eu consigo andar e perceber outro ambiente ou local, então eu vou

ver como posso me adaptar no mercado, no momento o mercado que tá mandando, controlando, mas depois que tiver formado, aí só Deus sabe.

Diante da ausência de uma política efetiva de combate ao desemprego na sociedade capitalista, sobretudo devido ao fato de o desemprego ser estrutural, pressuposto da acumulação capitalista, o discurso do empreendedorismo passa a ser “uma solução mágica de cunho liberal” (BAPTISTA, 2010) para resolver a problemática do desemprego e suas consequências na vida dos indivíduos que o estão vivenciando. A fala seguinte demonstra que, diante dessa realidade, a lógica do empreendedorismo é fortalecida:

A gente também passa as orientações que tem o trabalho formal, de carteira assinada, mas também tem o trabalho informal. Alguns deles [usuários] têm interesse em montar seu próprio negócio, às vezes eles querem fazer alguma coisa sem carteira assinada, então a gente procura dar algumas orientações, sobre esse trabalho informal também (LIZ, SETRA).

A lógica do empreendedorismo, como já foi explanada anteriormente, torna-se uma estratégia do capital para escamotear as crescentes taxas do desemprego estrutural.

Muitos egressos, ao serem questionados se após a conclusão do curso foram direcionados para um balcão de emprego, afirmaram que não tiveram nenhum encaminhamento pelo Programa nesse sentido. A entrevistada Sara informou que pelo PRONATEC, não há nenhum acompanhamento, orientação ou encaminhamento para o mercado de trabalho: “Desde que terminei o curso a primeira vez que escuto falar do PRONATEC é agora, com você”.

A maioria relata que o Programa deixa a desejar no que se refere às oportunidades de se adquirir experiência profissional e que deveria, pelo menos, oferecer um estágio:

Eu até pensei que ia ter um estágio. Era pra ter um estágio pra gente conseguir um emprego, mas não teve. Levaram só a gente numa fábrica só pra ver como é e se alguém quisesse se inscrever entrasse no site da professora, mas tinha as provas, tinha as entrevistas e muita gente não quis porque muita gente não tinha trabalhado. Tinha gente que não tinha os estudos que eles exigiam lá, aí muita gente não conseguiu, muita gente ligou pra mim e ninguém trabalhava. Aí todo mundo sonhando que ia fazer esse curso, que ia fazer um estágio e ia trabalhar. Não tem como comprovar experiência. Eu acho que esses cursos era pra ter um estágio (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Fica claro por meio da fala acima que o PRONATEC BSM não demonstra sensibilidade para com a realidade dos seus usuários, como se os mesmos não tivessem uma série de limitações advindas da sua própria condição de vida. Portanto, o Programa não tem buscado estratégias para, de fato, atender às necessidades dos seus usuários, seja àquelas mais complexas ou àquelas mais básicas, como, por exemplo, o fato de muitos sequer terem alguma experiência profissional ou possuírem determinado nível de conhecimento. Uma das egressas entrevistadas, quando questionada sobre as principais dificuldades por ela vivenciadas para sua inserção no mercado de trabalho, respondeu: “Ah, preencher um currículo. É na entrevista, isso é que eu acho que é difícil pra mim” (Rute). Portanto, faltam, inclusive, orientações básicas, como o modo de se preencher um currículo, uma vez que muitas pessoas não só não possuem alguma experiência profissional como também nunca passaram por um processo seletivo.

Os relatos de Rebeca e Rute sobre as dificuldades para a inserção no mercado de trabalho poderiam se justificar pelo fato de serem consideradas “idosas para capital”, como afirmaram Antunes e Alves (2004).

De acordo com os autores, hoje, além dos idosos, vários jovens encontram-se fora do mercado de trabalho dado o desemprego estrutural. Nas palavras dos autores:

Outra tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho, dada a vigência da sociedade do desemprego estrutural (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 339).

Dos três jovens entrevistados, com idade entre 18 a 23 anos, dois estão desempregados, como é o caso de Pedro e Tiago, ambos com dezoito anos de idade. Para os mesmos a principal dificuldade que enfrentam para ingressarem no mercado de trabalho refere-se ao fato de não terem experiência profissional. “A principal dificuldade que eu tenho é a falta de experiência, quem nunca trabalhou, por isso eu acho que o PRONATEC devia dar mais encaminhamento pra estágio”, disse Tiago. O PRONATEC, entretanto, poderia ser uma oportunidade para que os jovens, ao concluírem os cursos, ingressassem no mercado de trabalho, caso houvesse uma iniciativa voltada para o primeiro emprego.

Outro ponto recorrente nas entrevistas refere-se às faltas e à evasão dos alunos. Sara considera que o Programa deveria ter um sistema mais ágil, que acompanhasse os alunos, sua frequência e aprendizado. Segundo a entrevistada, muitos realizam o curso pelo benefício que recebem, chegando a faltar bastante.

Apesar de esta pesquisa não ter um recorte de gênero, outro aspecto que se manifestou foi em relação à condição das mulheres entrevistadas, pois a maioria delas tem idade acima de cinquenta anos e muitas não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos e ingressar no mercado formal de trabalho, devido, especialmente, à condição de donas de casa, mães e esposas. Portanto, essas mulheres, embora nunca tenham ingressado num mercado formal de trabalho, participam da esfera do trabalho “não-diretamente mercantil”, como analisa Antunes (2001, p. 108):

No universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não-diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos / e as de si própria.

Muitas dessas mulheres, na hora da entrevista, emocionaram-se ao relatar um pouco sua trajetória de vida. Algumas chegaram a afirmar que o PRONATEC foi muito importante para a sua autoestima, a exemplo da entrevistada Sara, que disse que o Programa lhe proporcionou uma melhoria de vida, que se sentiu mais empolgada em estudar, em sair de casa, assim como para outras mulheres que também realizaram o curso, como se pode apreender da fala abaixo:

Foi muito bom esse PRONATEC. O meu curso foi maravilhoso. Eu achei muito bom e também eu tava muito deprimida. Eu não gosto de ficar parada em casa (...). É porque na minha idade, eu não tinha terminado meus estudos e achava difícil. Eu tinha problema de depressão, eu achava que não tinha capacidade de terminar e agora eu fazendo [refere-se ao supletivo que está concluindo] eu acho que tenho. Eu criei meus filhos bem dizer só e deixei de correr atrás de muita coisa pra mim (...). Hoje já era pra eu estar me aposentando, pensei só neles” (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Esta fala expressa a realidade de muitas mulheres em condição de pobreza e extrema pobreza, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos regularmente e ingressar no mercado formal de trabalho, com carteira assinada e garantia de direitos sociais. Uma das grandes dificuldades apontadas pelas

mulheres é o fato de já estarem em idade considerada avançada para o mercado de trabalho:

Eu trabalhava só quando eu era jovem. Depois que eu tive menino eu descuidei mais, né? Porque eu fui cuidar das meninas pra ir pro colégio. Aí quase tudo já terminou os estudos, falta só a mais nova. Aí eu conversando com ela, porque eu tinha que trabalhar, já tô ficando velha, só meu esposo, a gente tá com muito aporreio, mas eu tô fazendo o curso [realiza um curso de costura pelo SENAI] pra mim conseguir um emprego. Eu acho assim, o mais é a minha idade, por causa da idade que é avançada, aí fica complicado, mas se houver uma oportunidade eu tô é querendo” (RUTE, 45 anos, egressa do curso de cozinheira)

Hoje em dia o pessoal quer muito os jovens. Dá mais emprego pros jovens (...). Se você vai nos cantos e coloca o currículo, aí perguntam quantos anos você tem de carteira assinada (...), quer uma referência, uma experiência de dois anos. Eu não tenho” (REBECA, 54 anos, egressa do curso de auxiliar de cozinha).

Assim, um dos desafios para o Programa é levar em consideração a realidade dessas mulheres, que, ou nunca tiveram um emprego formal ou já se encontram fora do mercado de trabalho há muitos anos. Algumas delas, quando questionadas sobre a qualificação que gostariam de obter, responderam que escolheriam a mesma área para a qual escolheram os cursos, como: costura, cozinha e modelagem, ou seja, profissões simples que não fazem muitas exigências quanto ao grau de escolaridade. Rebeca diz que seu sonho é voltar a trabalhar na cozinha de um colégio, pois além de gostar de trabalhar nessa área, tem desejo de praticar o que aprendeu no curso que realizou.

Outro aspecto relevante nas citações acima se refere à realidade que várias pessoas enfrentam, que é a exclusão do mercado de trabalho devido à falta de experiência, de orientação ou do nível de escolaridade exigente. Alguns egressos relataram que, enquanto jovens, não tiveram o privilégio de desfrutar dos estudos; alguns só vieram a ter uma motivação para estudar após se tornarem adultos. Desse modo, muitas pessoas chegam a certa idade sem nunca ter ingressado no mercado formal de trabalho, o que dificulta ainda mais as possibilidades de inserção. A fala abaixo retrata esse fato:

Tive muita dificuldade porque como eu falei, cheguei numa fase, depois dos 35 anos, e os empresários, as empresas que contratam já ficam com o pé atrás com aquela pessoa que tá acima de 35 anos, na faixa etária de idade, já vê com outros olhos, acho que eles pensam assim, que não tem mais aquele potencial que tinha antes, um rapaz de 18, 20 anos (JOÃO, 40 anos, egresso do curso de representante comercial).

Como foi explanado no primeiro capítulo deste estudo, o capital, por produzir o desemprego estrutural, cria uma população excedente, uma superpopulação que não será mais absorvida pelo mercado de trabalho, uma população supérflua. De acordo com dados de uma pesquisa recente realizada pela Organização Mundial do Trabalho (OIT)²⁸, a previsão em relação ao número de pessoas desempregadas para o ano de 2017 corresponde a 3,4 milhões, e deste número, estima-se que 700 mil brasileiros comporão o contingente de desempregados. Portanto, se o desemprego é próprio do capital, este se utiliza ainda mais da força de trabalho para explorá-la a partir da intensificação da precarização e dos subempregos. Antunes (2001) analisa que esses trabalhadores são usados pelo capital como se fossem uma seringa descartável.

Bauman é outro autor que traz uma análise relevante sobre o desemprego na contemporaneidade. Em sua obra intitulada “Vidas Desperdiçadas” (2005), o autor analisa que a modernização produz inevitavelmente o “refugo” ou seres humanos refugados, os “excessivos”, “redundantes”. Bauman constata que um dos diagnósticos mais comuns vivenciados pela geração X, pessoas nascidas na década de 1970, é o desemprego. Se as pessoas que vivenciaram o período de desenvolvimento industrial que estavam sem emprego, o chamado exército industrial de reserva, teriam o destino do retorno ao trabalho, para o refugo o destino é o depósito de lixo. Bauman (2005, p. 20) assim define a população redundante:

Ser “redundante” significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso (...). Os outros não necessitam de você. Podem passar muito bem, e até melhor, sem você. Não há um razão autoevidente para você existir nem qualquer justificativa óbvia para que você reivindique o direito à existência. Ser declarado redundante significa ter sido dispensado pelo *fato de ser dispensável* – tal como a garrafa de plástico vazia e não retornável, ou a seringa usada, uma mercadoria desprovida de atração e de compradores, ou um produto abaixo do padrão, ou o machado, sem utilidade, retirado da linha de montagem pelos inspetores de qualidade. “Redundância” compartilha o espaço semântico de “rejeitos”, “dejetos”, “restos”, “lixo” – com refugo (grifos do autor).

O autor acrescenta que os redundantes, inclusive, são considerados um problema financeiro, uma vez que são incapazes de sobreviver por conta própria. A análise do autor, ao considerar que o fim dos redundantes é o depósito de dejetos,

²⁸ Dados extraídos da página eletrônica: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/brasil-pode-ter-quase-1-em-cada-5-novos-desempregados-do-mundo-em-2017-diz-oit.html>. 20/01/2016.

embora pareça chocante, constitui-se numa realidade lamentável, uma vez que, de fato, muitas pessoas não serão mais (re) inseridas no mercado de trabalho.

Apesar de a grande maioria dos egressos entrevistados vivenciar o desemprego, todos veem o trabalho como uma possibilidade para a melhoria de sua condição vida. Todos sonham com uma condição digna de trabalho.

Tiago, um jovem de apenas dezoito anos que nunca trabalhou e ainda não ingressou na faculdade, vê o trabalho como uma perspectiva para o futuro: “Eu quero fazer uma faculdade e conseguir um emprego bom na área da administração”.

João, já no final da entrevista, ao ser questionado sobre suas perspectivas para o futuro, relatou o seguinte:

Assim, a aposentadoria da gente a gente não vive com ela, então, é por isso que eu me vejo um empresário, porque o empresário é dono daquele negócio dele, por mais que ele ganhe pouco, mas vai ser um ganho constante, que vai aumentando se ele tiver uma boa orientação, uma boa administração do negócio dele. É o meu pé de meia, é o meu futuro, eu penso nisso, tenho meus filhos que estão crescendo, eu preciso melhorar o padrão de vida pra oferecer pra eles. Quando penso em abrir o meu próprio negócio e os horizontes se abrindo eu tô pensando em fazer meu empreendimento crescer lá na frente. Quero me aposentar, mas não parar de trabalhar.

Assim como João, muitos trabalhadores passam a sonhar em ter seu próprio negócio. Entretanto, muitas vezes esse desejo pode representar uma alternativa dos trabalhadores frente às condições precárias de trabalho na contemporaneidade, marcadas pelos baixos salários, pela incerteza e pela perda dos direitos trabalhistas, dentre outras condições precárias.

Acerca do sonho do próprio negócio, observa Alencar (2010, p. 121): “o sonho de tornar-se um trabalhador independente, por conta própria ou pequeno empresário, não se revela como um desejo real dos trabalhadores, significando, na verdade, a única possibilidade diante do desemprego e dos baixos salários”.

A partir do que foi exposto sobre o PRONATEC BSM torna-se perceptível que o Programa apresenta contradições, como por exemplo, o fato de um programa de qualificação profissional para pessoas em extrema pobreza exigir do cursista certo nível de escolarização, sem, contudo, criar ações que garantam uma formação inicial e continuada, como o Programa propõe. O próprio IPEA (2012) salientou que as entidades que promovem os cursos de qualificação profissional, que são as escolas técnicas e do sistema S, não atuam junto ao público com baixa escolaridade

ou inserção precária no mercado de trabalho. Esta, portanto, constitui-se numa outra problemática a ser considerada pelo Programa, pois ignora-se o fato de que a população extremamente pobre pode nunca ter acessado a política de educação. Portanto, ações como essa para o enfrentamento da extrema pobreza esbarram em si mesmas, em suas próprias condicionalidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo do trabalho hoje é marcado pelo desemprego estrutural, pela precarização do trabalho, pela diminuição dos direitos trabalhistas, dentre outras condições perversas para a classe trabalhadora. Assim, homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras “livres”, que não dispõem de outra coisa para manter sua sobrevivência a não ser vendendo sua força de trabalho em troca de salário, veem-se a cada dia privados até dessa condição. Para estes, que são tratados como “refugo” (BAUMAN, 2005), resta à inserção em programas e serviços no âmbito da política de assistência social, tendo esta absorvido mais e mais pessoas “refugadas”, sem, contudo, alterar suas condições de vida. Aliás, eis aqui a grande questão: essa política, de fato, dará conta de resolver tal problemática, que é complexa e estrutural?

Esta pesquisa partiu do pressuposto de que um programa de qualificação profissional, ainda que bem estruturado, por si só não pode ser a solução para a transformação de vida dos trabalhadores, uma vez que, a partir da perspectiva teórica que embasa o presente estudo, compreende-se que a questão é muita mais complexa, estando relacionada ao modo de produção e ao modelo de sociabilidade vigentes. Por isso, o propósito da pesquisa foi mostrar a relação do PRONATEC BSM, um programa de qualificação profissional, no âmbito da política de assistência social, com os problemas do desemprego estrutural, da precarização da educação básica e com outras expressões da questão social, assim como com as políticas sociais, pois todos esses complexos estão inter-relacionados, imbricados no sistema socioetabólico do capital.

Era preciso, portanto, apreender os limites e as contradições do referido Programa, compreendendo-o mais como um Programa vinculado à política de assistência social, constituindo-se numa estratégia de superação da condição de pobreza e extrema pobreza dos seus usuários por meio da inserção no mercado de trabalho via qualificação profissional, do que como um programa de qualificação profissional vinculado à política de educação.

Buscou-se entender como se dá a operacionalização do PRONATEC BSM no município de Fortaleza, bem como analisar como o Programa se articula para a inserção dos egressos no mercado de trabalho. Através da entrevista realizada com as profissionais da SETRA verificou-se que o Programa apresenta

diversas limitações e contradições, tais como: a falta de articulação com uma política efetiva de emprego e renda no município, não havendo parcerias com as empresas e indústrias municipais, mas o mero encaminhamento ao SINE, o que não garante a empregabilidade; a falta de articulação à política de educação, uma vez que a maioria dos usuários chega ao Programa apresentando diversas limitações educacionais; a desorganização e burocratização no processo de inscrição, que muitas vezes não garante a matrícula do usuário no curso, gerando uma expectativa no mesmo que pode ser frustrada; a falta de relatórios e informações consistentes sobre os cursistas, como permanência no curso escolhido, quantidade de evadidos, causas da evasão, dentre outras. Desse modo, o PRONATEC BSM, que se propõe a qualificar os usuários da política de assistência social para inseri-los no mercado de trabalho a fim de que os mesmos tenham sua condição de pobreza e extrema pobreza superada, tem passado longe de atingir tal objetivo.

Se a qualificação profissional não garante a empregabilidade, essa realidade para a população do PRONATEC BSM é ainda mais severa, pois hoje, além do desemprego estrutural, o mercado está cada vez mais exigente e seletivo, exigindo experiência, conhecimentos, habilidades, competências, requisitos que muitas pessoas que sempre vivenciaram a condição de pobreza/ extrema pobreza não têm, uma vez privados do acesso a políticas públicas efetivas para a satisfação das suas necessidades básicas.

Buscou-se também identificar as repercussões do PRONATEC BSM na vida dos egressos, além de entender as percepções que os mesmos têm em relação ao Programa. Para os egressos, o PRONATEC BSM é considerado um programa importante, uma vez que se constitui numa oportunidade de se qualificarem profissionalmente. O Programa é relevante especialmente para aqueles que há certo tempo deixaram de estudar e estão fora do mercado de trabalho. Todos se consideram mais qualificados para a inserção no mercado de trabalho. Para as mulheres, que, em sua maioria, desde cedo deixaram os estudos de lado para cuidar do lar, o PRONATEC BSM foi muito importante, pois as mesmas puderam se desligar da rotina doméstica e ter contato com outro ambiente, com outras pessoas, com novos conhecimentos e experiências. Algumas, inclusive, relataram que esta vivência contribuiu para a melhoria de sua autoestima.

Todavia, os egressos também afirmam que o Programa apresenta diversas limitações, tais como: carga-horária insuficiente; metodologia que dificulta a

unidade entre teoria e prática; falta de orientações quanto ao preenchimento do currículo e de como participar de uma entrevista de emprego; ausência de informações prévias em relação aos cursos ofertados; falta de estágio e ações de intermediação para a inserção no mercado de trabalho.

No decorrer desta pesquisa, surgiram questões importantes que não foram aprofundadas, dado o seu recorte. Duas delas merecem destaque. A primeira refere-se à falta de informações e de estudos em relação ao número de evadidos e quais os motivos das evasões nos cursos do PRONATEC BSM. A segunda, e não menos importante, volta-se para o recorte de gênero, já que a maioria dos egressos que participaram desta pesquisa foi composta por mulheres que relataram, embora de forma breve, sua trajetória de vida, marcada pela situação de pobreza/extrema pobreza, pela condição de donas do lar, por vivenciarem o emprego precário ou o desemprego estrutural, por não terem desfrutado de uma educação básica de qualidade, dentre outras condições.

Ficou perceptível, por meio da investigação, que o PRONATEC Brasil Sem Miséria não trouxe grandes impactos para a vida dos egressos, uma vez que a maioria permaneceu nas mesmas condições em que se encontravam antes de realizarem os cursos. A maioria continuou vivenciando a condição de desemprego, especialmente as mulheres com idade acima de 40 anos, que hoje são vistas como “idosas para o capital” (ANTUNES e ALVES, 2004).

Antunes, em sua obra “Os sentidos do trabalho” (2001, p. 175), faz a seguinte afirmação: “uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho”. Essas palavras tornam-se impactantes quando se pensa nas pessoas que estão vivenciando o emprego precário, o desemprego e, principalmente, os que nunca tiveram e/ou nunca terão participação no mercado de trabalho formal. Os egressos entrevistados sejam os que estão em condição de trabalho formal, os que vivenciam o trabalho precário, os que estão desempregados e até os que nunca tiveram a experiência de ingressar no mercado de trabalho com carteira assinada, têm o sonho de ter uma condição digna de trabalho, de modo a satisfazer suas necessidades de sobrevivência.

Verificou-se, também, que os cursos ofertados nem sempre condizem com os anseios dos usuários. A maioria dos egressos entrevistados não realizou cursos voltados para a qualificação que gostariam de ter, embora alguns tivessem similaridade com a área em que desejavam se qualificar. Outros demonstraram

escolher certos cursos por acreditarem que a área era promissora, especialmente os cursos relacionados à informática. Desse modo, fica claro que, embora a maioria dos egressos não tenha obtido a qualificação que, de fato, gostaria de ter, eles enxergaram no PRONATEC BSM uma ferramenta para a inserção no mercado de trabalho, já que estão fora dele.

A qualificação profissional destinada aos trabalhadores constitui-se num mecanismo meramente instrumental, não contribuindo para a capacidade crítica do trabalhador, quem dirá para a sua consciência de classe. Mészáros (2014) analisa que a educação, que poderia ser uma alavanca fundamental para a transformação social, termina por ser, dentro da lógica do capital, um mecanismo para a reprodução dos estigmas da sociedade capitalista, que é transmitir o conhecimento e o pessoal necessários à sua máquina reprodutiva, além de transmitir valores para legitimar os interesses dominantes. Na lógica do capital, são admitidos apenas ajustes, sem, contudo, alterar a estrutura social vigente. Desse modo, para o autor (2014, p. 26) “é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. Portanto, embora um programa de qualificação profissional como o PRONATEC BSM constitua-se importante para seus usuários, não dará conta de suprir as necessidades educacionais da população que nunca desfrutou de uma educação básica de qualidade, nem, tampouco, dará conta de responder ao desemprego estrutural, já que este é fruto da sociabilidade do capital. Portanto, “As soluções não podem ser apenas formais; elas devem ser essenciais” (MÉSZÁROS, p. 35), abrindo caminho para a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Mônica Maria Torres. As políticas públicas de emprego e renda no Brasil: do “nacional-desenvolvimentismo” ao “nacional-emprededorismo”. In: BEHRING, Elaine Rosetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório de (orgs.). **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. 2ed. – São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS / UERJ, 2010.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. A política social no governo Lula. In: **Novos estudos**, nº 70, 2004. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_nec/v1nse/Maria_Herm%EDnia_Tavares_de_Almeida. Acesso em 16 de Abril de 2015.

ANTUNES, **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses do e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio / ago., 2004.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. – (Série Núcleo de Pesquisa; 1).

BAUMAN, Zygmunt, 1925. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BEHRING, Elaine Rosetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamento e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 2).

BEHRING, Elaine Rosetti. O Plano Plurianual do governo Lula: um Brasil de todos? In: FREIRE, Lúcia M.B. e CASTRO, Alba Tereza (orgs.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2010. 139-157 p.

BEHRING, Elaine Rosetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social. (PNAS). Brasília, nov. 2004.

BRASIL. Apresentação do Programa Acessuas Trabalho. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/programa-nacional-de-promocao-do-acesso-ao-mundo-do-trabalho-2013-acessuas-trabalho> . 17/06/2013.

BRASIL. Cartilha Pronatec Brasil Sem Miséria. Disponível em: http://www.camacari.ifba.edu.br/attachments/article/20/2013_PronatecCartilhaBSM_v2012.pdf. Acesso em 16 de Abril de 2015. .

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 1 – Brasília: IPEA, 2013.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas sociais: acompanhamento e análise, v. 1 – Brasília: IPEA, 2012.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2014

BRASIL. **LEI nº 12.593 de 18 de janeiro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2012/Lei/L12593.htm#anexo.31/08/2014.

BRASIL. **LEI nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm.

BRASIL. **LEI nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 16 de Abril de 2015.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica, NOB / SUAS**. Brasília, Jul. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de Estudos do Curso de Indicadores para Diagnóstico do SUAS e do Plano Brasil sem Miséria**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2013. 210p.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. **Plano Plurianual 2012-2015**: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico. Brasília: MP, 2011. 278p.

BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 10, de 24 de abril de 2012**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo. A saúde nos governos Lula e Dilma: algumas reflexões. In: BRAVO, Maria Inês Souza e BRAVO, Juliana Souza. **Saúde na atualidade**: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, Rede Sirius. 15-28 p.

CAMPOS, Irenice de Oliveira e ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Fortaleza, de um desejo a um direito de cidade: a construção da Assistência Social como política de direito. In: ALVES, Elaene Rodrigues e ALBUQUERQUE, Cynthia Alves (orgs.). **Assistência Social em Fortaleza**: uma política de direito em construção. EdUECE, 2012. 3v. 13-20 p.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. O ajuste estrutural do Estado e as reformas educacionais propostas pelo Banco Mundial. In: RABELO, Jackline e FELISMINO, Sandra Cordeiro et.al. **Trabalho, Educação e a Crítica Marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006. 201-216 p.

CARVALHO, Eliane Nunes de. e OLIVEIRA, Rafaela Sampaio de. Territorialização, monitoramento e avaliação da Política de Assistência Social: uma experiência em debate. In: ALVES, Elaene Rodrigues e ALBUQUERQUE, Cynthia Alves (orgs.). **Assistência Social em Fortaleza**: uma política de direito em construção. EdUECE, 2012. 3v. 72-87 p.

CASTRO. Alba Tereza Barroso. **A política social do governo Lula**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Alba_tereza%20B.da%20Costa.pdf . Acesso em 16 de Abril de 2015.

CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

COUTO, Berenice Rojas (et.al.). A política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et.al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3ª. ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2012. 54-87 p.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 1987.

DIAS, Vanessa Tavares e WETZEL, Ursula. Empreendedorismo como ideologia: análise do enfoque da revista Exame em dez anos de publicação (1990-99). In: **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, volume 44, nº 1, p.97-118, abril de 2010.

ENGELS, Friedrich. 1876. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito, em alemão. Traduzido do espanhol. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em: 08.12.2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**: as funções da previdência e da assistência social / Vicente de Paula Faleiros. 12ª ed. São Paulo: Cortez: 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A política de educação profissional no governo Lula**: um percurso histórico controvertido. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – out. 2005.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Harbra, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. 2ª. ed., rev. e atual. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações / David Harvey. Tradução de Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. – 5 ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41ª. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ª ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

_____. A questão social no capitalismo. In: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Revista**. Ano 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

JORGE, Antônio da Silva. **Políticas públicas de qualificação profissional no Brasil**: uma análise a partir do Planfor e do PNQ. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

KOBER, Cláudia Mattos. **Qualificação profissional**: uma tarefa de Sísifo. Campinas, SP. Editora Autores associados, 2004. (Coleção educação contemporânea).

KUENZER, Acácia Zeneida. **A Educação profissional nos anos 2000**: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação & Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 96 – especial, p. 877-910, out. 2006.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens**: trabalho e ser social. 1º ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LESSA, Sérgio. **Serviço social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

LOPES, Flávia de Almeida. A política de geração de trabalho e renda no marco assistencial de Angra dos Reis no período de 1997-2000. In: FREIRE, Lúcia M.B., FREIRE, Silene Moraes e CASTRO, Alba Tereza Barroso de (orgs.). **Serviço social, política social e trabalho**: desafios e perspectivas para o século XXI. 3ª. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2010. 158-180 p.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. Tradução de Néllio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Disponível em: http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%E1cs.pdf. Acesso em 20/08/2014.

MANFREDI, Maria Silvia. Trabalho, qualificação e competência profissionais: das dimensões conceituais e políticas. In: **Educação & Sociedade**. Vol. 19, nº 64. Campinas, 1999.

MARANHÃO, César Henrique. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. In: BEHRING, Elaine Rossetti e ALMEIDA, Maria Helena Tenório (orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS / UERJ, 2010.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**. Livro 3. Volume 6. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Boitempo editorial, 2ª reimpressão: março de 2008b.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheiras, Sérgio Lessa. 1ª ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10ª ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOTA, Ana Elisabete. Seguridade Social Brasileira: desenvolvimento histórico e tendências recentes. In: **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. Disponível em: http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-2.pdf. Acesso em 28.12.2014.

MOTA, Ana Elisabete. **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo, 1947. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In **Revista Temporalis**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64p.

_____. Introdução ao Método da Teoria Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. 760p. Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira e Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, v. 667-700 p.

OLIVEIRA, Adla Alves de e AZEVEDO, Renata Custódio de. A estrutura organizacional da SEMAS. In: **Assistência Social em Fortaleza: uma política de direito em construção**. / organizadores: Maria Elaene Rodrigues Alves, Cynthia Stuart Albuquerque. EdUECE, 2012. 3v. 88-92 p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Prefácio à 3ª edição. In: **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento** / (orgs.) Berenice Rojas Couto... [et al.]. – 3. ed rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2012. 15-20 p.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SANTOS, Josiane Soares. “**Questão social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SCHNEEBERGER, Carlos Alberto. **Minimanual compacto de história Brasil**. 1ª. ed. – São Paulo: Rideel, 2003.

SILVA, Sheyla Suely de Souza. Contradição da Assistência Social no governo “neodesenvolvimentista” e suas funcionalidades ao capital. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.113, p. 86-105, jan./mar.2013.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2010. 147-179 p.

SOUZA, Fátima Valéria Ferreira de. A política de assistência social: começando o debate. In: REZENDE, Ilma e CAVALCANTE, Ludmila Fontenele. **Serviço social e políticas sociais**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. [et. al]. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
TORRES, Iraíldes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relações de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

SITES CONSULTADOS

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. 22/08/2014
http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/carrega_pdf.php?rel=bsm_no_municipio. Acesso em 11 de Julho de 2014.

<http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2014/maio/beneficios-do-bolsa-familia-tem-reajuste-de-10>. Acesso em 11 de Julho de 2014.

<http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>. Acesso em 23 de Agosto de 2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12593.htm#anexo. Acesso em 11 de Julho de 2014.

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/desemprego-fica-em-9-no-trimestre-ate-outubro.html> Acesso em 04 de Fevereiro de 2016.

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2014/02/27/noticiasjornaleconomia,3213121/regiao-metropolitana-de-fortaleza-e-a-mais-informal.shtml>. 14/03/2015.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-014/2012/Lei/L12593.htm#anexo. Acesso em 23 de Agosto de 2014.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/02/mec-admite-atraso-no-pronatec-e-libera-r-119-mi-para-regularizar-situacao.html>. Acesso em 30 de Novembro de 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante,

Sou assistente social, aluna do Mestrado Acadêmico em Serviço, Trabalho e Questão Social da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Estou desenvolvendo uma pesquisa sob orientação da Prof. Dra. Mônica Duarte Cavaignac, intitulada: “A Política de Assistência Social e a Promoção ao Trabalho: uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC Brasil Sem Miséria”. O objetivo dessa pesquisa é analisar a inserção dos egressos do PRONATEC BSM do município de Fortaleza – CE no mercado de trabalho. As informações obtidas serão apenas para a realização da pesquisa, e na publicação dos resultados sua identidade será mantida em rigoroso sigilo, sendo omitidas quaisquer informações que possam identificá-lo. Também lhe asseguro que fotos não serão tiradas, nem realizadas filmagens, apenas a gravação de áudio, que será feita através de um aparelho eletrônico. Sua participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do telefone (85) 8755-6043 / (85) 9672-8069.

Atenciosamente

Aline Araújo Martins Data e local

(Responsável pela pesquisa)

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura ou digital do participante Data e local

APÊNDICE B - Questionário de Entrevista com Profissionais da Secretaria Municipal de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – SETRA

1 – Perfil do participante

Nome (fictício) : _____

Idade: _____ Sexo: F () M ()

Profissão: _____ Função que exerce na SETRA: _____

Tipo de vínculo profissional:

() Celetista () Contrato temporário () Cargo comissionado () outro: _____

Há quanto tempo trabalha na SETRA? _____

2 – Com a instituição da SETRA, passa a haver um foco no trabalho. Portanto, o que a SETRA traz de “novidade”, ao substituir a SEMAS?

3 – O que é o PRONATEC BSM?

4 - Quando esse programa começou a ser desenvolvido em Fortaleza?

5- Em que aspecto o PRONATEC BSM se diferencia dos demais eixos do PRONATEC?

6 - No âmbito da assistência social, como o PRONATEC tem se estruturado?

7 – Como tem se dado a demanda e a oferta pelo PRNATEC BMS?

8 - Como a SETRA tem acompanhado o processo de qualificação dos usuários do PRONATEC BSM?

9 – A SETRA possui um controle de quantos usuários já se qualificaram pelo PRONATEC BSM?

10 - Após a qualificação, como a SETRA tem contribuído para a inserção dos egressos do PRONATEC BSM ao mercado de trabalho?

11 – Em suas concepções, quais os principais limites, dificuldade e desafios do programa?

APÊNDICE C - Questionário Socioeconômico dos Egressos do PRONATEC BSM

QUESTIONÁRIO SOCIECONÔMICO DOS EGRESSOS DO PRONATEC BSM

1. Nome (fictício) : _____

2. Sexo: Masculino () Feminino () 3. Idade: _____

4. Você se considera:

() Branca () Parda () Negra () Amarela () Indígena () Outra

5. Estado Civil: Solteiro(a) (); Casado(a) (); União Estável (); Separado(a) ou divorciado(a) (); Viúvo(a)

6. Possui alguma deficiência? () Sim () Não Se sim, qual? _____

7. Escolaridade

() Alfabetizada

() Ensino Fundamental I Incompleto () Ensino Fundamental I Completo

() Ensino Fundamental II Incompleto () Ensino Fundamental II Completo

() Ensino Médio Incompleto () Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto () Ensino Superior Completo

8. Ainda está estudando? () Sim () Não Se sim, que série? _____

9. Você tem filhos? a) () Não. b) () Sim. Quantidade: _____

10. Quantas pessoas residem na sua casa? _____

11. Qual a renda mensal do seu grupo familiar? (soma do rendimento de todos que contribuem com a renda)

a) () Menos de 1 Salários Mínimo b) () 1 Salário Mínimo c) () 02 a 03 Salários Mínimos.

12. Quantas pessoas contribuem com a renda familiar?

a) () 01 pessoa b) () 02 pessoas () 03 pessoas c) () 03 pessoas () d) () 04 pessoas e) () mais de 4 pessoas.

13. Recebe o Bolsa Família?

14. Possui experiência profissional? () Sim () Não

Se sim, onde e em que área? _____

15. Essa experiência foi com que tipo de vínculo?

() Trabalho formal - CTPS () Trabalho informal

Deseja contribuir com a próxima etapa da pesquisa que se dará por meio de entrevista ou discussão em grupo? () Sim () Não. Se sim, deixe seu telefone: _____

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista com Egressos do PRONATEC BMS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM EGRESSOS DO PRONATEC BMS

- 1 – Por que motivo procurou um curso do PRONATEC BMS?
- 2 – Qual (s) curso (s) realizou pelo PRONATEC BMS?
- 3 – O que levou você a escolher esse (s) curso (s)?
- 4 – Quantos cursos realizou pelo PRONATEC?
- 5 – O que pensa sobre as oportunidades de trabalho nessa área?
- 6 - Chegou a se inscrever em algum curso e não conseguiu realiza-lo? Se sim, o que lhe impediu?
- 7 – Após a conclusão do (s) curso (s) chegou a ingressar no mercado de trabalho?
(Se não, pular para a pergunta 10 a diante)
- 8 – O trabalho no qual se inseriu possui relação com o curso que realizou?
- 9 – Sob que condição de trabalho se inseriu (carteira assinada, contrato temporário, trabalho informal)?
- 10 – Após a conclusão do curso, quanto tempo passou para se inserir no mercado de trabalho?
- 1 – Quais principais dificuldades você enfrentou/enfrenta para se inserir no mercado de trabalho?
- 12 – Se considera mais qualificado e preparado para o mercado de trabalho após realizar o (s) curso (s) do PRONATEC?
- 13 – Se pudesse escolher, que tipo de qualificação gostaria de ter?
- 14 – Quais suas percepções em relação ao Programa?
- 15 – Qual seus planos para o futuro?